

FUTURO DO TRABALHO EM DEBATE

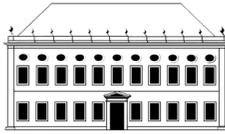
SIMULAÇÃO DA CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL DO TRABALHO
NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Hermes Augusto Costa
(Organizador)

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
2017



Respondendo ao desafio lançado pelo Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de debater “O Futuro do Trabalho” no quadro da preparação do centenário da OIT (em 2019), este livro reúne os principais contributos resultantes da primeira Simulação da Conferência Internacional do Trabalho em ambiente universitário europeu. Além dos discursos institucionais (das entidades organizadoras, dos convidados institucionais e dos representantes dos parceiros sociais), o livro detalha os conteúdos das sessões de trabalho em que os 300 delegados (estudantes da Universidade de Coimbra) estiveram envolvidos ao longo de meses. O corolário dos debates sobre o futuro do trabalho, repartidos por 4 comités – (i) *A macro regulação económica do emprego. Do pleno emprego à plena empregabilidade?* (ii) *Novas tecnologias: fim do trabalho ou fim do emprego?* (iii) *Trabalho desigual? Novas formas de desigualdade e a organização do trabalho* (iv) *O futuro das relações de trabalho: direito ao trabalho e o direito do trabalho* –, são as inúmeras propostas que se encontram vertidas na obra.



D O C U M E N T O S

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

António Barros

REVISÃO

Graça Pericão

IMAGEM DA CAPA

By insspirito via Pixabay

INFOGRAFIA

Bookpaper

INFOGRAFIA DA CAPA

Mickael Silva

EXECUÇÃO GRÁFICA

Tipografia Lousanense

ISBN

978-989-26-1495-3

ISBN DIGITAL

978-989-26-1496-0

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1496-0>

DEPÓSITO LEGAL

434053/17

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



OIT LISBOA
Organização Internacional do Trabalho



FUTURO DO TRABALHO EM DEBATE

SIMULAÇÃO DA CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL DO TRABALHO
NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Hermes Augusto Costa
(Organizador)

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

Apresentação de uma Simulação Inédita: A Conferência Internacional do Trabalho na Universidade de Coimbra

Hermes Augusto Costa (docente da FEUC/investigador do CES) 7

I. Discursos institucionais

I.1. Representantes das entidades organizadoras

Teresa Pedroso de Lima (Diretora FEUC) 23

Mafalda Troncho (Diretora da OIT-Lisboa) 27

Manuel Carvalho da Silva (Coordenador do CES-Lisboa) 31

I.2. Convidados institucionais

Helena Machado (Presidente do Conselho Científico do CES) 37

Alexandre Amado (Vice-presidente da Associação Académica de Coimbra) 39

José António Vieira da Silva (Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social) 43

Guy Ryder (Diretor-Geral da OIT) 47

João Gabriel Silva (Reitor da Universidade de Coimbra) 51

Maria-Luz Vega (Coordenadora da OIT para a Iniciativa do Centenário) 57

I.3. Representantes dos parceiros sociais

Cristina Morais (Confederação dos Agricultores de Portugal) 69

<i>Marcelino Pena Costa</i> (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal).....	73
<i>Nuno Biscaya</i> (Confederação Empresarial de Portugal).....	77
<i>João Torres</i> (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses).....	85
<i>Catarina Tavares</i> (União Geral de Trabalhadores)	89
II. As Sessões da CIT: a voz dos delegados/as	
Dia 1: Primeira Sessão Plenária da CIT	99
Dia 1: Sessão Plenária dos Comités	143
Dia 1: Primeira Sessão de Trabalho dos Comités.....	147
Dia 2: Segunda Sessão de Trabalho dos Comités.....	179
Dia 2: Primeira Reunião de Grupos	183
Dia 3: Segunda Reunião dos Grupos	187
Dia 3: Terceira Sessão de Trabalho dos Comités.....	191
Dia 3: Sessão Plenária de Encerramento da CIT.....	195
III. Da identificação dos problemas às propostas concretas	
Resolução da 1. ^a Simulação da Conferência Internacional do Trabalho	209
<i>Resolution of the 1st Simulation of the International Labour Conference</i>	231
Referências bibliográficas	253
Lista de participantes	
Delegados/as	257
Dinamizadores/as.....	266
Membros da Comissão Organizadora.....	266

**APRESENTAÇÃO DE UMA SIMULAÇÃO INÉDITA:
A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL
DO TRABALHO NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA**

Incontornável referência de regulação laboral global, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) completa 100 anos em 2019. Na edição de 2015 da Conferência Internacional do Trabalho (CIT) – órgão máximo da OIT que reúne anualmente e aprova as convenções, recomendações e resoluções que tratam das condições de trabalho e das relações laborais –, o Diretor-Geral da OIT, Guy Ryder, propôs como tema de fundo comemorativo do centenário “o Futuro do Trabalho” (Ryder, 2015). Este documento assentou em quatro temas principais («quatro diálogos do centenário») sugeridos a título indicativo e, portanto, não assumindo contornos restritivos: (i) trabalho e sociedade; (ii) empregos dignos para todos; (iii) a organização do trabalho e da produção; (iv) a governação do trabalho. Desde então, e obedecendo ao espírito tripartido da OIT, isto é, envolvendo governos e representantes de empregadores e de trabalhadores, inúmeros debates e reflexões estão a ocorrer nos planos mundial, regional e local, versando sobre aqueles temas.

E por que não trazer a discussão sobre o futuro do trabalho para o interior de espaços privilegiados de produção de conhecimento científico? Por que não estimular a universidade a fazer uma CIT em sua “casa”? Este foi o desafio que o Centro de Estudos Sociais/ Universidade de Coimbra (CES) e o escritório da OIT em Lisboa lançaram, em 2016, à Faculdade de Economia da Universidade de

Coimbra (FEUC). Ao proporem este desafio, de imediato se colocaram em perspectiva as missões destas três instituições.

Desde logo, a missão da OIT, assente no lema “promoção de empregos, proteção das pessoas”, é a de promover a justiça social e o reconhecimento internacional dos direitos humanos, com destaque para os direitos do trabalho. A agenda do “trabalho digno” é, a este respeito, crucial para uma melhoria das condições de trabalho e criação de um clima pacificado entre trabalhadores, empregadores e governos. É, pois, neste contexto que o escritório da OIT em Lisboa tem vindo a procurar reforçar o diálogo em torno dos valores da OIT, marcar uma presença ativa junto dos parceiros sociais portugueses e desenvolver formas de interface com a língua portuguesa.

Por outro lado, o corpo de investigadores do CES vem desenvolvendo há quatro décadas investigação inclusiva, inovadora e reflexiva sobre a sociedade portuguesa numa perspetiva comparada, internacional e interdisciplinar, prestando atenção especial ao diálogo Norte-Sul e Sul-Norte. E, sem surpresas, os temas do trabalho e das relações laborais constam da lista imensa de temas de investigação desenvolvidos no CES.

Mas falar do CES é também, em boa medida, falar da FEUC, pois foi a partir da FEUC (criada em 1972) que vários docentes do então designado “núcleo de ciências sociais” iniciaram as suas carreiras académicas, que entretanto (a partir de 1978) desaguariam numa conjugação entre trajetos de ensino na FEUC e investigação realizada no CES. Enquanto unidade orgânica da UC, a FEUC configura-se como instituição que privilegia o ensino superior universitário (nos três ciclos de estudos), sendo que nos últimos anos se assistiu, além da consolidação da oferta curricular de 1.º ciclo, a um reforço da oferta pós-graduada (2.º e 3.º ciclos de estudos).

As três instituições (OIT, CES, FEUC) apresentavam assim *a priori* sobejas credenciais, saber acumulado e um suficiente interconhecimento prévio capaz de tornar virtuosa uma cooperação

interinstitucional em torno de uma temática de interesse comum. Recorde-se, aliás, em 2009, a atribuição do doutoramento *Honoris Causa* pela Universidade de Coimbra (sob proposta da FEUC) a Juan Somavia (então Diretor-Geral da OIT) ou ainda, em 2010, o protocolo firmado entre a Universidade de Coimbra (através do CES) e o *International Institute for Labour Studies* da OIT como dois momentos relevantes anteriores de articulação com a OIT. Em boa hora, pois, a FEUC aceitou hospedar a iniciativa. Ao fazê-lo acolheu, pela primeira vez em espaço universitário europeu, a realização de uma Simulação da CIT, captando assim a atenção e opinião de centenas de estudantes da Universidade de Coimbra sobre o futuro do trabalho. E, por sinal, a Simulação da CIT não se constituiu como um “fim de linha” mas também uma oportunidade para estreitar laços. Como anunciou a diretora da FEUC no painel de alto nível que antecedeu a primeira sessão plenária da CIT, a criação de uma “Cátedra OIT” na Universidade de Coimbra, sediada na FEUC, permitirá precisamente reforçar a articulação futura entre as instituições.

Ao longo da Simulação da CIT, os 300 “delegados/as” inscritos – a maioria estudantes de licenciatura em Economia, Sociologia, Gestão e Relações Internacionais (por sinal as quatro licenciaturas oferecidas pela FEUC), bem como de Direito, Psicologia, Antropologia, etc., ainda que estudantes de mestrado e de doutoramento também tenham participado – foram eficazmente monitorizados por 13 “dinamizadores” (11 estudantes de doutoramento da Universidade de Coimbra e dois jovens doutores). Cada delegado foi desafiado a colocar-se “na pele” de representante de governos, empregadores ou trabalhadores, contribuindo assim ativamente para promover compromissos orientados pelo princípio do diálogo social que é apanágio do espírito tripartido da OIT.

Independentemente do grupo de interesses com que cada estudante escolheu identificar-se, todos os delegados foram convidados,

como estratégia de partida para abordarem o “futuro do trabalho”, a adotarem como leitura obrigatória dois documentos produzidos no quadro da OIT: *The future of work – centenary initiative* (Ryder, 2015); e *ILO Declaration on social justice for a fair globalization* (ILO, 2008). Entretanto, na sequência desta discussão mais genérica, passar-se-ia aos debates mais situados, em função dos comités especializados criados para o efeito. Em cada um destes comités foram levantadas “questões quentes” suscetíveis de estimular o debate. Vejamos apenas alguns exemplos.

No comité (i) – *A macro regulação económica do emprego. Do pleno emprego à plena empregabilidade?* – esteve em discussão o lugar da política económica na promoção do crescimento, na criação e na qualidade do emprego, fatores particularmente relevantes sempre que se presencia um clima de estagnação económica internacional. De igual modo, esteve em debate o processo de desvalorização interna (decorrente da “era da austeridade” que atingiu o contexto português) ou ainda matérias como o endividamento público e privado, as desigualdades de rendimentos, o comportamento do setor financeiro, ou a substituição do “pleno emprego” pela “plena empregabilidade”, no campo das políticas públicas.

No comité (ii) – *Novas tecnologias: fim do trabalho ou fim do emprego?* – as conversações centraram-se em aspetos como: o papel das indústrias do futuro; os diferentes tipos de trabalho digital; as implicações da automação produtiva na vida de quem trabalha; os processos de individualização na gestão dos tempos de trabalho e do não trabalho; o desemprego tecnológico; as exigências de novas competências; as tensões entre atividades de serviço público tradicional e o recurso a plataformas tecnológicas (de que o conflito entre taxistas e as plataformas Uber ou Cabify constitui apenas uma ilustração ocorrida em Portugal e noutros países).

No comité (iii) – *Trabalho desigual? Novas formas de desigualdade e a organização do trabalho* – as desigualdades de género,

traduzidas em persistentes assimetrias salariais ou de acesso a posições de responsabilidade nas empresas, ocuparam um lugar importante. Assim como a questão de saber em que medida estão as formas de trabalho atípicas (contratação a termo, recibos verdes, trabalho a tempo parcial, temporário, à peça, etc.) a cavar desigualdades de rendimento e de acesso a direitos laborais e sociais. Por outro lado, reclamou-se como urgente analisar os novos desafios que se apresentam à gestão de “recursos humanos” nas organizações.

No comité (iv) – *O futuro das relações de trabalho: direito ao trabalho e o direito do trabalho* – foram motivo de reflexão as formas de manter ativas as estratégias de diálogo/confronto/compromisso entre representantes de governos, empregadores e trabalhadores. Desde logo para que o trabalho, sendo um espaço de responsabilização e de dever profissional, seja crescentemente um *locus* de realização e valorização pessoal, de criatividade, de efetivação da democracia. O diálogo social e a negociação coletiva ocupam, a este propósito, um lugar central, desde logo porque favorecem o comprometimento conjunto de interesses muitas vezes divergentes.

Como se pode ver nesta pequena amostra de questões levantadas pelos comités especializados, o futuro do trabalho pode ser perspectivado sob múltiplas formas. Ora, o propósito deste livro é precisamente o de dar a conhecer os principais momentos que marcaram a realização de uma CIT em meio universitário e, assim, convidar o leitor a ter uma perceção mais circunstanciada dos conteúdos da Simulação.

Na sua estrutura formal, esta obra está dividida em três partes. A *primeira parte* ocupa-se de discursos institucionais proferidos no âmbito do painel de alto nível que antecedeu a primeira sessão plenária da CIT, no início desta (em 20.10.2016), e ainda no quadro da cerimónia institucional de encerramento da CIT e da mesa redonda com parceiros sociais que se lhe seguiu (em 30.11.2016). Aí se encontram reportados, na língua em que foram proferidos, os

vários depoimentos dos representantes institucionais presentes. Por um lado, depoimentos de representantes das entidades organizadoras: Teresa Pedroso de Lima (Diretora da FEUC), Mafalda Troncho (Diretora da OIT-Lisboa) e Manuel Carvalho da Silva (Coordenador do CES-Lisboa). Por outro lado, depoimentos de convidados institucionais: Helena Machado (Presidente do Conselho Científico do CES); Alexandre Amado (Vice-presidente da Associação Académica de Coimbra); José António Vieira da Silva (Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social); Guy Ryder (Diretor-Geral da OIT), João Gabriel Silva (Reitor da Universidade de Coimbra), Maria-Luz Vega (Coordenadora da OIT para a Iniciativa do Centenário). E ainda depoimentos dos representantes de parceiros sociais presentes: Cristina Morais (Confederação dos Agricultores de Portugal), Marcelino Pena Costa (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal), Nuno Biscaya (Confederação Empresarial de Portugal), João Torres (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses) e Catarina Tavares (União Geral de Trabalhadores).

A *segunda parte* da obra replica os procedimentos comumente adotados na CIT da OIT. Nesse sentido, não só se reproduzem, em discurso direto e no quadro da primeira sessão plenária da CIT, as intervenções do secretário-geral, presidente e vice-presidentes da CIT, como sobretudo se dá voz ao Diretor-Geral da OIT e ao diálogo que, de forma construtiva, travou com os delegados nessa sessão plenária. Na apresentação do relatório que esteve na base de toda a iniciativa, Guy Ryder assinalou três principais razões pelas quais o debate sobre o futuro do trabalho e a necessidade de satisfazer imperativos de justiça social se afigura crucial: i) as mudanças associadas ao mundo do trabalho, que se explicam por causas como a tecnologia, os desafios demográficos, a persistente globalização, os processos migratórios (e obstáculos crescentes que lhes são colocados) ou as alterações climáticas; ii) a notória incapacidade do cidadão comum para influenciar as mudanças em curso;

iii) a persistência de um mundo do trabalho cada vez mais injusto e desigual. Por outro lado ainda – e na sequência dos comentários de nove delegados (três por cada grupo de interesses: representantes de governos, trabalhadores e empregadores) ao seu relatório com o propósito de identificar problemas a partir dos quais é urgente pensar soluções –, Guy Ryder reforçou a importância do papel da OIT e o desafio que esta tem pela frente, de criar mecanismos que garantam a aplicação das suas convenções, tanto mais que o mundo testemunha situações extremas, de que os 21 milhões de vítimas de trabalho forçado ou os 168 milhões de crianças a trabalhar são apenas dois exemplos gritantes.

Mas nesta segunda parte do livro podem ainda consultar-se, com maior detalhe, quer os conteúdos das sessões de trabalho em comités – apresentadas essencialmente em discurso indireto e num formato idêntico ao adotado na CIT da OIT –, quer uma síntese da sessão plenária de encerramento da CIT.

Por fim, na *terceira parte* do livro apresenta-se (em versão portuguesa e inglesa) a Resolução da CIT para o futuro do trabalho. Vale a pena ler com atenção as mais de três dezenas de propostas veiculadas pelos delegados/as dos quatro comités específicos. Como forma de “destapar o véu”, antecipo apenas algumas dessas propostas.

No âmbito do comité (i) *A macro regulação económica do emprego. Do pleno emprego à plena empregabilidade?* destacam-se: a recomendação da criação de um fundo internacional para a criação de emprego (gerido por organizações como a OIT) e partindo do modelo do Fundo Social Europeu; a penalização de formas de especulação financeira e a taxação de setores menos taxados da economia internacional; o convite (aos Estados membros) para estimularem as empresas à criação de mecanismos voluntários de promoção de empregos de qualidade para além dos mínimos considerados admissíveis, quer distinguindo empresas com “selo” de garantia da promoção do trabalho digno (em matéria de rendimento, tempos de

trabalho, realização de trabalhadores), quer publicitando e denunciando empresas seguidoras de más práticas laborais.

Quanto ao comité (ii) *Novas tecnologias: fim do trabalho ou fim do emprego?* realço as seguintes propostas: o incentivo à formação e requalificação/especialização de trabalhadores (em vez de despedimento); a concessão de isenção fiscal a empresas não lucrativas (reduzindo riscos de encerramento de atividades e de extinção de postos de trabalho); a defesa de uma maior articulação entre o sistema de ensino universitário e as necessidades do mercado de trabalho (ajustando vagas universitárias a necessidades reais, atualizando práticas de ensino e conteúdos programáticos, reforçando a componente tecnológica das instituições de ensino ou apostando no ensino profissionalizante como forma de dotar os futuros trabalhadores de maiores competências técnicas e de maior atratividade); a limitação à introdução de máquinas sempre que estas substituam pessoas; o reforço do investimento público na criação de incubadoras tecnológicas de economia solidária em universidades, comunidades e organizações sociais.

No comité (iii) *Trabalho desigual? Novas formas de desigualdade e a organização do trabalho*, além do apelo à valorização e aumento do salário mínimo (acima do aumento da inflação), propôs-se a adoção de medidas de reforço da igualdade de género: maior equilíbrio entre a vida familiar e a vida profissional; eliminação de barreiras no acesso ao emprego e à progressão na carreira (propondo um sistema de quotas atribuídas às mulheres para lugares de chefia das empresas: 30% nas PME, 40% nas médias e 50% nas grandes); introdução de conteúdos formativos obrigatórios sobre igualdade de género, tanto nos *curricula* escolares (do ensino básico ao superior), como em contexto empresarial, para trabalhadores e empregadores (com um mínimo de 20 horas anuais); fiscalização e coimas reforçadas em caso de incumprimento das medidas de combate à desigualdade de género.

Finalmente, no comité (iv) *O futuro das relações de trabalho: direito ao trabalho e o direito do trabalho* reforçou-se o apelo à defesa e proteção de direitos e ao combate à precariedade, apoiando-se medidas como: limitação do período experimental a 45 dias; redução da jornada de trabalho; reforço da voz coletiva de trabalhadores nas empresas; sancionamento do recurso ao falso trabalho autónomo; estímulo ao acolhimento e integração socioprofissional de imigrantes e refugiados; ou incentivo à contratação coletiva.

Esta pequena amostra de conteúdos propositivos consensualizados entre grupos de interesses (governos, trabalhadores e empregadores) constitui um eloquente testemunho de que, não obstante tratar-se de uma Simulação, a CIT em meio universitário se materializou em propostas concretas. Algumas com caminho feito, outras (certamente a maioria) à espera de ver a luz do dia. Todas, porém, com a ambição legítima de fazer do trabalho uma fonte de justiça social, dignidade e bem-estar e não uma rota de precariedade, exploração ou submissão.

A simulação da CIT-Universidade de Coimbra desafiou, pois, centenas de estudantes a pensar nos planos teórico e empírico sobre os cenários do futuro do trabalho. Nessa medida, cada estudante (delegado/a) sentiu que o seu envolvimento não se ficava pela discussão dos problemas associados ao futuro do trabalho, mas ia mesmo além disso, traduzindo-se na elaboração de contributos e propostas (passíveis de influenciar futuras tomadas de decisão de organismos internacionais) que, posteriormente, seriam traduzidos e remetidos para uma Comissão de Alto Nível da OIT (encarregue da celebração das iniciativas do centenário da OIT, em 2019). E é justo dizê-lo, a comunidade FEUC não ficou indiferente ao evento ao longo do ano letivo 2016-17. Com efeito, nalgumas unidades curriculares cujos conteúdos mais se aproximavam dos propósitos da CIT, os respetivos docentes não deixaram, também eles, no contacto letivo com os estudantes em sala de aula, de promover a

reflexão em torno de textos alusivos aos conteúdos da Simulação, chegando mesmo, nalguns casos, a incorporá-los como parte do processo de avaliação dos estudantes.

O espaço da academia revelou-se, assim, muito apropriado para simular pela primeira vez na Europa uma CIT, mostrando que os *think tanks* do futuro do trabalho não podem ficar fechados em gabinetes ou confinar-se a círculos burocráticos. Daí a importância das universidades enquanto lugares privilegiados de reflexão e de debate, de ensino e aprendizagem, de confluência entre uma ciência crítica e uma ciência cidadã. Compostas essencialmente por públicos jovens, as universidades são “agências de transição” para a vida ativa, importantes instrumentos para o acesso ao trabalho. Os contributos saídos da Simulação da CIT, produzidos pelos estudantes/delegados da Universidade de Coimbra, constituíram, por um lado, a expressão de sentimentos coletivamente partilhados, reveladores de angústias e perplexidades inerentes à sua condição e, por outro, uma oportunidade inédita de lançamento de desafios e proposição de caminhos portadores de novas esperanças dignificadoras do trabalho, em conformidade com os princípios fundadores e a agenda da OIT.

Pode, em resumo, dizer-se que a Simulação da CIT na Universidade de Coimbra foi um enorme sucesso, em especial graças a quem a “fez”: delegados/as e dinamizadores/as.

Grças aos delegados/as (cujos nomes figuram numa lista alinhada por grupo de interesses que se encontra no final deste livro), porque foi devido ao seu interesse e dedicação permanentes ao longo de meses que foi possível a formulação de propostas para o futuro do trabalho (como já aqui tive ocasião de sistematizar). Na verdade, para lá das sessões formais (de que se dá conta na segunda parte deste livro), várias outras sessões, combinando os 3 grupos de interesses e os 4 comités temáticos, decorreram em paralelo nas instalações da FEUC.

Graças aos dinamizadores/as (Alfredo Campos, Ana Alves da Silva, Andreia Santos, Beatriz Caitana, Dora Fonseca, Joana Ricarte, João Maia, Marina Henriques, Nuno Teles, Sandra Graça, Saulo Aristides, Teresa Maneca Lima e Vanda Amaro Dias) porque foram eles que, desde a primeira hora, se predispuseram a reunir e interagir com as entidades organizadoras e a receber formação técnica ministrada pela OIT. E sobretudo porque foi deles a grande tarefa de monitorização dos trabalhos dos delegados, de coordenação dos trabalhos dos comités, de apresentação dos temas e sua especificidade, e ainda de sistematização das discussões.

As entidades promotoras da primeira Simulação da CIT em ambiente universitário (OIT, CES e FEUC) estão, por isso, muito gratas pelo envolvimento e empenho de todos/as.

Hermes Augusto Costa

Sociólogo, Professor Auxiliar com Agregação da
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra,
Investigador do Centro de Estudos Sociais

(Página deixada propositadamente em branco)

PARTE I
DISCURSOS INSTITUCIONAIS

(Página deixada propositadamente em branco)

I.1.

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES ORGANIZADORAS



Teresa Pedroso de Lima¹
*Diretora da Faculdade de Economia
da Universidade de Coimbra*

Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra,
Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
(Dr. José António Vieira da Silva),
Senhor Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho
Senhora Presidente do Conselho Científico do Centro de Estudos
Sociais (Doutora Helena Machado),
Senhor Presidente da Associação Académica de Coimbra
Caras e Caros Dinamizadores e Delegados

Senhoras e Senhores Convidados
Minhas Senhoras e Meus Senhores

A Organização Internacional do Trabalho está a comemorar o seu centenário.

E, para o fazer – que melhor forma podia ter escolhido? – deliberou, mais do que olhar o seu (prestigiado) passado, celebrar o futuro.

¹ Discurso proferido no âmbito do Painel de Alto Nível que antecedeu a 1.ª Sessão Plenária da Simulação da Conferência Internacional do Trabalho. Coimbra, Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, 20.10.2016.

Decidiu assim questionar a Universidade sobre quais os principais reptos que o porvir coloca ao trabalho de amanhã. Envolvendo a Universidade de Coimbra, a sua Faculdade de Economia e o Centro de Estudos Sociais.

Em boa hora, a OIT engloba na efeméride o mundo académico e os jovens. Em razão do que a FEUC, orgulhosamente, se associa a este projeto que é, também, garantia de que estamos, enquanto Escola, a fazer o nosso trabalho bem ancorados na realidade, nova, que nos desafia.

É, pois, com imenso gosto que a todos saúdo, enquanto me congratulo com a presença, entre nós, do Senhor Diretor-Geral da OIT. A quem agradeço, mais uma vez, a disponibilidade para partilhar connosco uma reflexão sobre o “O Futuro do Trabalho”.

A sua presença vem reforçar a relação especial e frutuosa que temos vindo a construir desde 2009. Inicialmente marcada pelo Doutoramento Honoris Causa de Juan Somavia, e seguida de diversas ações conjuntas no quadro do Protocolo assinado entre o Centro de Estudos Sociais e o Departamento de Investigação da Organização Internacional do Trabalho.

Hoje, contudo, a simulação da Conferência Internacional do Trabalho na Universidade de Coimbra, realizada pela primeira vez em Portugal, e pioneira na Europa, assinala, sem dúvida, um ponto alto desta virtuosa parceria.

Parece-me, pois, oportuno propor, neste âmbito, a criação de uma Cátedra OIT na Universidade de Coimbra, sediada nesta Faculdade de Economia.

Com o objetivo de:

- a) promover a partilha de saberes e experiências,
- b) fomentar a investigação e o desenvolvimento de competências na nossa comunidade,
- c) e, assim, contribuir para a compreensão das múltiplas questões que, atualmente, desafiam o mundo do trabalho,

queremos acolher anualmente, conferencistas convidados, quadros ou cientistas de alto perfil com reconhecimento internacional.

Ao Magnífico Reitor, um agradecimento muito especial por ter acolhido de imediato a proposta da simulação da Conferência Internacional de Trabalho, que tendo começado por ser da Faculdade de Economia e do Centro de Estudos Sociais, se alargou a toda a Universidade de Coimbra.

Para o Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a expressão da nossa gratidão pelo empenhamento nesta realização, que tanto nos honra e responsabiliza.

Saúdo, ainda, a Associação Académica de Coimbra, presença determinante nestas jornadas; bem como o Centro de Estudos Sociais e a OIT-Lisboa que se afirmaram, desde logo, promotores indispensáveis deste projeto.

Uma referência final – e faço-o com particular satisfação – aos nossos estudantes que, com o enquadramento empenhado dos dinamizadores, aderiram à iniciativa de forma tão expressiva e entusiasta. Em prova de ser esta uma geração que se interessa, que se mobiliza, que participa e quer ser parte na construção do seu futuro.

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Um mundo mais digno e mais justo só se constrói com o envolvimento, a criatividade, inteligência e generosidade de todas e todos.

A Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra assumindo-se, renovadamente, como vetor de construção de uma sociedade mais humana, mais solidária e mais sustentável vive, hoje, um momento relevante da sua história.

É, pois, com este espírito que vos damos as boas vindas a esta, também vossa, casa.

(Página deixada propositadamente em branco)

Mafalda Troncho²

Diretora do Escritório da OIT-Lisboa

Exmo. Sr. Reitor da Universidade de Coimbra

Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Exmo. Sr. Diretor-Geral da OIT

Demais coorganizadores, individualidades, convidados e convidadas

Cara comunidade universitária que participa nesta simulação,

em particular os e as estudantes, nomeadamente os/as

facilitadores/as

Antes de entrarmos na simulação propriamente dita, umas pequenas notas quanto a este modelo de simulação da Conferência Internacional do Trabalho produzido pela OIT.

O «Modelo Organização Internacional do Trabalho» (Modelo OIT) constitui uma simulação Conferência Internacional do Trabalho (CIT), onde estudantes, vestindo a pele de «delegados», assumem os papéis dos países e dos Grupos do sistema tripartido da OIT em Comitês específicos e debatem questões de importância internacional. Jovens delegados e delegadas irão escrever e proferir discursos, negociar com aliados e adversários, desenvolver estratégias, resolver conflitos e chegar a acordo sobre as Conclusões.

² Discurso proferido no início da 1.ª Sessão Plenária da Simulação da Conferência Internacional do Trabalho. Coimbra, Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, 20.10.2016.

Antes da simulação da conferência, os e as participantes estudam detalhadamente a estrutura e o funcionamento da Conferência Internacional do Trabalho, ficam a conhecer o regulamento interno da Conferência e pesquisam os tópicos que serão abordados, bem como as posições do país e do Grupo de interesse que irão representar. Os tópicos de debate são retirados diretamente da agenda oficial da OIT e de assuntos atuais.

Neste caso, não estaremos reproduzindo países uma vez que o que se pretende é receber o contributo de jovens portugueses e de outras nacionalidades a estudar/trabalhar em Portugal sobre as questões levantadas pela Iniciativa do Diretor-Geral da OIT na iniciativa sobre o FUTURO DO TRABALHO.

Os e as participantes constituem os principais intervenientes do Modelo OIT, o que significa que o sucesso da simulação depende em grande medida de vocês. Nós que acompanhamos o vosso trabalho e empenhamento e que já pudemos tomar conhecimento das primeiras reflexões, não temos dúvida de que será um sucesso.

Estão todos participando num momento muito importante, ao qual o nosso Diretor-Geral se quis associar desde o primeiro minuto.

Como já foi dito esta é a primeira simulação deste tipo em Portugal e na Europa. E este é também um momento importante para ouvir a voz daqueles que se preparam para entrar ou entraram muito recentemente no mercado de trabalho. A vossa mensagem – na forma de intervenções e de uma resolução final – constituirá um contributo muito relevante para consideração da equipa que em Genebra coordena esta Iniciativa.

Procura-se ainda com esta simulação criar e desenvolver capacidade de liderança e empenhamento em estudantes/jovens em questões mundiais atuais, incentivando o debate e o intercâmbio de ideias.

Um Modelo OIT é uma experiência única que não só envolve os jovens no debate das questões mundiais, mas também incentiva o desenvolvimento e a prática de competências e de qualidades em

áreas que serão úteis para a sua vida académica, social e mesmo política, tais como: liderança; negociação; comunicação; trabalho em equipa; e métodos de pesquisa.

Este trabalho inédito que temos vindo a desenvolver conjuntamente traduzir-se-á ainda num pacote em língua portuguesa disponível para o mundo jovem lusófono, que esperamos venha a ser replicado.

Termino agradecendo à Doutora Teresa Pedroso de Lima e sua equipa, em particular à Dra. Ana Isabel Santos; ao Professor Hermes Costa e ao Dr. Carvalho da Silva; aos meus e minhas colegas Gianni Rosas, José Cordeiro, Mila Lazo, Ana Santos e Paulo Costa; e, muito especialmente, a todos/as os/as dinamizadores/as e estudantes.

Obrigada a todos e a todas e bom trabalho.

(Página deixada propositadamente em branco)

Manuel Carvalho da Silva³

Coordenador do Centro de Estudos Sociais

(pólo de Lisboa)

Queria começar por vos dirigir algumas palavras e também algumas saudações. Em primeiro lugar, quero cumprimentar todas e todos os delegados e cumprimentar o magnífico Reitor da Universidade, juntando-me à saudação e ao relevo que a Professora Doutora Maria Teresa Pedroso de Lima já deu ao empenho do Sr. Reitor nesta iniciativa. É com muito prazer que vemos a sua presença efetivar-se nesta importante conferência internacional.

Deixo igualmente expressa uma saudação muito particular à Professora Doutora Maria Teresa Pedroso de Lima, diretora da Faculdade de Economia. Como estive na organização desde a primeira hora, sou testemunha do seu extraordinário empenho. A sua identidade com os objetivos e a missão desta conferência foram, desde a primeira hora, absolutamente determinantes para que esta conferência que hoje se inicia venha a ser um grande êxito. Ao saudá-la, saúdo também a Faculdade de Economia e toda a sua equipa que esteve empenhada e tem estado empenhada desde o primeiro momento.

³ Discurso proferido no âmbito do Painel de Alto Nível que antecedeu a 1.ª Sessão Plenária da Simulação da Conferência Internacional do Trabalho. Coimbra, Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, 20.10.2016.

Uma saudação à Professora Doutora Helena Machado, presidente do Conselho Científico do Centro de Estudos Sociais, bem como ao vice-presidente da Associação Académica de Coimbra, Alexandre Amado.

Uma saudação também especial ao Senhor Ministro do Trabalho, José António Vieira da Silva, que sei que acolheu com muito entusiasmo esta conferência e que por isso também aqui marca presença. E assinalo-se, aliás, que esta conferência ocorre num momento muito oportuno, pois vem na sequência de uma conferência que ontem (19/10/2016) decorreu em Lisboa – e que o Ministério de vossa excelência organizou com particular empenho seu – associando, do meu ponto de vista muito bem, o centenário do Ministério do Trabalho ao centenário da OIT. A evocação dos 100 anos do Ministério do Trabalho voltada para o futuro e o pegar em dimensões da agenda que vai marcar os 100 anos da OIT numa perspetiva de futuro é um ato de muita inteligência e de um grande contributo para o país. Digo isto sem qualquer exagero.

E uma saudação muito especial ao Diretor-Geral da OIT, Guy Ryder, e é para mim uma particular honra poder ter um estimado ativo da sociedade a nível mundial que conheço bem a marcar esta conferência.

Quero ainda recordar rapidamente a todas e a todos presentes que é nas conferências internacionais de trabalho que se aprovam as recomendações e as convenções da Organização Internacional do Trabalho. Essas convenções e recomendações, é bom lembrarmos sempre disso, constituem uma das mais importantes fontes do direito nesta área. Mas acima de tudo, a produção da OIT é, ao longo de um século, um referencial ético do trabalho à escala global. E é preciso que este referencial ético se reforce e se projete para o futuro. Tem um grande significado uma outra coisa: esta é a primeira simulação de uma Conferência Internacional do Trabalho que se organiza em espaço europeu, realizando-se numa das mais

antigas universidades da Europa, com mais de 700 anos. Uma universidade que tem uma dimensão de tradição muito profunda mas que tem também associada uma dimensão de inovação e, acima de tudo, uma postura de abertura ao futuro. É uma coincidência muito feliz o facto de estes dois elementos se conjugarem.

Uma saudação ainda aos dinamizadores e delegados. Foi constituída uma equipa – eles estão aqui na primeira linha – de 13 dinamizadores ou facilitadores, conforme a designação que de vez em quando usamos, que são doutorados ou doutorandos em várias áreas. Tal como os delegados, não são todos portugueses, havendo também uma presença significativa de brasileiros e brasileiras, pelo menos, de entre a composição dos cerca de 300 delegados que participam nesta conferência.

Como a senhora diretora da Faculdade já disse, a origem de tudo isto reside naquilo que começou por ser um protocolo entre o CES e a OIT por ação da Universidade e hoje é muito mais que isso. E acho que a senhora Diretora colocou a questão na dimensão plena: a OIT tem na Universidade de Coimbra uma referência forte por atos que já confirmou.

Queria deixar, por último, duas outras saudações. Uma a todo o coletivo do escritório da OIT em Lisboa e também alguns elementos que vieram de Itália trabalhar connosco. Foram incansáveis, deram um grande contributo com um particular empenho da Dr.^a Mafalda Troncho, elemento que despoletou, é bom dizê-lo, esta iniciativa. Mas permitam-me dizer-vos também que talvez há uns quatro anos que nós vamos trocando impressões sobre a possibilidade de se realizar uma conferência deste tipo em Portugal. Isso não ocorreu só comigo, até primeiramente com o professor António Casimiro Ferreira que, com outros elementos, com outras equipas, tem feito um trabalho muito importante sobre os espaços, os conteúdos, o papel da OIT, que prestigia a OIT em Portugal. Além disso, não posso também deixar de mencionar outras ações prévias impor-

tantes com destaque para o lançamento do “Observatório sobre as Crises e Alternativas”. Mas sem dúvida que esta conferência é um salto qualitativo que certamente condicionará os encargos futuros da Universidade.

Por fim, uma saudação muito, muito especial, a todas e todos os estudantes que são delegados à conferência, pela vossa disponibilidade para vir à iniciativa e pela disponibilidade para trabalhar, pois o trabalho não é apenas de hoje. Hoje vai ser a sessão plenária de abertura, são dois meses de trabalho, dois meses onde podeis contactar realidades e ao mesmo tempo trazer cargas de apreciação para essas realidades com que temos de lidar.

Termino, de certa forma com algum atrevimento, deixando esta ideia. Em maio de 1944, em Filadélfia, a um ano do fim da II Guerra Mundial, houve uma importante conferência que teve impactos enormes em múltiplas mudanças, até nos conteúdos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em 1944 houve um grito coletivo da sociedade à escala mundial e esse grito foi: “o trabalho não é uma mercadoria”. Hoje, a favor da justiça, a favor da paz, a favor da democracia e da dignidade humana, é preciso que a partir da discussão do futuro do trabalho e a propósito da evocação do centenário da Organização Internacional do Trabalho (naturalmente num contexto novo e cheio de desafios), este grito de que o trabalho não é uma mercadoria é um grito coletivo que precisa de ser renovado. E contamos com os vossos contributos, e de certeza que o Diretor-Geral que gosta imenso de dialogar e de ouvir a juventude vai ter presente aquilo que vós ireis ser capazes de construir no relatório final desta conferência.

Bom trabalho. Muito obrigado.

I.2.

CONVIDADOS INSTITUCIONAIS



Helena Machado⁴

*Presidente do Conselho Científico
do Centro de Estudos Sociais*

Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra

Senhora Diretora da Faculdade de Economia

Senhor Vice-Presidente da Associação Académica de Coimbra

Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Senhor Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho

Delegados e dinamizadores

Estudantes

Minhas senhoras e meus senhores.

Na qualidade de representante do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, é com vivo interesse cívico e intelectual que testemunho esta simulação da Conferência Internacional do Trabalho, pela primeira vez realizada em espaço universitário europeu. E sendo a universidade um espaço particularmente propício ao debate e reflexão, e em facultar oportunidades para fazer ouvir as vozes dos jovens, cabe-me agradecer em particular à Diretora da Faculdade de Economia, Senhora Professora Maria Teresa Pedroso de Lima Oliveira e à sua equipa, o empenho e dedicação que tornaram

⁴ Discurso proferido no âmbito do Painel de Alto Nível que antecedeu a 1.ª Sessão Plenária da Simulação da Conferência Internacional do Trabalho. Coimbra, Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, 20.10.2016.

possível a concretização do debate sobre o futuro do trabalho, ouvindo as vozes de mais de 300 estudantes universitários inscritos nesta iniciativa respondendo a um desafio lançado pelo Centro de Estudos Sociais e pela OIT Lisboa.

O Centro de Estudos Sociais é uma instituição de investigação interdisciplinar que tem no cerne da sua vocação aliar a excelência na investigação científica com a responsabilidade em construir um mundo mais justo, mais inclusivo, mais igual. Em boa medida está nas mãos dos jovens contribuir para a construção desse mundo. Neste panorama, o futuro do trabalho é um tema privilegiado. E é nesse contexto que equipas de investigação do CES têm desenvolvido estudos e recomendações que visam alterações de políticas e a transformação emancipatória e maior capacitação pelo trabalho. O CES tem desenvolvido trabalho sobre a OIT e com a OIT, tendo celebrado um protocolo anual que estabelece e reforça colaborações no plano de investigação e educação sobre o tema do trabalho.

Neste exercício de simulação, e volto a reforçar o potencial inovador que pela primeira vez se concretiza em espaço universitário europeu, os jovens são desafiados a pensar, a debater e a fazerem-se ouvir sobre temas diversos sobre o futuro do trabalho: macro-regulação económica do emprego, novas tecnologias, novas e velhas formas de desigualdade, o futuro ou os futuros das relações de trabalho. Estes são alguns dos temas que alimentam o desafio cívico intelectual de pensar as formas pelas quais o trabalho continua a ser um pilar central da justiça social e do compromisso de pensar um mundo melhor. Mas também uma plataforma para a construção de coletivos pela internacionalização, multiculturalidade, inovação tecnológica, científica e cultural. A todos e a todas faço votos de excelentes sessões de trabalho.

Muito obrigada.

Alexandre Amado⁵

Vice-presidente da Associação Académica de Coimbra

Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra

Senhora Diretora da Faculdade de Economia

da Universidade de Coimbra

Doutora Helena Machado, Presidente do Conselho Científico

do Centro de Estudos Sociais

Sr. Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Sr. Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho

Quero agradecer, em nome da Associação Académica, o convite para estar presente nesta sessão de abertura e poder participar nesta simulação, na primeira simulação da CIT em espaço europeu, para mais na Universidade de Coimbra. A Associação Académica de Coimbra olha para esta iniciativa e acolhe-a com muito orgulho, de certa forma num espaço que também é seu, porque desde logo permite um contacto formativo dos estudantes universitários com o funcionamento de um dos fóruns internacionais mais importantes de decisão política e definição de linhas orientadoras de política económica para o mundo. E também porque coloca a nossa geração, aquela a que eu pertença e que julgo que a maior parte dos presentes deste

⁵ Discurso proferido no âmbito do Painel de Alto Nível que antecedeu a 1.ª Sessão Plenária da Simulação da Conferência Internacional do Trabalho. Coimbra, Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, 20.10.2016.

fórum pertencem também, a pensar o futuro do trabalho. Trabalho, cujo mundo, todos nós crescemos a reear, que nos foi apresentado sempre como mercado de trabalho, não como trabalho apenas, e que vivemos e crescemos num contexto de receio e de incerteza quanto à nossa inserção nesse mundo e nesse mercado.

O desemprego, os estágios não remunerados e mal remunerados, a instabilidade dos vínculos laborais, a competição entre as várias gerações que vivem no mercado de trabalho, a precariedade dos vínculos, tudo isso foram preocupações que nos foram sendo transmitidas ao longo do nosso crescimento, ao longo do nosso contacto, e até do nosso percurso ao longo do ensino superior. E a forma como nós vivemos o ensino superior e a nossa formação, toda ela é influenciada também por isso, por essa incerteza e por todos esses receios quanto a esse passo das nossas vidas.

A forma como todos nós testemunhámos isso foi sempre num contexto de grande tensão social, num contexto de conflito entre as várias partes (por vezes porventura será necessário) mas que opôs, e julgo poder falar pela nossa geração nesse aspeto, sempre o progresso científico e tecnológico, a inovação, à necessidade de se estabelecerem vínculos estáveis e condições familiares para os trabalhadores. Creio que não devemos acolher essa dicotomia. Creio aliás que devemos rejeitar a opção por um desses modelos. E acho também que não há forma melhor para pôr uma geração a pensar nisso e para pôr uma geração a refleti-lo e a debatê-lo do que um fórum como este.

Quero, por isso, dar os parabéns à organização e dizer que a Associação Académica de Coimbra tem muito orgulho em poder participar nesta simulação. E estou certo que todos os participantes, estudantes universitários, pessoas que a breve prazo irão ingressar no mercado de trabalho, irão ultrapassar esse momento de incerteza. Estou certo que este fórum é o melhor possível para pensar sobre a matéria e não tenho dúvidas de que as conclusões que sairão daqui

serão conclusões daqueles que serão também os futuros decisores políticos do país e do mundo. Por isso, dou também os parabéns à organização e desejo a melhor sorte a todos os participantes.

Muito obrigado.

(Página deixada propositadamente em branco)

José António Vieira da Silva⁶

Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Senhor Reitor da Universidade de Coimbra, nosso anfitrião
Senhor Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho
Senhora Diretora da Faculdade de Economia
Senhora Presidente do Conselho Científico do CES
Senhor Vice-presidente da Direção Geral da Associação Académica
de Coimbra
Senhor Coordenador da Delegação do CES em Lisboa
Minhas senhoras e meus senhores
Caras e caros estudantes

Começo por cumprimentar todas e todos que participam nesta simulação e saudar a Universidade, a Faculdade de Economia, o CES, por esta iniciativa, que é obviamente uma iniciativa não só inovadora como de elevado mérito. Recordo que a Conferência Internacional de Trabalho é reconhecida amplamente como a assembleia mundial do trabalho, sede internacional do tripartismo e expoente máximo do diálogo social. Valores que Portugal tem partilhado e que defende, aliás como membro fundador desta organização com quase um século de existência. Foi-me pedido que aqui simulasse um pouco,

⁶ Discurso proferido no âmbito do Painel de Alto Nível que antecedeu a 1.ª Sessão Plenária da Simulação da Conferência Internacional do Trabalho. Coimbra, Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, 20.10.2016.

pelo menos formalmente, a participação na Conferência Internacional do Trabalho em que já tive a oportunidade de participar quatro ou cinco vezes. E de facto há um cerimonial nas sessões plenárias da organização e dentro desse cerimonial há um aspeto muito importante que é um relógio que vai avançando e que nos vai dizendo que o nosso tempo está a chegar ao fim. Portanto, vou procurar imaginar que esse relógio está aqui à nossa frente porque se não cumprimos ouve-se um som, um sino que nos avisa que já estamos a exorbitar.

Por ocasião do centenário da OIT, que será celebrado em 2019, o Diretor-Geral, aqui presente, lançou um desafio à escala mundial para a realização de um amplo debate sobre o futuro do trabalho. Portugal tem boas razões para desenvolver esta reflexão, o que aliás faz, atrevo-me a dizer, de forma já um pouco tardia. O nosso país vive um processo de mudança no seu padrão económico de especialização de enorme profundidade, em virtude, principalmente, de uma rutura da natureza da inserção internacional da nossa economia. Em poucas décadas, o modelo dessa integração mudou radicalmente sob o impacto conjugado da integração ibérica, da pertença à União Económica e Monetária, e de uma nova exposição às dinâmicas do que hoje chamamos a globalização. Essa rutura reestruturou as nossas atividades, redesenhou a geografia do nosso comércio externo e a demografia das nossas empresas. Mudanças que puseram ainda mais em evidência algumas das fragilidades de longo prazo, com mais relevância para o nosso país, tais como o atraso educativo que ainda temos, o atraso de qualificações ou a escassez de fontes de financiamento para o investimento produtivo.

Por outro lado, todas as consequências da crise financeira que se iniciou em 2008 desencadearam e produziram um fortíssimo choque na nossa estrutura económica e de emprego, bem expresso no facto de hoje, apesar da recuperação já concretizada, o país possuir cerca de meio milhão de empregos a menos do que sucedia em

2007 ou 2008. É precisamente esta realidade nacional do ponto de vista económico, bem como do ponto de vista social e laboral, que está já hoje a defrontar o impacto daquela que alguns consideram ser a mais profunda transformação que se vive desde a Revolução Industrial. Trata-se da mudança provocada pelo acelerar da revolução tecnológica digital e do seu impacto em áreas como a automação, por exemplo, pela reorganização das cadeias de produção e inovação à escala internacional, e por uma alteração profunda nos modelos de comercialização e de consumo. Essa torrente de mudanças, não é naturalmente alheia à nova fase da globalização e de reequilíbrio internacional do poder económico e financeiro.

Como sempre acontece em épocas de mudança tecnológica mais intensa, não faltam as vozes que questionam se o progresso na automação não tornará (pelo menos parcialmente) dispensável o trabalho humano. Convém recordar que, ainda que de forma não linear, o progresso técnico sempre criou mais emprego do que aquele que destruiu. No entanto, esta é uma inovação de uma dimensão e de uma dinâmica com uma velocidade de aceleração incomparáveis com outras que aconteceram no nosso passado recente ou nos últimos séculos. A inovação tecnológica e a alteração das relações sociais, de consumo ou de trabalho que a elas se associam, podem parecer como inevitáveis, podem até parecer a antecipação do futuro, mas não são necessariamente caminhos de progresso. A tecnologia e a inovação permitiram que a Revolução Industrial e todos os seus efeitos produzissem um significativo acréscimo do bem-estar à escala mundial. Mas, verdadeiramente, o progresso social só se concretizou quando a essa revolução tecnológica se somou o império da lei que proibiu o trabalho infantil, que proibiu as jornadas de trabalho sem fim ou construiu os sistemas de proteção social.

Também hoje, como no passado, a regulação social do trabalho do futuro está no centro das opções a construir. Discutir o sentido dessas mudanças e questionar o modelo de relações sociais e laborais

que ambicionamos para a nossa sociedade são imperativos maiores do nosso dia. Portugal acompanha de perto este processo, quer ao nível nacional, quer ao nível internacional. E estou certo que tudo faremos para que em conjunto possamos encontrar respostas para que a defesa do trabalho digno – conceito lançado em boa hora pela Organização Internacional do Trabalho – e a defesa da proteção social sejam uma realidade. Temos que ter a ambição de participar na liderança desse processo de mudança, para que uma nova agenda para o mundo do trabalho se construa onde as condições de trabalho e a promoção da coesão assumam um lugar de objetivo central.

Muito obrigado.

Guy Ryder⁷

Diretor-Geral da OIT

Honourable Chancellor of the University of Coimbra
Madame the Dean of the Faculty of Economics
Madame the representative of the Centre for Social Studies of Coimbra
Vice president of the Academic Association of Coimbra
Minister of Labour
My friend, the moderator, Manuel Carvalho da Silva
Students

Good morning,

Let me begin by thanking everybody who has been involved in the organization of this very important event and particularly the authorities of the University of Coimbra for bringing us all together and extending this kind invitation for me to be with you today.

I want to begin by saying that the ILO values very, very highly its relationship with the University of Coimbra.

We're a very proud organization with nearly 100 years old. We are proud of that. We now come to a university which is 700 years

⁷ Discurso proferido no âmbito do Painel de Alto Nível que antecedeu a 1.ª Sessão Plenária da Simulação da Conferência Internacional do Trabalho. Coimbra, Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, 20.10.2016.

old. It places our history in some perspective... so we are duly humbled by the invitation.

It's also a great pleasure to be amongst... I know this is an international audience..., but amongst Portuguese colleagues.

This is a great year to be in Portugal.

You won the football championships, we weren't very happy...

You gave the world a Portuguese secretary-general of the United Nations. That's great news. And now three years before our centenary we're having this ILO Centenary Conference. So it seems to me, anything is possible in Portugal this year. And I will come back to that.

But also the ILO and Portugal share a long history. Portugal was a founder of the ILO in 1919.

And that's one thing people forget. The ILO is the oldest of the international organizations. We're older than the United Nations. We survived the Second World War, we survived the League of Nations to be part of the foundation of the United Nations.

And it's a very exciting history because physically the ILO had to run away from Geneva during the Second World War and go to the United States into Canada in exile during the war and we escaped through Portugal. People ran away from Geneva went through Franco's Spain got to Lisbon took the boat to the new world.

So there's a lot more I could say about the joint history but if we're still here it's sort of thanks to Portugal so we are pleased about that as well.

But we're not here to talk about the past, we're here to talk about the future and I have the impression I'm looking at the future. As I said, being here in Portugal feels like anything is possible. If there's one message I hope we can agree upon, in this Conference session, it's that the Future of Work is not written for us, it's not determined by us. It will be created by the people sitting in this room, and your colleagues around the world.

It's a future that will not be created by robots. It will be created by human hands, human minds and human determination. So let us put aside the idea that the future is already decided and let us set about the task of designing that future.

The ILO being nearly 100 years old is – if you like, if you think about it – the work of three generations, a hundred years it's about three working lives.

So in the future... well we have to make ILO 4.0. You're the generation 4.0 for the ILO and you've probably got strong opinions about the job that your previous generations have done: a good job, a bad job or a mediocre job... But I think you want to set about the task of doing better than the previous generations and I look forward in the discussions that we're going to have today to hearing your ideas.

Now the ILO Conference is a special event. We always call it the World Parliament of Labour. It sounds very grand. For people like me, it's a horribly stressful event. Five thousand delegates come from our 187 member states around the world. They come to Geneva for three weeks and for the most part they argue with each other, they have fights and disagreements and we have to try and find a way of bringing them together. But what I think is extraordinarily important about the ILO Conference is... it is universal. You have the representatives of 187 member states, governments, workers, and employers. And of course they come legitimately to defend their interests, their national governmental interests, the interests of workers, the interests of employers... but they do it not only in defence of their own interests but with a commitment. And that commitment is to try to reach consensus, reach agreement... find common ground. And that common ground is not arbitrary, it's a common ground which leads us towards social justice.

The ILO, and I can't say this too strongly, it's a values-based organization. Our values are the values of social justice. Now we

often ask ourselves, at least when you get to my age of life, if my values – with which I came to the world of work – are the same values of those coming to the world of work today. And yes these are times of change, of insecurity, of uncertainty but I do hope and I believe that this objective of social justice is something which unites people across generations and across nations and across the three groups that form the ILO.

I want to listen to you and see if that assumption is correct. And let me close to say that as you take on the roles of delegates to the ILO Conference, keep in mind that you are following the footsteps of some very great people.

Nelson Mandela was a guest at our Conference.

Lech Walesa was a guest at our Conference.

Aung San Suu Kyi came to our Conference. Her first visit outside Myanmar was to the ILO Conference.

President Clinton was a guest at our Conference. And Jorge Sampaio, former President of Portugal, was with us in the year 2000.

So you are following in big footsteps but if we are designing the future it seems to me it is your generation who are going to be the actors, the architects of the future... it is your generation that needs to be centre stage.

So once again thank you to you all for being part of this great event.

Thank you Mr. Chancellor for making it all possible. I'm going to look forward too and enjoy the debates to come.

Thank you very much.

João Gabriel Silva⁸

Reitor da Universidade de Coimbra

Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Senhor Diretor-Geral da OIT

Senhora Diretora da Faculdade de Economia

Senhora Presidente do Conselho Científico do CES

Senhor Vice-Presidente da Associação Académica de Coimbra

Carvalho da Silva, caro amigo moderador desta sessão

Enfim, a todos os organizadores e presentes quero obviamente saudar.

Penso que devo começar por agradecer, em primeiro lugar, à OIT e ao senhor Diretor-Geral o facto de ter confiado à Universidade de Coimbra a organização deste evento. Como já aqui foi mencionado, é a primeira vez, apesar dos 100 anos da OIT, que um evento deste género ocorre em ambiente universitário na Europa. Acho que isso traz a todos uma ideia da relevância e do significado desse evento e a Universidade de Coimbra só pode agradecer esta oportunidade que estamos a segurar com ambas as mãos e que estou certo vai conseguir contribuir para este debate essencial de futuro.

Quero agradecer também ao Senhor Ministro o facto de estar presente e ter dado o seu apoio pleno a esta iniciativa, novamente

⁸ Discurso proferido no âmbito do Painel de Alto Nível que antecedeu a 1.ª Sessão Plenária da Simulação da Conferência Internacional do Trabalho. Coimbra, Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, 20.10.2016.

aumentando a responsabilidade que cai sobre os nossos ombros, porque de facto se espera que isto seja não um jogo mas uma contribuição efetiva para este debate do emprego do futuro que é absolutamente essencial. E como já aqui foi muito bem realçado, é a vossa geração que obviamente vai – de uma maneira cada vez mais acelerada, é certo – construir aquilo que é o mundo do trabalho nos anos que para aí vêm, nos decénios que aí vêm.

A Universidade de Coimbra é uma universidade antiga com muita tradição mas que sabe bem, precisamente por causa dessa antiguidade, que a preocupação de olhar em frente é uma preocupação contínua. Conseguem com facilidade imaginar que o conjunto de desafios, de crises, dificuldades e de oportunidades que surgiram para a universidade ao longo destes mais de sete séculos de existência é enorme. E a universidade sabe bem que ou é capaz de compreender com antecipação o movimento dos tempos, as necessidades da sociedade, ou torna-se irrelevante e desaparece. E portanto uma das coisas que me orgulha muito particularmente nestas funções que eu agora exerço é o facto da circunstância, os anos, os séculos, terem demonstrado que a Universidade de Coimbra, com dificuldades, nem sempre da melhor maneira, mas muitas vezes de forma brilhante, soube antecipar esses momentos, essas necessidades, e responder com grande qualidade às necessidades da sociedade e contribuir para a evolução dessa própria sociedade.

Ora, o mundo do trabalho é seguramente um dos nossos grandes desafios. E aqui perdoem-me que invoque a minha condição de engenheiro, e portanto não sou economista, não sou jurista, não sou sociólogo, sou apenas engenheiro. E ainda por cima engenheiro de computadores, informático. E eu não posso deixar de dizer que há razão para preocupação, porque aquilo que nós agora vemos como uma curiosidade de revista de magazine, que são por exemplo os carros autónomos, será uma realidade dentro de 10/15 anos. Não será instantâneo, mas ao fim das próximas duas décadas, não será

mais do que isso, 90% dos motoristas deste mundo vão ser substituídos por carros que conduzem por si nas estradas com grandes ganhos em termos de sinistralidades nas estradas. Vai morrer muito menos gente nas estradas graças aos carros automáticos, aos carros autónomos.

Enfim, podia dar exemplos mais próximos mas já agora mantendo-me nos carros. Cada vez que qualquer um de nós viaja numa autoestrada e passa na praça da portagem (se calhar não vós, mas aqueles que tem uns anitos mais como eu) lembramo-nos, há não muitos anos atrás, da cabine que havia na portagem. Na praça da portagem tinha uma pessoa lá dentro. E como aquilo funcionava 24h, na realidade cada cabine representava um emprego de várias pessoas que trabalhavam por turnos. Neste momento, a maioria esmagadora das cabines ou tem uma antena chamada via verde – o carro passa e a antena deteta a passagem do carro e marca a portagem – ou, quando muito, há uma máquina com uma voz sintética horrível onde nós metemos o dinheiro, metemos o *ticket*. Ora cada uma dessas cabines de portagem automatizada representou a perda de vários postos de trabalho. É claro, como o Senhor Ministro disse com absoluta verdade, há pessoas que têm de construir essas máquinas, de as manter e, portanto, outros empregos se criaram. Agora eu confesso – e invoco a minha condição de engenheiro informático – que não estou convencido que o ritmo a que a automatização decorre crie empregos ao mesmo ritmo que os destrói. Para dizer a verdade, mesmo não tendo dados objetivos, estou convencido – e o exemplo dos motoristas é um exemplo muito claro – que os vai continuar a destruir mais depressa do que os constrói com a aceleração da inovação tecnológica.

E por isso eu gostava – e é um tema que eu gostava, já que estamos aqui, de lançar para a vossa própria discussão – que nós encarássemos muito de frente a questão dos *robots*, da automatização, enfim, de todos estes mecanismos e pensássemos pelo menos

em colocar as pessoas em pé de igualdade concorrencial com as máquinas. E eu queria explicar o que é que quero dizer com isto. E vou voltar ao exemplo das portagens de autoestrada. Quando havia turnos, três turnos provavelmente, em cada uma das cabines de autoestrada, cada uma daquelas pessoas representava para a empresa que as contrata o custo do salário direto, mais uma carga fiscal enorme. São as taxas para a Segurança Social, são os impostos sobre o rendimento, e na realidade aquilo que líquido chega à pessoa, dependendo de imensos fatores, é para aí, números redondos (não é muito relevante aqui dar valores precisos), metade daquilo que se lhe paga. Quando se lá mete uma máquina, o IRS desapareceu, a taxa para a Segurança Social desapareceu e, portanto, do ponto de vista fiscal existe uma motivação económica enorme para a substituição de uma pessoa por uma máquina. Eu acho que o mínimo que nós devíamos exigir é que houvesse uma situação de pelo menos igualdade, pelo menos neutralidade fiscal. Já que nós estamos num ambiente, que eu defendo, de que a geração atual deve pagar as pensões daqueles que estão aposentados, pois então pelo menos nos casos em que objetivamente a máquina substitui a pessoa, essa máquina também deve contribuir para as pensões dos que estão aposentados. Eu não sei por que é que a máquina que substituiu as pessoas na portagem de autoestrada não paga taxa social única? Acho que devia pagar. Porque reparem, o computador é muito eficaz em tarefas muito repetitivas. Nós, humanos, temos a grande vantagem da nossa capacidade de adaptação. As máquinas, sob esse ponto de vista, evoluíram qualquer coisa, mas são muito rígidas. Nós fazemos muitas coisas diferentes ao longo da nossa vida e durante o dia. As máquinas não têm essa capacidade, isso é uma vantagem nossa. Mas ao menos que não tenhamos uma desvantagem fiscal. E a desvantagem fiscal dos humanos nos postos de trabalho é neste momento brutal. Eu não tenho nenhuma ilusão, nós não estamos num ambiente de crescimento. Aliás, custa muito ouvir

sempre quem vem dizer que o nosso bem-estar depende de não sei quantos por cento de crescimento do PIB. Isso é uma ilusão absoluta, o crescimento infinito é impossível, isso está mais que estabilizado, os recursos do planeta são finitos, e portanto nós temos que viver num ambiente de estabilidade. Eu não estou a falar em pôr impostos sobre as máquinas para que haja um aumento da receita fiscal, eu acho que deve haver transferência da receita fiscal. Isto é, no limite as máquinas deviam pagar os impostos e o trabalho humano devia estar livre de impostos. E aí estaríamos de facto a defender-nos. É a minha contribuição, uma excelente conferência para todos.

Muito obrigado.

(Página deixada propositadamente em branco)

Maria-Luz Vega⁹

Coordenadora da OIT para a Iniciativa do Centenário

First of all let me express my happiness to be with you today. You are the expression of the Future and this discussion lets us see the future with a lot of hope.

It is a pleasure for me to close this important experience, moreover considering that it was opened by our DG and this shows the importance ILO gives to this event.

As you are aware, significant changes have occurred over the last few years in the world of work, calling into question the effectiveness of labour law, the efficiency of labour market institutions, the real scope of social protection and the functioning of industrial relations' systems. In fact, the challenge today is to face *inequality and insecurity* that seem to be a pattern in our world. We can even say that these are the most substantial "labour problems" of our era.

All these major changes have occurred in society and in the labour market composition, in particular during the last ten years. These changes, in fact, are really influencing us day to day. Let us take a step back and look around. The demographic has completely changed. The national age pyramids and the figures concerning displaced people and refugees are becoming a general pattern to

⁹ Discurso proferido no âmbito da cerimónia institucional de encerramento da Simulação da Conferência Internacional do Trabalho. Coimbra, Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, 30.11.2016.

be considered when talking about the labour market. At the same time, climate and environmental changes are affecting our way of living and working. In parallel, the fragmentation of production implies important changes in the organisation of work, including the massive use of new technologies in different ways and across countries. As mentioned in the seminar background note, we face “the integration and application of different digital technologies and innovation across economic and social domains”.

Among these factors, technological change is unanimously recognized as a major driver of growth and development. In economic thinking, it is common to assume that long-term growth can be explained largely by technical progress. Technological changes are also inevitably dynamic processes which involve both job destruction and creation; and transforming existing jobs, particularly in how work is organized. Both aspects have critical implications for workers, employers and their families. However, the extent and speed of technological changes have always been subject to economic and social debates, typically with diverging views between optimists and pessimists, and in fact for more than 60 years.

In fact, technological progress has been discussed since ILO’s creation in 1919 (and even before at the invention of the steam machine there was CHANGE in the XIX century). For instance, in response to emerging doubts about the employment impacts of rapid mechanization and automation in the 1950s, the ILO Director-General submitted a report which stated “[p]ast experience shows no reason to believe that technological innovation led to a decrease in the global volume of employment. On the contrary, it suggests that such innovations, while they may cause declines in some areas of employment, led in the long run to an expansion of employment by creating increases in other areas”. Several years later, the discussion on the “labour and social implications of automation and other technological developments” at its 1972 annual International Labour

Conference (ILC) concluded that the consequences of technological changes were “in most respects much less dramatic than had earlier been feared”.

Over more than 90 years, optimism/pessimism trends and forecasts have alternated in discussions, focusing on the idea already mentioned by Schwab on a Fourth industrial revolution. The old debate on enhancing production and reducing costs is gaining importance in this technologic context and the argument that digitalisation destroys employment and fragment production has been questioned by the idea that rather than complete destruction of jobs, we are facing a change in the nature of job workers and skills needed and the jobs as such are not under risk. Moreover, innovation opens “exploitable” opportunities not only for create technologies but also for the development of new products.

Summing up, while today there is a broad consensus on its productivity potential, recent years have witnessed growing concerns – not entirely unlike those of the past – about the “labour replacing potential” of this kind of technological change. Some believe that the current wave has already reached a tipping point so that a job-less digitalization of the economy (or society) could be a reality in the near future. Others disagree. Some are more optimistic, noting the sequential process of job creation which is often stronger than job destruction. Still others admit that technological innovation puts jobs at risk, but that this is not inevitable. In the latter view, the future impacts of technology on the labour market will depend on social choice and policy actions and thus a job-rich digital economy is deemed to be an attainable future that affects working conditions and also rights as defined until today.

Besides the idea of the existence or not of a fourth industrial revolution, challenges are there and we can for sure mention that in many countries facing a crisis on labour law and industrial relations and who are navigating the turbulent waters of an economic crisis.

The problem is not only how full employment can be achieved in the current world of technological changes, the question is which kind of legal framework is needed and which is the social floor needed to guarantee a minimum protection.

Like you, we are aware that we need answers and some consensus, but this is not an easy task. Maybe there is a need for a new deal on social issues (what some authors call the new social contract). At least we need to think and discuss.

The ILO is fully aware of the need to better understand what these transformations mean for governments, employers and workers, for businesses and societies, and of the requirements that such a challenge would represent.

Concerned by these issues, and in the context of its 2019 Centenary, the Future of Work Initiative was launched by the Director-General of the ILO at the International Labour Conference in June 2015. Bringing together government, employer and worker representatives, including youth in all countries to address some of the most pressing policy issues and opportunities of our time, the Initiative will try to explore the needs and to equip the organization and its constituents to successfully take up the challenges of its mandate in its second century. The DG has expressed many times that it is important that ILO embark on a truly important and serious reflection on the future of work and this should be done in a different way than ILO normally approaches its daily work. We need solid conclusions and results and to look for different process and different approaches.

At the ILO, we have decided to do this in three coordinated steps, starting with national dialogues (until mid-2017) and concluding in 2019 with the centenary celebrations and the results (recommendations) of the High-level Global Commission on the Future of Work. And so a DG invitation was launched in December 2015 on this 'Future of Work' initiative that is for all of you – governments,

employers, workers – to look beyond the normal “current” horizons and try to see what is happening in the world of work, to anticipate those processes and – above all – to construct the types of policy responses that will equip all of us, including the ILO, to proceed with this mandate and objective of social justice in radically different circumstances. More than 130 member States have responded positively, giving us high support and a lot of hope to achieve our desired results. You are one of these countries and you are therefore a very important part of the process.

In fact, if I look at your dialogue over these two days, your discussion was based on your questions, your needs and your experiences, and this is what ILO is intending to collect through your reports to “feed” the Commission: the national thinking, hopes and questions. The real feeling of the people who make the ILO live. These by nature should reflect the world diversity.

As you also know and to give some articulation to the debates, the ILO has decided to try to structure this national dialogue around four conversations. These conversations are not intended to limit the issues to be considered. However they try to cover the main issues discussed today by all our member States.

The first conversation is about the place of work in our societies. In the work concept, there is this notion of self-realization, of doing something which is bigger than the individual, of being part of society. Work is a social value.

The second conversation is on decent jobs. The qualitative and quantitative aspects of jobs are a main concern considering that there are around 40 million youths joining the labour market. What does this job look like? What will be the new sense of the employment relationship?

The third conversation is around the organization of work and production. The importance of global supply chains, the fragmentation of production between enterprises, across borders, but also

the organization of production as well as the use of new technologies and virtual organization will imply massive consequences for the future of the enterprise. And of a traditional culture on human resources and organization.

Finally, the fourth conversation is on governance of the world of work. What will be the role of labour market institutions? How to guarantee access to labour rights and to ensure compliance at national and international level?

As you can see, the four conversations are broad enough to guarantee an open discussion and to consider any approach and any national perspective. Social justice is still our mandate and we need to look for the foundation for its guarantee as it has been our task for more than 97 years now.

In many countries, where most of the workforce is still involved in an employment relationship and where strong labour market institutions, social partners and public authorities were able to develop, the traditional governance model has ensured a broad enjoyment of work-related rights, albeit with persistent inequalities. But is this still the case in 2016?

In fact the governance model of work-related rights was built upon a vertical and essentially country-based system of production where responsibilities for delivering work-related rights were clearly defined. It is also the result of social and political power struggles that ultimately led to country-based political consensus, creating space for social policies to be effective at least in some way. It was the expression of social welfare, the so-called European social model. However, is this model still alive? Is the Social dialogue of the 1970s (the prodigious 30) still the model?

In 1919 ILO was created by the Treaty of Versailles and at this time “the High Contracting Parties, recognising that the well-being, physical, moral and intellectual, of industrial wage-earners is of supreme international importance” and that even “differences of

climate, habits, and customs, of economic opportunity and industrial tradition, make strict uniformity in the conditions of labour difficult of immediate attainment.....” they agreed “..., that labour should not be regarded merely as an article of commerce”, as they think that there were “methods and principles for regulating labour conditions which all industrial communities should endeavour to apply, so far as their special circumstances will permit.”

At this time for achieving this they found to be of special and urgent importance:

- The recognisable right of association;
- The payment to the employed of a wage adequate to maintain a reasonable standard of life;
- The adoption of an eight hour day or a forty-eight hour week;
- The adoption of a weekly rest of at least twenty-four hours;
- The abolition of child labour;
- The principle that men and women should receive equal remuneration for work of equal value;
- The standard set by law in each country with respect to the conditions of labour should have due regard to the equitable economic treatment of all workers lawfully resident therein; and
- The need for a system of inspection in which women should take part, in order to ensure the enforcement of the laws and regulations for the protection of the employed.

In 1944, the ILC reaffirmed in the Philadelphia Declaration that labour is not commodity. The idea was to clearly reaffirm that we do not trade “bodies (location hominis)” that we trade services and we are paid if you provide a service, labour. An entire legal basis was built to protect the persons behind the labour and the ILO was the international expression of such a basic need and the general aspiration of social justices.

Today nobody doubts, as was stated in the first half of the XX century, that a job is not a commodity but in fact some of the new forms of work using technology were challenging the idea in practical terms.

The world we will face in 2019 is being in some way commoditised and our actors and structures are not responding in the way that is needed, perhaps because of the speed in changes or because of a change in values. If you see the IT platforms' work (i.e. where payment is not based on service but set by the platform or the client, and includes rest or sickness periods) we can conclude that even fundamental rights such as discrimination of collective bargaining could really be affected: therefore our Welfare State is at a crossroads.

How to regain social justice? How to move to a social deal that sets the basis for our (fair) future of work?

It is also clear that today regulatory and compliance mechanisms operate in a more complicated environment in which traditional actors and institutions are often losing steam while new labour governance initiatives and instruments that are arising in the context of the globalized economy have not yet demonstrated how much they can effectively contribute to a better enjoyment of work-related rights. We have experienced deregulation, protectionism and even hybrid forms like *flexi security* in an alternate manner and now we are facing an exploitation of fragmentation of production and new jobs and work and services.

Industrial relations and social dialogue are also experiencing critical moments. We can't forget that both institutions are key in ensuring a broad access to work-related rights, fair remuneration and a high level of rights compliance.

The challenges of arriving at a stable social model have further increased in many parts of the world. Rising inequality and income insecurity are symptoms of imbalances and fractures, which have

destabilized some of the fundamental values of today's societies. In particular, in countries with small formal sectors, low productivity, underdeveloped productive structures and high inequality, such imbalances constitute an enormous challenge. Such imbalances in the socio-economic sphere, which often lead to political capture, also influence the legitimacy of political institutions and political stability. In order to reach a new equilibrium and to achieve a stable and equitable model in Europe, an effective institutional framework is necessary to strike a new balance between economic and social concerns. Labour market institutions as well as social dialogue (re-invigorated) should play a key role in contributing to more equitable outcomes.

In all this context, technology and digitalisation should be considered in a holistic approach and to examine all the possible consequences. It is not the first time that we have been living a technological revolution.

It is time to stop a little bit in our daily life and think about the issues. It is time for a reflection on the evolution of social contracts in a changing world of work. We need to address the specific challenges for social justice, rights (both human rights and workers' rights), equity and inequalities and participation - and this at national and international levels.

The discussion is in our hands, and most particularly in your hands as the future is yours. Each time we sit and discuss about the Future of Work, we are thinking of the way to make social justice a reality. This is an enormous task, and sometimes I think we have not enough time, but I am sure you have more time and more energy than we elders have.

Please don't forget that you talk about your future and the future of the new generation and this is a major task.

Many thanks for your attention!!!

(Página deixada propositadamente em branco)

I.3.

REPRESENTANTES DOS PARCEIROS SOCIAIS



Simulação da Conferência Internacional do Trabalho (CIT)

Sessão Plenária de Encerramento
Cerimónia Institucional de Encerramento

30 de novembro | 14H
AUDITÓRIO DA REITORIA



Cristina Morais¹⁰

Confederação dos Agricultores de Portugal

A Confederação dos Agricultores de Portugal é um Parceiro Social em Portugal, que representa e defende os interesses dos empregadores agrícolas e dos agricultores em Portugal.

A CAP intervém na negociação coletiva de trabalho e tem contribuído para a sua dinamização, não só porque celebra convenções coletivas de trabalho ela própria (2 convenções por ano) mas também porque reúne anualmente o Conselho das Associações Patronais do Setor Agrícola (CAPSA), que agrega as suas associadas que celebram convenções coletivas de trabalho e que reúne para harmonizar negociações, através de orientações, deixando todavia toda a liberdade para as suas associadas negociarem no sentido que entenderem.

O setor agrícola, nos últimos anos tem tido uma enorme evolução em Portugal, fruto não só do investimento de que foi alvo desde a adesão de Portugal à União Europeia, mas também de um crescimento económico muito acentuado nos últimos 5 anos e, mais recentemente, de uma grande aposta na inovação. Uma das grandes apostas do setor, como acontece com outros setores económicos, tem sido a do aumento da produtividade do setor.

¹⁰ Intervenção no âmbito da Mesa Redonda com Parceiros Sociais, realizada na sequência da cerimónia institucional de encerramento da Simulação da Conferência Internacional do Trabalho. Auditório da Reitoria da UC, 30.11.2016.

Trata-se de um setor que para determinadas tarefas, de trabalho menos qualificado, luta com falta de trabalhadores, tendo que recorrer à contratação de trabalhadores provenientes de Estados terceiros.

Há cerca de 2 meses a Confederação dos Agricultores de Portugal organizou um Seminário em Lisboa, dedicado ao tema da inovação, competitividade e crescimento no setor agrícola. Nele foi possível assistir a intervenções de empresas que já tinham introduzido inovações nos processos de produção que implicavam a substituição de trabalhadores por máquinas (máquina de vindimar em vinhas em socalco no Douro). Cada vez mais assistimos a exemplos destes na agricultura, em que são introduzidas novas tecnologias nos processos produtivos para substituição de pessoas ou aumento da produtividade no setor.

A supressão destes postos de trabalho (trabalhos bastante duros) terá a vantagem já hoje e no futuro de ser substituída por outro tipo de trabalhadores que têm que operar com estas máquinas, que são mais qualificados e que irão auferir outro tipo de salários.

Naturalmente que a negociação coletiva que a CAP faz no futuro terá que refletir a introdução das novas tecnologias e a agenda digital em alterações ao nível das categorias profissionais e contratuais (novas competências), do tempo de trabalho, local de trabalho, salários. E naturalmente que isso será positivo pois fará com certeza subir o nível salarial uma vez que se trata de trabalhos mais qualificados. Haverá provavelmente menos postos de trabalho neste setor, mas postos de trabalho mais qualificados e com melhores salários, o que parece ser compensador.

Como se trata de um setor que luta com falta de trabalhadores, a mecanização, a robotização e a inovação com aumento de produtividade são desejáveis.

Por outro lado, é preciso não esquecer que este setor não irá sofrer apenas as alterações decorrentes da digitalização, da alteração dos processos de produção decorrentes da inovação e da introdução

de novas máquinas ao serviço da agricultura, mas também uma alteração profunda decorrente das alterações climáticas, que vão naturalmente obrigar a alterar os processos de produção.

A própria Política Agrícola Comum, com a introdução de pagamentos diretos, desligados da produção, cuja atribuição se encontra sujeita à verificação das regras da condicionalidade, altamente técnicas e complexas, já tinha vindo exigir a substituição de um maior número de trabalhadores qualificados por um menor número de trabalhadores muito qualificados.

As alterações do trabalho no futuro vão exigir que os Parceiros Sociais participem ativamente no processo de transformação, através do diálogo social, acompanhando as mudanças que se encontram já a ocorrer e que vão ocorrer no futuro, emitindo os seus pareceres ao nível da concertação social e dinamizando a contratação coletiva.

O atual Código do Trabalho e legislação complementar são adequados para fazer face aos desafios e oportunidades das transformações que se avizinham, mas no futuro será necessário introduzir alterações, pois a experiência que temos relativamente às transformações é a de que a realidade e a transformação precedem a alteração da lei ou da convenção coletiva. É a alteração e a transformação das situações que exigem a alteração legislativa ou regulamentar, como foi o caso da legislação sobre o teletrabalho, o trabalho no domicílio, o trabalho rural, entre outras.

(Página deixada propositadamente em branco)

Marcelino Pena Costa¹¹
*Confederação
do Comércio e Serviços de Portugal*

Antes de mais, gostaria de agradecer o convite endereçado à CCP para participarmos nesta mesa redonda dedicada ao tema “O Futuro do Trabalho”, uma matéria que se reveste da maior importância numa fase da História em que temos assistido – e continuaremos a assistir – a inúmeras alterações de fundo com reflexos diretos e indiretos em toda a dinâmica do trabalho. Esta matéria deverá continuar a ser alvo de debate, quer a nível internacional, quer nacional, reconhecendo-se o papel fundamental que a OIT deverá ter neste contexto, inclusive pelo seu carácter tripartido e tendo em conta o importantíssimo papel que os Parceiros Sociais devem desempenhar neste domínio.

Mas importa reconhecer que o futuro do trabalho já está em marcha, já começou, face às inúmeras alterações que as diferentes atividades económicas têm sofrido em resultado da introdução da evolução tecnológica e, mais recentemente, da introdução do *digital* em inúmeras funções profissionais.

Não será, assim, de estranhar a existência de receios quanto à previsível perda de emprego relativamente a postos de trabalho que

¹¹ Intervenção no âmbito da Mesa Redonda com Parceiros Sociais, realizada na sequência da cerimónia institucional de encerramento da Simulação da Conferência Internacional do Trabalho. Auditório da Reitoria da UC, 30.11.2016.

sofrerão alterações radicais e/ou poderão, mesmo, vir a desaparecer de todo. E há, também, receios de que o número de empregos a criar venha a ser limitado.

Consideramos, contudo, que importa refletirmos de forma ponderada, mas descomplexada, sobre os desafios que se colocam e que, certamente, se multiplicarão no mundo do trabalho. Estas alterações que, como referimos, já estão a acontecer, exigirão intervenções realistas e criativas ao nível de várias dimensões, como as da organização do trabalho (incluindo do tempo de trabalho), da reconversão profissional de trabalhadores ativos (empregados e desempregados) e em todas as vertentes da educação e da formação profissional, quer de jovens, quer de adultos. Neste contexto, consideramos que a política de educação/reconversão deve merecer uma especial atenção, porque dela depende a capacidade de ajustamento das pessoas às transformações presentes e futuras. Importará que estes desafios sejam enfrentados pelas empresas e também pelos trabalhadores, que todos estejam cientes que deverão ter um papel ativo nos processos em concreto, e que da sua intervenção resultarão resultados mais ou menos bem-sucedidos. Ou seja, que os vários atores económicos e sociais têm uma responsabilidade própria na definição e na construção de respostas adequadas aos novos desafios que se colocarão ao mercado de trabalho.

Neste contexto e enquanto representante do setor dos serviços em Portugal, a CCP tem realçado a necessidade de reconhecimento político da importância do setor, nomeadamente da necessidade de se promoverem intervenções concretas no que respeita à digitalização do setor e à qualificação de mão-de-obra ajustada às necessidades de competências que a digitalização tem trazido e continuará a trazer. Esta questão assume particular importância no domínio da atração do investimento estrangeiro para Portugal, sendo certo que as empresas que operam nos setores das TIC estarão tanto mais interessadas em se estabelecer no nosso país, quanto possam aceder a

mão-de-obra com as competências por elas exigidas – ou, no mínimo, saber que o país dispõe do ambiente e das estruturas necessárias a que essas necessidades sejam satisfeitas em tempo útil para o plano de negócios da empresa em questão.

Nesta perspectiva, vemos com otimismo o processo de transformação em curso. Com efeito, as novas tecnologias esbatem as distâncias, o que num País periférico como Portugal não é indiferente e, não menos importante, diminuem as desvantagens competitivas das empresas de menor dimensão.

Outra questão sobre a qual teremos que refletir diz respeito à Segurança Social, incluindo quanto às suas fontes de financiamento. A CCP avançará, a curto prazo, para uma reflexão sobre o sistema de Segurança Social muito baseado nos serviços.

Relativamente às formas de trabalho e às relações contratuais, que são centrais para o debate, consideramos que a dinâmica que se tem gerado nos últimos anos e que tem visado assegurar alguma adaptação da organização do trabalho (mais tradicional) às necessidades de maior flexibilidade que as empresas reclamam, continuará a existir, colocando desafios concretos no domínio do combate à segmentação do mercado de trabalho e às desigualdades. A negociação coletiva poderá ter aqui um papel a desempenhar, enquadrando as novas formas de trabalho.

Outra questão fundamental diz respeito ao tipo de funções que surgirão. Esta questão dependerá muito do setor em questão, pelo que consideramos fundamental que haja uma abordagem setorial, pragmática, que envolva as principais instituições com capacidade de decisão e de intervenção nos diversos domínios, incluindo no já referido domínio da educação e da qualificação profissional. A avaliação precoce dos impactos previstos para cada setor e atividade, bem como uma intervenção tão precoce quanto possível no desenhar e implementar de respostas adequadas, determinará o sucesso ou fracasso da adequação da mão-de-obra às necessidades

das empresas e, portanto, de uma maior ou menor criação de emprego. A CCP acredita que a digitalização traz consigo um grande potencial de criação de emprego e que, mesmo em sectores onde se prevê que a robotização venha a ter um impacto negativo em termos de destruição de emprego, esse impacto poderá ser gerido dentro de limites aceitáveis.

As palavras de ordem deverão, pois, ser: reflexão profunda sobre as alterações previstas e os seus impactos sobre empresas e trabalhadores; deteção das soluções mais adequadas para os diferentes atores no terreno; e criação atempada dos mecanismos de resposta adequada, utilizando as estruturas já existentes (nomeadamente em termos de estruturas educativas e formativas) para a implementação de processos eficazes de qualificação e requalificação dos trabalhadores, em estreita proximidade com os planos de negócio das empresas.

A terminar, gostaríamos de realçar que não ignoramos os problemas de índole social que as alterações do mundo do trabalho poderão trazer – insistimos, contudo, que importará apostar-se numa atitude positiva, baseada nas oportunidades criadas em termos de novas áreas de intervenção empresariais e de criação de novos empregos.

Gostaríamos, enfim, de registar com apreço a iniciativa da OIT de lançar esta reflexão sobre o “Futuro do Trabalho”, mas importará que esta Organização venha a assegurar uma intervenção mais alargada. Realçamos a importância de um maior envolvimento por parte das instituições oficiais (internacionais e também nacionais) num debate público sobre esta matéria e no conseqüente equacionar de possíveis soluções, o que a nosso ver exigirá muito mais do que o que foi feito até ao momento.

Nuno Biscaya¹²

Confederação Empresarial de Portugal

Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores,
Meus distintos Colegas de Painel,

Começo por felicitar esta iniciativa bem como o convite dirigido à CIP para, convosco, partilhar algumas ideias sobre o papel da OIT no momento presente.

Felicito, também, todos os jovens estudantes que se envolveram nesta iniciativa, esperando que este contacto com o Diálogo Social lhes tenha proporcionando uma experiência gratificante e enriquecedora.

Passando ao tema que aqui nos traz hoje, devo referir que a amplitude e o dinamismo da problemática que é objeto da presente mesa redonda não permite, numa curta intervenção, abordar minuciosamente todos assuntos que a mesma envolve. São anos e anos de desenvolvimento legislativo.

Assim, referirei apenas alguns aspetos que, mais recentemente, têm marcado a evolução do quadro jus laboral português, influenciados pelas normas fundamentais do trabalho.

¹² Intervenção no âmbito da Mesa Redonda com Parceiros Sociais, realizada na sequência da cerimónia institucional de encerramento da Simulação da Conferência Internacional do Trabalho. Auditório da Reitoria da UC, 30.11.2016.

Desde logo, relativamente ao direito fundamental de liberdade de associação e reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva, têm-se registado avanços significativos ao nível legislativo.

Com a revisão do Código do Trabalho de 2003, levada a cabo em 2009, tornava-se absolutamente imperioso proceder à remoção dos obstáculos que, na altura, se colocavam à revitalização e operacionalização da contratação coletiva, quer os decorrentes da Lei quer os criados por má aplicação desta.

Neste domínio, manteve-se o princípio geral da negociabilidade, introduzido em 2003, permitindo a negociação para mais e para menos relativamente às soluções constantes do Código e, assim, propiciando os equilíbrios que as próprias partes tenham por mais ajustados.

Um princípio com resultados já firmados e confirmados em alguns setores marcantes da nossa economia e que aos demais não podia ser subtraído.

É certo que, em 2009, se introduziram algumas limitações a esse princípio e que ainda hoje se mantêm. Mas o alcance destas limitações não descaracteriza o princípio e, menos ainda, o subverte.

E foi igualmente norteados pelo referido objetivo de operacionalização e revitalização da negociação coletiva que se encarou a resolução, com equilíbrio mas também com eficácia, da questão da caducidade das convenções.

Assim, previu-se, em 2009, um regime transitório de caducidade para as convenções coletivas portadoras de cláusula da renovação sucessiva e já denunciadas.

Por outro lado, as próprias cláusulas da renovação sucessiva passaram a caducar ao fim de 5 anos.

Em prol do princípio que tenho vindo a abordar, também em 2009 se registaram significativos avanços, quer com a eliminação da necessidade de proposição da arbitragem voluntária como condição de caducidade das convenções coletivas, quer com a determinação que a arbitragem obrigatória ficasse confinada a casos verdadeira-

mente residuais, não podendo, ela mesma, impedir o decurso do prazo para a caducidade.

Em contraponto, surgiu a criação da arbitragem necessária, com possibilidade de ser requerida passados doze meses sobre a caducidade da convenção, se não houver no sector/empresa convenção aplicável à maioria dos trabalhadores, e competindo ao colégio arbitral a definição do respetivo objeto se as partes a tal respeito não se entenderem.

A respeito do princípio fundamental relativo à eliminação de todas as formas de trabalho forçado, Portugal ratificou as duas convenções em vigor sobre esta matéria – a Convenção n.º 29, de 1930, sobre Trabalho forçado, em 16 de junho de 1956, e a Convenção n.º 105, de 1957, sobre a Abolição do trabalho forçado, em 13 de julho de 1959.

Ao nível legislativo regista-se, sobretudo, a aprovação de uma série de convenções internacionais onde as partes se comprometem a respeitar este princípio – p. ex.: o artigo 13^o/4 do Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e os Seus Estados Membros, por um lado, e a República da Coreia, por outro, assinado em Bruxelas, em 6 de Outubro de 2010, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 23-A/2012, de 16 de fevereiro.

Relativamente à abolição efetiva do trabalho infantil, o assunto foi objeto de intensa discussão e medidas tendentes à sua prossecução na década de 90 do século passado. Isto na sequência de relatórios internacionais e de algumas notícias ou reportagens que surgiram nos meios de comunicação social em vários países que, em síntese, denunciavam a prática de trabalho de menores levada a cabo em Portugal, e a sua ilicitude face a convenções internacionais subscritas pelo Estado Português.

O assunto foi equacionado, de forma tripartida, no âmbito do Acordo de Concertação Estratégica 1996/1999, de 20 de Dezembro de 1996, onde, no ponto 4 da Parte II, ou seja, da parte relativa

aos Compromissos Vinculativos, os parceiros sociais assumiram o compromisso de “Estudar formas de articulação entre as autoridades policiais e a IGT no desenvolvimento de ações que se tornem necessárias à deteção e ao combate ao trabalho infantil”.

Diga-se, porém, que após um extenso inquérito levado a cabo em 1998, com o apoio da OIT, chegou-se à conclusão de que, afinal, a percentagem de menores a exercerem ilegalmente atividades económicas não se afastava daquela que era constatada noutros países europeus.

Por último, o princípio relativo à eliminação da discriminação em matéria de emprego e profissão.

Em termos internacionais, para além das Convenções da OIT n.º 100, de 1951, sobre igualdade de remuneração, n.º 103, de 1952, sobre Protecção da maternidade, n.º 111, de 1958, sobre Discriminação (emprego e profissão) e n.º 156, de 1981, sobre trabalhadores com responsabilidades familiares – todas elas ratificadas pelo Estado português –, o tema da Igualdade de Género foi, ainda recentemente, objeto de discussão no âmbito da 98.^a sessão da Conferência Internacional do Trabalho da OIT, realizada em 2009.

Neste contexto, qual o impacto na legislação portuguesa?

Ao nível nacional, esta matéria também foi objeto de discussão e acordo entre os Parceiros Sociais.

De facto, no âmbito do “Acordo Tripartido para um Novo Sistema de Regulação das Relações Laborais, das Políticas de Emprego e da Protecção Social em Portugal”, alcançado em 25 de Junho de 2008, na Concertação Social, a Competitividade e a Igualdade de Oportunidades foram objeto de discussão, com medidas refletidas em duas grandes ordens de matérias que entre si mesmas se relacionam: a duração e organização do tempo de trabalho e a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar.

Tendo em conta que as necessidades de produção e de ajustamento da vida profissional e familiar levaram os trabalhadores e as

empresas a flexibilizarem a organização do tempo de trabalho para situações de alguma informalidade, o referido Acordo, que traçou as linhas gerais de revisão do Código do Trabalho em 2009, reflete uma série de medidas destinadas a alcançar um certo equilíbrio entre os interesses em causa.

Assim, a maior flexibilidade introduzida ao nível da organização do tempo de trabalho (traduzida em figuras como: a adaptabilidade grupal, por previsão em convenção coletiva ou em resultado de acordos individuais; a existência de horários concentrados, também por convenção coletiva ou acordo individual; o banco de horas; ou a possibilidade de, por acordo, fazer a compensação entre trabalho realizado fora do horário e ausências por iniciativa do trabalhador), encerra virtualidades não só para ajustamentos às flutuações das necessidades empresariais como potencia uma melhor articulação entre a vida profissional e a vida familiar.

Relembrem-se, ainda, as alterações introduzidas no regime de trabalho a tempo parcial, modalidade contratual já há muito utilizada, com extraordinária popularidade e sucesso, nos países nórdicos da União Europeia.

Considera-se, aliás, que as inovações introduzidas no regime desta figura – eliminação do critério quantitativo de delimitação do trabalho a tempo parcial – são suscetíveis de a tornar mais apetecível a quem, tendo pessoas a seu cargo, nomeadamente crianças e idosos, não queira perder totalmente o contacto com o mundo do trabalho.

Igualmente ligado, de modo estreito, à duração e organização do tempo de trabalho e sob a invocação do fomento da natalidade, proteção à família e conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, verifica-se, desde 2009, em sede de proteção à parentalidade, um acréscimo de 30 dias do período de licença parental inicial no caso de ambos os progenitores, fora do respetivo período exclusivo, gozarem, de modo não concomitante, uma parte daquela licença.

No mesmo domínio, aumentou-se de 5 para 10 dias a licença obrigatória a gozar pelo pai, equipararam-se os adaptantes aos progenitores, previu-se a substituição dos pais pelos avós na prestação de assistência a neto em situações de doença ou acidente deste último e introduziu-se quer a dispensa para a avaliação para a adoção, ao abrigo da qual os trabalhadores têm direito a três dispensas de trabalho para deslocação aos serviços da Segurança Social ou receção dos técnicos no domicílio, quer o direito a três dispensas para acompanhamento da trabalhadora a consultas pré-natais.

No entanto, os resultados da implementação das citadas medidas legislativas, dependem – e muito – da concretização de uma rede acessível e eficaz de equipamentos sociais de apoio às famílias.

Entra, aqui, o papel do Estado. Que passa pelo desenvolvimento de uma rede de infraestruturas de apoio que contemple os seguintes elementos:

- Cobertura total das necessidades no que respeita a creches;
- Creches com horários alargados e a um custo acessível;
- Organização de apoios a atividades extracurriculares e organização dos tempos livres, quer relativamente ao horário pós-escolar quer relativamente às férias (através da atuação coordenada com o Ministério da Educação, escolas, universidades e Autarquias Locais);
- Facilidades de transportes para efeitos destas atividades;
- Apoios ao acompanhamento escolar dentro das próprias escolas.

Por outro lado, e não menos importante, importa implementar ao nível educativo uma atitude de partilha de responsabilidades e de tarefas entre homens e mulheres para combater, desde a escola, os estereótipos.

Em suma, na perspetiva da CIP, a salvaguarda e o cumprimento dos princípios e direitos fundamentais no trabalho são essenciais,

assim como é essencial, quer ao nível nacional quer ao nível internacional, a colaboração entre Parceiros Sociais e Governos no combate a situações ilegais e, também, no combate à concorrência desleal com vista à melhoria da imagem dos países com vista à atratividade do investimento e ao fomento das exportações.

Ora, na OIT, todas estas temáticas têm sido abordadas e, não raro, objeto de significativos consensos, pelo que mantém hoje, como há quase 100 anos, uma importância fundamental na regulação e monitorização das relações de trabalho ao nível mundial.

Muito obrigado pela vossa atenção.

(Página deixada propositadamente em branco)

João Torres¹³
*Confederação Geral
dos Trabalhadores Portugueses*

Assistimos, nos dias de hoje, a uma ofensiva ideológica, para condicionar a ação e a luta dos trabalhadores, que conta com a cumplicidade dos órgãos da comunicação social dominante.

Uma ofensiva que considera irreversível a marcha do capitalismo/neoliberalismo, que pretende desmobilizar os trabalhadores, levá-los a desistirem da luta e resistência, a aceitarem mais facilmente as chamadas “inevitabilidades”.

São postas em prática linhas de desvalorização do trabalho, do abandono da produção de bens e serviços, que justificam o aumento do desemprego e da emigração, insistindo na divulgação da ideia de que há trabalhadores a mais e trabalho a menos.

Dissemina-se a consideração de que poderá vir a ser necessário destruir as forças produtivas excedentárias, abrindo-se mais facilmente o caminho que facilite a pauperização relativa, e mesmo absoluta, com políticas que reduzem salários e rendimentos ao mesmo tempo que aumentam o exército de reserva e disponível de mão-de-obra!

¹³ Intervenção no âmbito da Mesa Redonda com Parceiros Sociais, realizada na sequência da cerimónia institucional de encerramento da Simulação da Conferência Internacional do Trabalho. Auditório da Reitoria da UC, 30.11.2016.

Estamos, portanto, perante a incapacidade do sistema para ultrapassar as suas próprias contradições, que a evolução e dimensão estrutural da crise capitalista confirmam.

Agora, sob o pretexto da modernização dos processos produtivos, falam na necessidade da digitalização da economia, da robotização, mecanização e automação, querendo conduzir o debate para a “inevitabilidade” da generalização da precariedade, para a individualização das relações de trabalho e, conseqüentemente, para o aumento da exploração dos trabalhadores e a acentuação das desigualdades, “inevitabilidades” a que querem condenar os trabalhadores.

Para a CGTP-IN o Futuro do Trabalho tem de passar pelo trabalho com direitos, porque não haverá futuro sem trabalho e, contrariamente ao que nos querem fazer crer, o trabalho não tem os dias contados!

O trabalho tem futuro desde que se coloquem os avanços científicos e técnicos ao serviço dos trabalhadores, dos povos e dos países! Um futuro que terá a força do trabalho mais valorizado, que se exige com mais e melhores direitos individuais e coletivos.

Um futuro que promova e aprofunde a justiça social, desde logo distribuindo equitativamente a riqueza, designadamente por quem a produz, os trabalhadores!

Não será possível uma sociedade sem trabalho e sem trabalhadores e o que alguns pretendem é convencer-nos de que o exército de mão-de-obra disponível irá aumentar exponencialmente e, por isso, não é conveniente “fazer ondas”, isto é, lutar e reivindicar melhores condições de trabalho, para que não se engrosse ainda mais a fileira dos desempregados e excluídos! Tentam passar a ideia de que o melhor a fazer é aguentar o emprego que se tem, independentemente da degradação que possa sofrer, designadamente com a desvalorização dos salários, a perda de direitos e a desregulação dos horários de trabalho.

Para a CGTP-IN, mesmo na mais remota das possibilidades, das previsões mais catastróficas sobre o futuro do trabalho, haverá

sempre trabalho humano que a digitalização, a automação e a robotização não poderão substituir. O que defendemos, mesmo numa situação limite, é o pleno emprego, emprego para todos!

Não deixaremos de lutar pelo emprego com direitos e por jornadas de trabalho mais reduzidas, menos penosas, horários de trabalho humanizados, que conciliem o emprego com a família, que facilitem a fruição dos tempos livres, o acesso às atividades culturais, cívicas, desportivas e sociais.

(Página deixada propositadamente em branco)

Catarina Tavares¹⁴

União Geral de Trabalhadores

Não posso deixar de agradecer o convite e saudar o CES, a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e a OIT por esta iniciativa surgida no quadro do Centenário: celebrar o passado e preparar o futuro parece-nos uma excelente forma de comemorar os quase 100 anos da OIT, envolvendo os parceiros sociais e abrindo as portas à sociedade civil e, particularmente, aos jovens.

Refletir sobre o *Trabalho do Futuro* é refletir sobre a *Sociedade do Futuro*.

É um facto que o mundo contemporâneo enfrenta um conjunto complexo de desafios: climáticos; demográficos; migratórios; tecnológicos. Ao mesmo tempo, há também novas oportunidades: informação; inovação; globalização.

Estes desafios e oportunidades dizem respeito a todos e são determinantes na hora de respondermos a duas questões fundamentais:

Que mundo do trabalho queremos?

Que sociedade queremos?

A transformação faz parte da história humana, o mundo do trabalho acompanhou as mudanças da sociedade ou vice-versa, e na

¹⁴ Intervenção no âmbito da Mesa Redonda com Parceiros Sociais, realizada na sequência da cerimónia institucional de encerramento da Simulação da Conferência Internacional do Trabalho. Auditório da Reitoria da UC, 30.11.2016.

grande maioria das sociedades nunca esteve verdadeiramente parado, mas as transformações operavam-se de forma muito lenta ao longo de gerações.

Nos últimos duzentos anos, a revolução industrial desencadeou alterações sucessivas, profundas e cada vez mais rápidas. Desta forma, hoje, temos consciência de que as mudanças estão continuamente a acontecer.

Importa também pensar a forma como os Sindicatos se poderão posicionar para melhor defender os trabalhadores, todos os trabalhadores, e contribuir para a construção de uma sociedade económica e socialmente mais justa.

Para isso é fundamental que:

- os espaços de diálogo, na linha dos valores fundadores da OIT, sejam valorizados e respeitados a todos os níveis;
- o diálogo social não seja considerado um obstáculo à consolidação orçamental, ao mercado único, à competitividade.

Neste sentido, não é aceitável o primado absoluto do financeiro sobre o social levando a um desempenho económico insatisfatório, sem criação de emprego digno e a uma incapacidade de libertar recursos para o investimento criador de emprego e de progresso.

Tão pouco é aceitável o aumento da precariedade, do desemprego, das pressões para a desregulação e desproteção dos trabalhadores por via de ataques ao papel dos sindicatos.

Quando se fala do Futuro do Trabalho, inevitavelmente, surgem os velhos dos Restelo: “...vêm aí elevados níveis de desemprego, flexibilidade, desigualdades, insegurança, incerteza...”, dizem eles.

Bom, isto é já o presente.

O que temos de pensar em conjunto é em políticas que evitem os impactos negativos do progresso tecnológico sobre o mercado de trabalho não esquecendo a função social do trabalho. Temos que

pensar, cuidadosamente, para evitar que a nova revolução industrial (que é também uma revolução dos serviços) corroa as relações laborais. Se se pretende trabalho digno, desenvolvimento sustentado e redistribuição justa da riqueza, então os parceiros sociais têm que estar presentes e ativos neste debate.

É essencial assegurar o diálogo social e a negociação coletiva não alienando grupos de trabalhadores, evitando a precarização (crescente) do emprego da classe média (como sucedeu nos EUA) e assegurando a proteção social na doença, na velhice, no desemprego.

Há um facto sublinhado por todos desde o Banco Mundial ao FMI: a desigualdade afeta negativamente o crescimento económico, ao mesmo tempo a **NEGOCIAÇÃO COLETIVA TEM UM PAPEL IMPAR** na redistribuição da riqueza. Ora, no contexto de uma sociedade em que as mudanças no mercado de trabalho são contínuas e dramáticas é expectável que os trabalhadores tenham mais empregos ao longo da vida. Como é que a negociação coletiva pode adaptar-se para refletir melhor as novas realidades do trabalho? Como antecipar melhor as competências necessárias? Como distribuir a riqueza de forma socialmente justa?

Há uma multiplicidade de fatores que exigem uma intervenção transversal, que vai além das esferas tradicionais da regulação do mercado de trabalho – negociação coletiva, legislação laboral, formação, segurança social.

Áreas como a política fiscal são um bom exemplo, já que a generalidade dos países têm um sistema fiscal construído à luz de um modelo de mercado de trabalho tradicional, em que o paradigma é a empresa física, produtora de bens/serviços com um quadro de trabalhadores, o que gera distorções relativamente ao funcionamento do mercado de trabalho (real) deixando um vazio nalgumas modalidades de contratação, especialmente no que toca à proteção social. Será, pois, necessário também nesta área que se encontrem soluções

adaptadas à proliferação de novas formas de trabalho, bem como à multiplicidade de formas de organização empresarial.

Importará, pois, discutir conceitos como os de “trabalhador”; “empresa”; “empregador”. Esta reflexão levará necessariamente a repensar o próprio âmbito da relação de trabalho, aliás, em linha com a discussão que a OIT tem vindo a promover.

Num mundo do trabalho em mudança, os sindicatos não podem deixar ninguém para trás.



(Página deixada propositadamente em branco)

PARTE II
AS SESSÕES DA CIT:
A VOZ DOS DELEGADOS/AS



OUT

Simulação da
Conferência
Internacional do
Trabalho (CIT)

Com a presença de
Diretor-Geral da OIT, Guy Ryder
20 de outubro, 9h
AUDITÓRIO DA RETÓRICA



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO
SIMULAÇÃO EM AMBIENTE UNIVERSITÁRIO



International
Labour
Organization

(Página deixada propositadamente em branco)

Dia 1

Primeira Sessão Plenária da CIT

Quinta-feira, 20 de outubro de 2016, 10h30

(Página deixada propositadamente em branco)

Abertura da Sessão

João Maia

*Secretário-Geral da Conferência
Internacional do Trabalho*

Na minha qualidade de Secretário-geral da Conferência Internacional do Trabalho, é uma honra e um privilégio declarar aberta a sessão plenária inaugural dos trabalhos da Conferência. Quero aproveitar a oportunidade para vos desejar a todos umas boas-vindas a Coimbra e, em particular, à Universidade de Coimbra.

Esta Conferência Internacional do Trabalho desenvolve-se segundo o tema “O futuro do trabalho”.

Vivemos um tempo em que, um pouco por todo mundo, se tentam ultrapassar os efeitos da crise financeira, económica e social internacional iniciada em 2008. Em paralelo, assistimos a

um quadro de globalização, que nos seus vários níveis, não dá sinais de abrandamento. Tal cenário confronta-nos com questões e dilemas sobre a preservação da coesão social, sobre a promoção da competitividade económica, mas também sobre a sustentabilidade dos ecossistemas.

Como poderão verificar, o agendamento dos temas desta Conferência refletirá estas preocupações. Os temas que irão ser discutidos são todos de uma crucial importância para o mundo do trabalho e não haverá dúvidas de que esta Conferência estará à altura das expectativas que lhe são depositadas.

Eleição do Presidente e Vice-Presidentes da Conferência

João Maia

Secretário-Geral da Conferência Internacional do Trabalho

Pelos poderes que me foram confiados, passo a apresentar os membros da estrutura da Conferência.

Como Presidente, em representação do grupo dos governantes, a Doutoranda Joana Ricarte. Joana Ricarte é historiadora pela Universidade de Brasília e mestre em Relações Internacionais com especialização em Estudos da Paz e Segurança pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Atualmente está a desenvolver sua tese de doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos, no Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, sobre o papel dos movimentos sociais para a construção da paz em Israel e na Palestina.

Como Vice-Presidente, indicado pelo grupo dos empregado-

res, o Doutor Nuno Teles. Nuno Teles é investigador pós-doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e doutorado em Economia pela School of Oriental and African Studies (SOAS), da Universidade de Londres. Os seus interesses de investigação centram-se na área da economia política e da financeirização, sendo um dos autores do livro *Eurozone in Crisis* (Verso, 2012) e, mais recentemente, de *A financeirização do capitalismo em Portugal* (Actual, 2016), com João Rodrigues e Ana Cordeiro Santos.

Como Vice-Presidente, indicado pelo grupo dos trabalhadores, o Doutorando Alfredo Campos. O Doutorando Alfredo Campos é Investigador Júnior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. É licenciado em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, na especialidade de Sociologia do Trabalho e do Emprego. É Mestre em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, pela mesma instituição. Atualmente, é doutorando

do Programa de Doutoramento *Human Rights in Contemporary Societies*, do Centro de Estudos Sociais e do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra.

Nesta sequência, assume a condução dos trabalhos a Excelentíssima Sra. Presidente Joana Ricarte.

Excelentíssima Sra. Presidente, a condução dos trabalhos da Conferência está nas suas mãos.

Muito obrigado e bom trabalho.

Discurso Presidencial

A Presidente

Muito obrigada Senhor Secretário-Geral; Excelentíssimo Senhor Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho, Guy Ryder; Secretários da Conferência; Vossas Excelências; Senhoras e Senhores. Deixei propositadamente para o fim destes cumprimentos iniciais aqueles que são, na verdade, os grandes protagonistas desta Conferência: os senhores e senhoras

delegados mandantes tripartidos representantes dos governos, dos trabalhadores e dos empregadores. Saúdo-os de modo muito especial estando consciente de que é com os contributos de todos e de todas que a discussão sobre o futuro do trabalho sairá mais engrandecida.

É para mim uma grande honra poder presidir à sessão plenária da Conferência da Organização Internacional do Trabalho. Quero aproveitar para desejar a todos e a todas calorosas boas vindas à Universidade de Coimbra e a todos os que vêm de fora, nomeadamente o Senhor Diretor-Geral da OIT, as boas vindas a este acolhedor país, que é Portugal.

Como Presidente desta Sessão Plenária de Abertura gostaria de falar brevemente sobre os objetivos que espero que sejam alcançados nesta Conferência. Conforme apontado pelo Senhor Diretor-Geral em seu ambicioso relatório sobre o *Futuro do Trabalho* – que inicia um processo de reflexão profunda sobre esta temática com foco nas questões da dignidade e igualdade no tra-

balho, do futuro do emprego e da proteção social –, o mundo do trabalho vem sendo transformado pelas mudanças em curso cuja rapidez e abrangência tornam urgente uma reação por parte da OIT, de forma a poder fazer avançar a causa da justiça social. O aumento dos índices de desemprego, principalmente entre a população jovem; a perseverança dos desequilíbrios anacrônicos nas condições e ofertas de trabalho no que concerne aos homens e às mulheres; as desigualdades sociais, o nível de pobreza e as baixas taxas de proteção social sobretudo em países em desenvolvimento mas igualmente preocupantes nos países industrializados, cada vez mais confrontados com problemas de sustentabilidade e adaptação; e os persistentes e deploráveis relatos de centenas de milhares de crianças que, ao invés de estudarem, estão a trabalhar; e mais outras milhares de vítimas de trabalho forçado pelo mundo fora, representam os maiores desafios ao respeito universal pelos princípios e direitos fundamen-

tais no trabalho dos quais a OIT é a grande defensora.

Mais particularmente, sendo este encontro realizado em Portugal, parece-me essencial aproveitar este momento para recordar o contexto no qual estamos inseridos, com a expectativa de vê-lo refletido na Resolução final desta Conferência. O ajustamento estrutural a que Portugal foi sujeito nos últimos anos agravou consideravelmente as condições laborais no país. A liberalização do mercado de trabalho, ao invés de promover o desenvolvimento económico e a criação de emprego, contribuiu principalmente para a precarização das condições laborais. Os salários médios decaíram consideravelmente e a proporção dos trabalhadores que auferem o salário mínimo aumentou. A remuneração do trabalho qualificado decaiu abruptamente. Milhares de recém-licenciados, mestres e doutores, assim como trabalhadores das mais diversas áreas, emigraram, debilitando o tecido produtivo português. As políticas ativas de emprego, promo-

vidas num quadro neoliberal de auto-emprego e empreendedorismo forçado, foram, globalmente, infrutíferas. Casos de sucesso no tecido empresarial português, principalmente nas PME's exportadoras, devem-se mais à aposta na contratação de mão de obra qualificada, investimento em inovação e adoção de novas estratégias de gestão, do que à atribuição de subsídios para a criação de micro-negócios e o auto-emprego. Por fim, é necessário que Portugal reabilite a imagem dos trabalhadores do setor público, sobre os quais recaíram culpas injustificadas. A crise do sistema financeiro afetou primordialmente aqueles que vivem dos rendimentos do seu trabalho.

É verdade que vivemos num mundo globalizado, que enfrenta desafios adversos como o agravamento das desigualdades, as crescentes taxas de desemprego ou formas de subemprego. Mas, ao mesmo tempo, é um mundo de oportunidades que decorrem de um extraordinário crescimento das capacidades de

produção à escala mundial, que provém hoje de mecanismos e meios materiais para eliminar a pobreza. Ora, nesse contexto parece ser essencial integrar as diversas contribuições dos mandantes tripartidos, mas também das organizações internacionais, dos institutos de investigação, das universidades, da sociedade civil e dos indivíduos. É a este repto que esta Conferência deve responder, com os contributos dos jovens delegados e delegadas, que esperemos que sejam capazes de juntar forças, orientados para o desenvolvimento de ações concretas, ao serviço da causa da justiça social e da dignidade no trabalho, assinalando, assim, os objetivos e valores desta Organização e seus anseios para os anos que se seguirão ao centenário.

Muito obrigada.

Discursos Vice-Presidenciais

A Presidente

Antes de prosseguir com os demais discursos da ordem de

trabalhos, permitam-me cumprimentar todos os que se empenharam na organização desta Conferência, principalmente os meus colegas da equipa de facilitadores que estão atuando como Secretários e Oficiais desta Conferência, que tanto trabalharam para que esta fosse um sucesso, os Excelentíssimos Senhores e Senhoras Alfredo Campos, Ana Alves da Silva, Andreia Santos, Beatriz Caitana, Dora Fonseca, João Maia, Marina Henriques, Nuno Teles, Sandra Graça, Saulo Aristides, Teresa Maneca Lima e Vanda Amaro Dias. Tem sido um imenso prazer fazer parte desta equipa e aprender convosco.

Passo agora a palavra ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente representante do grupo dos Empregadores, o Senhor Nuno Teles. O Senhor tem a palavra por 3 minutos.

O Vice-Presidente
*representante do grupo
dos Empregadores*

Muito Obrigado, Excelentíssima Senhora Presidente. Come-

ço por saudar o Excelentíssimo Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho, o Excelentíssimo Secretário da Conferência e os Excelentíssimos delegados. E uma honra participar nesta Conferência Internacional do Trabalho na qualidade de Vice-Presidente nomeado pelos Empregadores aqui presentes.

Esta conferência Internacional do Trabalho, dedicada ao tema do “Futuro do Trabalho” é uma oportunidade única de reflexão, já que beneficiamos da organização tripartida da Organização Internacional do Trabalho, onde governos, trabalhadores e empregadores podem contribuir e dialogar. As diferentes perspectivas aqui presentes são essenciais para um diálogo frutuoso donde se retirem conclusões que possam promover o emprego e regular as relações de trabalho à escala internacional. Os empregadores são parte inescapável desta reflexão. Na nossa diversidade, produto das diferentes escalas empresariais e diferentes setores que aqui representamos, podemos contribuir para soluções

que redinamizem o crescimento e o emprego digno à escala internacional.

De facto, os desafios que se colocam a esta conferência sobre o futuro do trabalho são formidáveis. Vivemos hoje um momento histórico muito particular. Oito anos depois da mais grave crise económica internacional desde a Grande Depressão, continuamos num clima de baixo crescimento económico, procura deprimida, desequilíbrios macroeconómicos na esfera internacional e um sistema financeiro que não serve as necessidades de financiamento das empresas. O resultado está à vista: baixo investimento, número elevado de falências, taxas de desemprego elevadas, aumento das desigualdades e tensões políticas crescentes. Face a este cenário de estagnação secular que afeta as três partes aqui presentes, responder aos atuais desafios, perspetivando o papel futuro da OIT e o futuro do trabalho são cruciais para que consigamos alcançar os objetivos que sempre guiaram a OIT nos seus quase cem anos de vida.

Esta organização tem um papel particularmente importante no atual contexto de crescente internacionalização da produção. A integração económica internacional não deve resultar num clima de concorrência desleal entre empresas e trabalhadores de países diferentes, numa corrida para o fundo onde as vantagens competitivas de cada um sejam só o custo de trabalho ou a ausência de regulação ambiental. Sendo originário de um país, Portugal, com uma pequena economia aberta, sujeita a sucessivos choques externos recentes, que serve de “indicador avançado” dos desafios que se colocam a todos os países num futuro próximo, penso ser urgente a reflexão sobre a prossecução de “standards” internacionais que regulem, de forma homogénea, as relações de trabalho na esfera internacional. Só assim poderemos alcançar um mercado global onde as melhores empresas sejam, de facto, as mais eficientes nos seus processos de produção, inovação e organização, condição inelutável para a criação de emprego digno.

Além disso, devemos pensar em mecanismos que permitam uma competição internacional saudável entre as grandes empresas multinacionais e as pequenas e médias empresas, prevalentes em países como o meu, de forma a garantir condições de prosperidade e geração de emprego em todas as escalas empresariais.

Uma competição leal é crucial para um clima económico internacional, não só gerador de riqueza e emprego, mas também potenciador da redinamização, senão mesmo refundação, do diálogo social entre empregadores, trabalhadores e governos. Sublinhando assim a importância desta conferência, termino com os meus votos de um excelente trabalho a todos os delegados presentes.

Muito obrigado.

A Presidente

Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. Passo agora a palavra ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente representante do

grupo dos Trabalhadores, o Senhor Alfredo Campos. O Senhor tem a palavra por 3 minutos.

O Vice-Presidente
*representante do grupo
dos Trabalhadores*

Gostaria de iniciar esta minha intervenção saudando a Presidente da Mesa desta Conferência; o Excelentíssimo Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho, Guy Ryder; e o Secretariado da Conferência. Apresento, igualmente, os meus cumprimentos às delegadas e aos delegados presentes. E também, em particular, uma entusiasta e fraterna saudação às e aos representantes dos trabalhadores que, enquanto vice-presidente, represento também.

Espero assumir com dignidade as funções de vice-presidente da sessão plenária desta Conferência Internacional do Trabalho, em representação dos trabalhadores. A Conferência poderá contar comigo, e certamente com todas e todos os delegados represen-

tantes dos trabalhadores, para o seu sucesso. É nesta qualidade de vice-presidente e representante dos trabalhadores, que gostaria agora de endereçar algumas palavras a esta Conferência.

O “fator trabalho” atravessa tempos difíceis. Nunca tanto foi produzido, e com tão baixos custos, mas a desigualdade nos proveitos não só se mantém como se aprofunda significativamente. À escala global, o fosso entre os países mais ricos e os mais pobres não dá sinais de ser ultrapassado. Os países pobres mantêm-se na pobreza, fruto da exploração das suas riquezas pelos países mais ricos. Ao nível europeu, os países do Centro e do Norte dominam os países do Sul.

Como perceber, e como aceitar, que se produza cada vez mais e mais barato, mas que a jornada de trabalho não diminua? Como perceber, e como aceitar, que os lucros cresçam, mas não os salários? Como perceber, e como aceitar, que as novas tecnologias e a automatização, quer da indústria quer dos serviços, não sirvam para aumentar salários e

reduzir horas de trabalho, mas somente para aumentar lucros e despedir trabalhadores? Como perceber, e como aceitar, que a uma cada vez maior participação das mulheres no mercado de trabalho corresponda a persistência de desigualdades nos seus salários e carreiras? Como perceber, e como aceitar, que as gerações mais jovens, as mais qualificadas de sempre, só possam sonhar com desemprego e precariedade? Como perceber, e como aceitar, que cada vez mais riqueza conviva com tanta pobreza? Como perceber, e como aceitar, enfim, que do trabalho da grande maioria beneficie apenas uma pequena minoria?

Não é difícil perceber. Percebe-se pelos fundamentos do nosso sistema económico e pela busca incessante de cada vez mais lucro, de monopolização e de desregulação. E percebe-se porque a esta busca incessante do lucro, de produzir cada vez mais, inevitavelmente correspondem crises de sobreprodução e de queda do lucro. Crises sempre pagas pelos trabalhadores, com

desemprego, quedas de salários, pobreza, fome.

E se não é difícil perceber, é impossível aceitar. Os trabalhadores não se conformam, não se podem conformar, com este estado das coisas. Através das suas organizações representativas, através dos seus delegados aqui presentes, os trabalhadores exigem a garantia dos seus direitos, reivindicam uma verdadeira negociação, reclamam por uma real, efetiva e apertada regulação.

Nesta Conferência, com a sua organização tripartida, os trabalhadores estão prontos para se sentarem à mesa com Governos e empregadores, para procurar soluções. As delegadas e os delegados dos trabalhadores aqui presentes estão cientes que a Organização Internacional do Trabalho, e a sua Conferência, são um espaço por excelência para afirmar as suas posições e propostas, negociando com Governos e empregadores.

Termino saudando, uma vez mais, esta Conferência e todos os presentes.

Apresentação do relatório “O Futuro do Trabalho”

A Presidente

Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. Tenho o prazer de apresentar agora o décimo Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho, o Excelentíssimo Senhor Guy Ryder, que muito nos honra com a sua presença.

Nascido em Liverpool, no Reino Unido, em 1956, Guy Ryder estudou Ciências Sociais e Políticas na Universidade de Cambridge e Estudos Latino-Americanos na Universidade de Liverpool. Ele é fluente em Francês e Espanhol, assim como na sua língua materna, o Inglês. Iniciou a sua carreira profissional em 1981 como assistente no Departamento Internacional do Congresso de Sindicatos (*Trades Union Congress*) em Londres.

A partir de 1985 ocupou a posição de Secretário-Geral da Federação Internacional de Empregados, de Técnicos e de Quadros (FIET), em Genebra.

Em 1988, Guy Ryder tornou-se Diretor adjunto e – a partir de 1993 – Diretor do escritório de Genebra da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL).

Guy Ryder passou a fazer parte da Organização Internacional do Trabalho em 1998 como Diretor do Departamento para Atividades dos Trabalhadores e, a partir de 1999, como Diretor do Escritório do Diretor-Geral. Foi durante este período que a Agenda para o Trabalho Decente da OIT foi lançada e ganhou o apoio da Comunidade Internacional.

Em 2002, ele foi nomeado Secretário-Geral da CISL, liderando o processo de unificação mundial do movimento sindical internacional democrático. Foi o primeiro Secretário-Geral eleito da Confederação Sindical Internacional (CSI), quando esta foi criada em 2006. Presidiu a delegações sindicais internacionais em reuniões de alto nível com as Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e com a Organização Mun-

dial do Comércio e as Cimeiras de Líderes do G20.

Em Setembro de 2010, Guy Ryder retornou à OIT, em Genebra, como Diretor Executivo, responsável pelos padrões internacionais do trabalho e pelos princípios e direitos fundamentais do trabalho. Dentre outras atividades, supervisionou a aplicação de Convenções e Recomendações da OIT. Ele também encabeçou diversas missões de alto-nível da OIT para abordar uma série de questões relacionadas com os padrões de trabalho em países como o Bahrain, a Colômbia, as Fiji, a Geórgia, Grécia, Myanmar e Suazilândia.

Guy Ryder foi eleito Diretor-Geral da OIT pelo Conselho de Administração da OIT em Maio de 2012 e assumiu suas funções no dia 1 de Outubro de 2012. Quando assumiu o cargo, comprometeu-se a posicionar a Organização como um ator determinante na tradução dos princípios em ações, garantindo que ela teria a capacidade de fazer uma grande diferença no quotidiano do trabalho das pessoas

em todos os continentes. Para sustentar isto ele lançou um amplo processo de reforma orientado para assegurar a autoridade da OIT em questões dentro do seu mandato.

O Excelentíssimo Senhor Diretor-Geral fará a apresentação do seu relatório “O Futuro do Trabalho”. Your Excellency, Mr. Director General, you have the floor.

Intervenção do Diretor-Geral da OIT

Thank you very much, Madam President, Vice Presidents of the Conference, Delegates.

Let me first welcome you all to this very special session of the International Labour Conference.

It's special because in the framework of the Centenary of the International Labour Organization we are dedicating this conference to a reflection on the Future of Work. And there are many reasons why we believe that this reflection

is needed and why we believe it to be urgent.

And let me say at the outset that as you each come to this Conference properly representing the interests of your members, as workers, as employers, as governments I would urge you all to work towards the achievement of consensus. We need a result from this Conference. A Conference which is unable to adopt conclusions, a declaration by consensus it's a failure. On this subject of the Future of Work we cannot afford a failure. So under your leadership, President, I'm sure that this conference is going to produce important results.

Now I have said that this reflection on the Future of Work is needed and urgent. There are three reasons why I believe that this debate is so important: the first is, that the world of work is experiencing change. Change which is unprecedented in its speed, in its scale (truly global) and in its profundity. This is transformative change not surface change.

And what is causing this change? What are the drivers of change? Obviously technology... And I will say something about that... but not just technology, we are faced with important demographic challenges, some of our societies are getting older and that brings important issues of sustainability of social protection systems, but many of the countries at the International Labour Conference are getting younger. Countries of Africa and South Asia. Their demographics are increasing and I urge you to think about the implications of these differential demographics. On questions of migration and mobility. The economic case for migration has never been stronger but the political and social obstacles to migration seem also to be getting greater.

We have the driver of globalization... for the last 30 years many of us have come to assume that globalization ever deeper is our future. The best way to organize the world of work in open economies, open trading systems.

As you meet, that assumption of the inevitability of continuing globalization is questioned as it's never been questioned for I would say a generation.

The economic collapse of 2008 has given rise to high levels of social discontent, feelings of social injustice, and if you care to look around the world, you will see that those feelings of discontent are now feeding into our political decision-making systems. Questioning whether globalization is the right course to follow and the attractions of a retreat into economic isolationism, political nationalism are with us as never before. Please think about those issues as you discuss in the Conference's agenda.

And the last driver of change, too frequently forgotten in debates of the world of work, is the necessary imperative of the fight against climate change.

We cannot continue to work with the same productive systems of the last hundred years, in the next hundred years. The planet will not survive that continuity. And we have to rise above

a false choice. A false choice between creating jobs for protecting the planet. We can rise above that false choice but it's going to take careful engineering of the world of work. So we have transformative change.

Secondly we have a widespread feeling that change is happening in a way which ordinary citizens do not have the capacity to influence. That there are forces beyond the control of the individual, which are dictating the direction of the world of work, and we do not have the means to influence or to shape that future. It is for us to design the participating methods to regain control of the direction that we are taking and to give people the voice they need to be democratically meaningful.

And thirdly, and I think this is most important, there is a strong feeling that our world of work is not getting more, is getting less, just more unfair, more unequal. And for organizations, such as the ILO, which is dedicated to the promotion of social justice,

we need to work out how we can shape the world of work to meet the criteria and the imperatives of social justice.

President, we have, in the preparation of this Conference, invited ILO member States to reflect on four questions in national dialogues. And I'm pleased that more than 130 ILO member States have conducted these national dialogues. Here are the four questions, which we think need to be answered.

The first conversation is about work and society. And this is the question which is most frequently ignored. Do we believe that the meaning of work, the value of work, the significance of work, can be reduced simply to material provision, giving us the means to eat, giving us a house, and giving us the means to look after our families? Or do we believe, that there is a wider broader superior significance to work?

The ILO's own Constitution speaks of work as a means of self-fulfilment, spiritual development, and if you think about

it... It is work that connects us to society. Sigmund Freud said that "work is individual's connection to reality". What connects our process of socialization? It is family, it is education, for some it is faith but it is also work and as we see the changing nature of work I think we have to reflect upon how individualization, remote working, and all of the changes taking place, affect this notion of the social significance of work.

The second set of issues, is the most frequently asked question of all. Where will the jobs of the future come from? And what will they look like?

As we speak, 200 million people in the world do not have a job. 200 million! If you are under 25 years old, you are two or three times more likely to be unemployed than other members of the workforce. The United Nations has recently adopted a development agenda, the 2030 Agenda, which commits the international community to providing full employment and decent work for all by 2030. The

number behind that ambition is 600 million. We need to create 600 million jobs in the next 15 years. Is that a realistic prospect? How are we going to do it? And I pose that challenge taking on what the employer vice chairman has reminded of, that the global economy is on a slower growth trajectory since the global crisis than it was before the global crisis and even the large emerging countries which have been the local motors of growth in the last decade seem to be faltering. Have we lost the capacity for economic growth? If so, what do we do about it? If not, how do we get the global economy moving again? And in this difficult context we have to address the question of technology and the so-called fourth Industrial Revolution. You've already heard some interesting comments made about the effects of technology on jobs. The optimists will tell you, that if the fourth Industrial Revolution is the same as the previous three industrial revolutions, this process of what the economist

Schumpeter called “creative destruction”, technology creating some jobs, destroying others. If it’s the same, this time as the previous three times, the balance sheet will be positive. That after a period of turbulence we will have more jobs, we will have, better jobs, we will have higher standards of living. That’s the optimist’s point of view. The pessimist’s point of view is that this time it is different. This time, the potential of the new technologies, be the driverless cars, nanotechnology robots, call it what you will, artificial intelligence is more destructive than creative. Are you optimists? Are you pessimists?

By the way, you can go to the literature and you can get the answer that you would like to get because all solutions are on offer.

The classic reporters of Osborne and Frame, from my country, who think that forty-six percent of existing jobs in the United States can be replaced by existing technologies now. Others dispute that figure.

You have to understand, you have to point the way to how we can direct technology to serve the social objectives that we set ourselves.

What can I say is that you should not restrict your consideration of technology only to the quantitative aspect. How many jobs we will have? Because what is certainly new about this technological revolution is that it has the potential to transform the very nature of work. Or, how we do our jobs?

This brings me to the third discussion which is about the organization of work and production. We live in a world where global supply chains are growing as productive processes are fragmented and internationalized. If you buy a car, you may think you’re buying a car that’s made in Germany, or made in Japan or made in, sometimes, United Kingdom. You’re not! You’re buying a car that is made in the world because global supply chains that go into making a car are not confined to any one country. And at the same time, we are

seeing an extraordinary diversification of forms of employment and work. What my generation has come to consider the “standard work form”. That is to say, a full-time job, with the permanent contracts, with an employer who I can see, and touch, and argue with. That standard normal job form now corresponds to twenty-five percent of jobs in the world. Twenty-five percent. Maybe it is no longer the standard job form. You need to think about the implications of that diversification. And now, and this is what everybody is talking about above everything else, we are seeing the appearance of the so-called platform “gig economy” in its different manifestations, in many of the member States represented in International Labour Conference. *Uber* has arrived and *Uber* has created very big controversies, not about whether they’re good price and a good taxi, but about the labour and social issues behind them. Here is the question which *Uber* poses with. If, and it’s an if, the platform economy – as we know it today – is

a precursor of what is going to be with us in a general way in the future, it seems that we may be at a moment of transformation. When work is mediated not through a labour employment relationship with an employer, but through a commercial contract which is episodic and individual – I provide you with a good or service that you asked me for, or the period of time that it takes to produce that good or service – it’s a commercial contract with no employment protection available, no social protection available. What was once employment and labour, becomes commercial and temporary. Is this a utopia, is a dystopia, is it an illusion, is it a reality? We have to discuss those issues.

And that brings me to the final conversation, and the end this is the one that matters. As we look at all of these challenges all these processes of change the question is: How are we going to govern our world of work? What are the rules? What are the laws? What are the international standards? What are

the institutions, the procedures that we need to make our world of work fair, inclusive and sustainable? And the question that you have to answer is whether everything that we've created for the last hundred years, all the laws, the collective bargaining, the methods of interest representation, all of the things which have served us with their imperfections well for the last hundred years, will service in the future. Will yesterday's policy instruments and institutions be effective in the future? And that's the purpose of our Future of Work initiative. This is not an academic exercise, this is not a theoretical exercise. The whole point is for the Future of Work initiative to provide the ILO with signposts, directions, instructions, for what it should be doing in the next hundred years. What are the signposts towards social justice?

Let me conclude by saying, that as we have prepared the Centenary ILO Conference, we've had the idea of adopting a Centenary Declaration,

which would synthesize these signposts, be a commitment to social justice and a roadmap to how to achieve it. And, I hope that you'll be able to produce such a synthesis and as you do that can I ask you to do one more thing?

The last thing I'll say President.

In the great moments of the ILO's history, 1919, when we were founded, 1944, when the Declaration of Philadelphia was adopted, has been referred to this morning, the ILO was capable of adopting Declarations of powerful historic force. Please try to look at the preamble to the ILO Declaration of 1919, it fits on one little piece of paper, it will take you 30 seconds to read. Look of the Declaration of Philadelphia, of 1944. It fits on two pieces of paper it will take you a minute to read. And see if you can do something similar. Set your ambitions, your aim as high as the people who authored the ILO's Constitution and authored the Declaration of Philadelphia. And if you were able to do that,

you would have rendered a service for which not just your generation, but the generation that comes after will have reasons to be grateful.

Discursos iniciais dos representantes da estrutura tripartida da CIT

A presidente

Muito obrigada, Senhor Diretor-Geral, por esta instigante apresentação que muito contribuirá para o enriquecimento dos debates desta Conferência.

A Presidência tem agora a honra de dar início aos trabalhos desta sessão plenária de abertura, convidando os mandantes tripartidos para se dirigirem à plenária com seus discursos em nome dos governos, das organizações de empregadores e de trabalhadores das quais fazem parte.

A Presidência solicita que a senhora delegada representante do grupo dos Governos, a Excelentíssima Senhora Mariana

Antunes, se dirija à mesa para proferir o seu discurso em nome do seu grupo. Senhora delegada, a senhora tem 3 minutos.

Mariana Antunes
em representação do grupo dos Governantes

Início a minha intervenção saudando, com muita honra, o Exmo. Sr. Presidente da Conferência, o Exmo. Sr. Diretor-Geral da OIT, Exmos. Srs. Delegados, muito bom dia a todos.

Parafraseando o relatório “O futuro do trabalho”, “a internacionalização dos mercados de trabalho manifesta-se igualmente na migração de um número cada vez maior de trabalhadores à procura de emprego em vários países.” É aqui que me centro: no desafio da inclusão de trabalhadores migrantes e as suas consequências políticas, sociais e económicas.

Cientes da realidade económica, abraçada numa crise e onde é difícil encontrar políticas que sejam sinónimo de sustentabilidade

económica, o Governo encontra-se, no que concerne ao problema suprarreferido, preocupado com a integração dos migrantes trabalhadores. Sendo que se impõe a pergunta de como criar emprego para todos e estando a justiça social em causa, estará, por exemplo, a Europa habilitada a criar postos de trabalho para todos os migrantes e refugiados?

Perturba também a ideia de que “alguns países excluem os trabalhadores migrantes dos regimes de segurança social”, segundo dados revelados pelo relatório global: “Igualdade no trabalho: Um desafio”. No seguimento da *Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho* – que considera que se deve prestar especial atenção aos problemas de pessoas com necessidades especiais, como os trabalhadores migrantes – é nosso dever garantir direitos a todos estes. Não esquecendo os princípios estabelecidos pela *Declaração da OIT sobre Justiça Social para uma Globalização Justa*, impõe-se que todos os Membros da Organização pros-

sigam com políticas que possibilitem e garantam o emprego, a proteção social, o diálogo social e os direitos no trabalho.

Para além de ser de essencial relevância assegurar a todos os trabalhadores migrantes o acesso ao emprego e a políticas sociais, permitindo assegurar-lhes identidade, segurança material e inclusão social, é perentório que as condições de trabalho sejam dignas e as condições de inclusão social contribuam para o combate a situações de xenofobia, racismo, e/ou outros tipos de discriminação.

Por fim, em 1919, os fundadores da OIT declaravam estar movidos “por sentimentos de justiça e de humanidade, assim como pelo desejo de assegurar uma paz mundial sustentável”. Em 1944, afirmaram na Declaração de Filadélfia: “a luta contra a necessidade deve ser conduzida com uma energia inesgotável”. Em 2019, o Governo não quer só afirmar, quer mostrar, que 100 anos destes sentimentos não ficam no papel, mas que, efetivamente, melhoraram o mundo.

A Presidente

Muito obrigada, Senhora delegada. A mesa convida agora o Excelentíssimo Senhor delegado João Rovira, representante do grupo dos Empregadores, para se dirigir à plenária com seu discurso de posicionamento do seu grupo. Senhor delegado, o senhor tem 3 minutos.

João Rovira
*em representação do grupo
dos Empregadores*

Exma. Senhora Presidente,
Senhores delegados,

Começo por saudar todos os que participam nesta Conferência Internacional do Trabalho. Em particular, saúdo o Diretor-Geral Guy Ryder e o importante relatório que aqui apresenta. Estou aqui em representação dos empregadores, particularmente em representação da Confederação das Pequenas e Médias Empresas portuguesas. Enquanto empregadora, o objetivo de qualquer empresa em resposta

ao mercado é gerar uma situação de rentabilidade, produtividade e estabilidade que permita a criação de emprego duradouro. Para isso promovemos a inovação, o crescimento, a competitividade no setor empresarial, essenciais para a valorização do Futuro do Trabalho que aqui discutimos.

Os dados do IV Relatório da OIT sobre as PME's revelam que, numa amostra de 18 países da OCDE, as PME's representam 63% do emprego total. As PME's representam também 95% de todas as empresas dos países da OCDE e são responsáveis por 60% a 70% do PIB. É de notar que um estudo econométrico recentemente feito na União Europeia refere que as taxas de crescimento são mais elevadas em países com mais PME's. Através destes dados é naturalmente considerável que as Pequenas e Médias Empresas sejam um forte motor para o crescimento da nossa economia que tem de ser valorizado na criação futura de emprego.

Como é assinalado no documento em discussão, a mudança não afeta todas as empresas

da mesma maneira. Hoje ser uma PME em Portugal tem um conjunto diverso de limitações que fazem com que esse crescimento não seja tão acentuado como desejaríamos. Algumas das fortes limitações devido à crise financeira de 2008, particularmente visíveis numa economia pequena e aberta como a portuguesa, passam por um consumo interno deprimido e pelas sucessivas restrições de financiamento por parte de instituições financeiras, como é, aliás, assinalado no relatório, que nos impedem de competir de forma justa e de expandir a nossa força de trabalho. Outras limitações com considerável impacto futuro dizem respeito à concorrência desleal de novas plataformas tecnológicas, promotoras da precariedade no trabalho, que não são afetadas pelo aparato burocrático e carga fiscal que recai sobre nós, verdadeiros criadores de emprego estável e de proximidade.

É necessário que exista por parte dos governos uma maior atenção às Pequenas e Médias Empresas, pois sem o seu desen-

volvimento não existe nem crescimento, nem emprego. Sob a ameaça do desemprego, os jovens de hoje em dia estão cada vez mais a ganhar autonomia para desenvolverem os seus projetos através de *startups* ou a criação de microempresas. Os governos devem ser capazes de articular o aproveitamento das capacidades cognitivas e dos conhecimentos crescentes nas nossas sociedades com políticas económicas que discriminem positivamente o nosso tipo de empresas, forma crucial para não só criar emprego, como também enriquecer o futuro do trabalho através da inovação e do aumento de produtividade, fundamentais para a dinamização da procura e do crescimento. Somos e queremos ser o fator da mudança, queremos ser parte da solução para um futuro do trabalho digno.

Obrigado.

A Presidente

Muito obrigada, Senhor delegado. A mesa reconhece agora a

Excelentíssima Senhora Dele-
gada Daniela Santos, representan-
te do grupo dos Trabalhadores,
para proferir o seu discurso. Se-
nhora delegada, a senhora tem
3 minutos.

Daniela Santos
*em representação do grupo
dos Trabalhadores*

Senhora Presidente,

Começamos por saudar todos
os participantes desta Conferên-
cia Internacional do Trabalho e
dar as boas-vindas e agradecer a
presença do Senhor Diretor-Geral
da Organização Internacional
do Trabalho, felicitando-o pelo
excelente relatório que está em
discussão nesta Conferência.

Senhora Presidente, o au-
mento dos problemas na esfera
laboral encontra-se espelhado
nos números do desemprego que
atinge cerca de 200 milhões de
pessoas em todo o mundo, um
número assustadoramente real.
Mais ainda se considerarmos os
839 milhões de trabalhadores a
ganhar menos de 2 dólares por

dia, o que representa um terço
da força de trabalho mundial.

Como representante do Gru-
po dos Trabalhadores e também
como jovem universitária e mu-
lher que está prestes a entrar no
mundo do trabalho, as nossas
preocupações centram-se so-
bretudo no desemprego jovem
e na desigualdade de género.
Tal como é referido no relatório
do Diretor-Geral da OIT que se
discute nesta conferência, tanto
a taxa de desemprego dos jovens
é superior à taxa de desempre-
go média, como os homens são
mais facilmente contratados, ten-
do um nível salarial superior ao
das mulheres.

No caso português, a par dos
números do desemprego jovem,
é preocupante o elevado nível
de precariedade registado, com
sérias implicações ao nível da
fuga de cérebros, nos casos em
que os jovens com formação uni-
versitária procuram alternativas
à precariedade laboral além-
-fronteiras.

Tendo em conta esta realidade,
em julho de 2012, na sua confe-
rência internacional anual, a OIT

criou uma Resolução de modo a combater a crise associada ao desemprego jovem, propondo aos governos, empregadores e trabalhadores que promovam políticas macroeconómicas e incentivos fiscais e que fortaleçam e adotem medidas específicas e sustentáveis como, por exemplo, programas de emprego público e garantias para jovens. No entanto, este é um processo longo, que pode demorar a ser posto em prática e a produzir resultados concretos.

Estes e outros problemas sociais que irão ser discutidos nesta Conferência deverão motivar a OIT a promover os direitos humanos do trabalho, no sentido de continuar a intervir ao serviço da justiça social, como tem feito ao longo de quase um século de existência. A justiça social comporta elementos como a promoção do pleno emprego, a redução da pobreza associada ao desemprego e aos trabalhadores pobres, a proteção social e, principalmente, a prática incontestável dos princípios e direitos fundamentais no trabalho que, no caso português, graças à crise

económica que se tem vivido nos últimos anos, estão longe de ser efetivos.

Estamos convictos que desta Conferência irão sobressair elementos essenciais que contribuirão para a prossecução destes fins e, portanto, para um mundo do trabalho mais justo.

A Presidente

Muito obrigada, Senhora delegada. A mesa convida agora o Excelentíssimo Senhor delegado Jaime Almeida, representante do grupo dos Governantes, para se dirigir a plenária com seu discurso de posicionamento do seu grupo. Senhor delegado, o senhor tem 3 minutos.

Jaime Almeida

em representação do grupo dos Governantes

É com grande honra que saudamos a Presidente, o Sr. Diretor-Geral, bem como todos os participantes desta Con-

ferência. E aceitamos o desafio, colocado através da realização da Conferência Internacional do Trabalho, com o intuito de discutir questões que preocupam todas as partes desta estrutura tripartida.

Sem descuidar a importância de outras temáticas, sejam elas a desigualdade salarial entre géneros, a falta de condições de saúde no trabalho ou, até mesmo, a persistência do trabalho infantil, é de grande importância, considerando que esta conferência se realiza no seio do ambiente académico, trazer para o debate a seguinte questão:

“Poderá ser a idade um fator criador de desigualdades no trabalho ou no acesso a ele?”

Este tipo de interrogação coloca-nos perante várias preocupações como sejam a sustentabilidade dos sistemas de Segurança Social, o elevado desemprego entre os jovens, a falta de apoios sociais para pensionistas e as barreiras no acesso ao trabalho por parte de dois grandes grupos etários, os jovens e os “grandes adultos”.

Estes grupos etários possuem características distintas. Por um lado, os jovens estão no início da sua atividade laboral e esperam que o seu trabalho lhes proporcione uma carreira de sucesso. Por outro lado, a grande maioria dos “grandes adultos”, devido a fatores de índole pessoal e familiar, apresentam uma menor disponibilidade e mobilidade geográfica.

Em termos de coesão e justiça social, é necessário definir políticas de emprego sustentáveis que permitam a inclusão no mercado de trabalho dos grupos acima referidos. Esta prioridade não só espelha princípios e compromissos internacionais já assumidos e adotados (dos quais destaco a Convenção n.º 122 relativa às políticas de emprego, de 1964, ratificada por Portugal a 31.07.1980), como se torna uma urgência num mundo do trabalho em constante mudança e turbulência.

O desafio atual para o Governo, relativamente ao emprego, reside na relação cada vez mais frágil entre crescimento e criação de emprego de qualidade, sendo

necessário colocar como prioridades nas agendas políticas o pleno emprego e o trabalho digno para todos desenvolvendo estratégias para alcançar este objetivo.

É de realçar que não somos pioneiros na reflexão relativa a este assunto e que todos os contributos, quer a nível nacional ou supranacional, devem ser tidos em consideração.

A nível nacional, uma política de emprego coerente, integrada, adequada aos recursos do país, que seja transversal às dimensões macro e microeconómicas e, essencialmente, que permita conciliar as necessidades do Grupo de Trabalhadores com as dos Empregadores por forma a assegurar o acesso a um trabalho digno para todos. Nesta medida, o debate deve basear-se em torno de duas questões fundamentais no mundo do trabalho atual:

“Que condições, atuais e futuras, podem esperar os jovens que iniciam a sua atividade laboral?”

“O trabalho precário beneficia as empresas e/ou os trabalhadores? Se sim, até que ponto?”

Tendo como base o princípio de igualdade e justiça social, compete ao Governo e aos parceiros sociais, sob a base do diálogo social, assegurar os interesses de todas as partes envolvidas, atendendo a fatores como a mobilidade, a flexibilidade e a prioridade regional de grupos etários distintos.

Convictos de que para todos estes problemas atuais é possível encontrar uma solução, é de realçar a necessidade de tomar decisões com vista a uma maior dignidade e segurança no emprego destes dois grupos etários, sem prejuízo da resolução de questões como a desigualdade de género, condições de trabalho, apoios sociais, entre muitas outras que se encontram dentro do mandato da OIT para um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade.

A Presidente

Muito obrigada, Senhor delegado. A mesa convida agora o

Excelentíssimo Senhor delegado Giovanni Begossi, representante do grupo dos Empregadores, para se dirigir à plenária com seu discurso de posicionamento do seu grupo. Senhor delegado, o senhor tem 3 minutos.

Giovanni Begossi
*em representação do grupo
dos Empregadores*

Obrigado, Excelentíssima Senhora Presidente. Em nome da delegação dos empregadores do setor industrial, gostaria de cumprimentá-la, bem como ao Excelentíssimo Senhor Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho, Sr. Guy Ryder, através do qual estendo o cumprimento aos demais ouvintes e autoridades presentes, em especial aos ilustres Delegados e Delegadas.

Em 1929, o colapso da Bolsa de Valores de Nova York deu início à Grande Depressão. Esse período de recessão econômica foi caracterizado por altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto

e da produção industrial de diversos países, dentre outras consequências drásticas tanto para trabalhadores quanto para empregadores.

Nesse mesmo ano, o poeta e dramaturgo alemão Bertold Brecht começava a escrever sua peça “A Santa Joana dos Matadouros”. Seu objetivo era denunciar a desigualdade, a miséria e a injustiça decorrentes do sistema econômico global. Para tanto, utilizou-se do exemplo da indústria da carne de Chicago do século XX. Jornadas de trabalho hercúleas, total desrespeito pelo direito de associação, salários irrisórios e condições de trabalho desumanas são apenas algumas das aflições da classe operária retratadas na peça.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores. Hoje, olhando para trás, podemos reconhecer que diversos avanços foram feitos nessas áreas, muitos dos quais protagonizados pela OIT. Cito, por exemplo, as convenções da OIT relativas: a) à duração do trabalho na indústria, de 1919; b) ao direito de organização e de

negociação coletiva e à proteção do salário, ambas de 1949; e c) à segurança e saúde dos trabalhadores, de 1981.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores. Falar do futuro do trabalho implica falar de seu presente e passado, pois o presente nada mais é que o futuro do passado. O contexto não é mais o da indústria da carne de Chicago do século XX, mas a desigualdade, a miséria e a injustiça apontados por Brecht persistem. Em Portugal, a taxa de desemprego atingiu 10,7% (são quase 551 mil pessoas sem emprego), 27,4% dos jovens estão desempregados e 19,5% da população está em risco de pobreza.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores. O futuro do trabalho perpassa por mais emprego, mais emprego jovem e empregos mais dignos. Porque só desse modo também os empregadores poderão ver prosperar as suas iniciativas de negócio. E tal como a direção da caminhada é mais importante que a velocidade da passada, reconhecer os erros e valorizar os acertos nesses quase

100 anos de OIT é um primeiro passo fundamental na longa jornada em direção a uma globalização livre de desigualdade, livre de miséria e livre de injustiça.

Muito obrigado.

A Presidente

Muito obrigada, Senhor delegado. A mesa reconhece agora a Excelentíssima Senhora delegada Larissa Oliveira, representante do grupo dos Trabalhadores, para proferir o seu discurso. Senhora delegada, a senhora tem 3 minutos.

Larissa Oliveira
em representação do grupo dos Trabalhadores

Senhora Presidente da Mesa desta Conferência Internacional do Trabalho, Joana Ricarte, Excelentíssimo Senhor Diretor-Geral da OIT, Guy Ryder, senhores e senhoras delegados e delegadas desta Conferência. O que nos motivou a elaborar o presente

discurso é o antagonismo que existe entre a utilização da tecnologia e a criação e manutenção de vagas de emprego a nível global, o que representa grande preocupação para o mundo do trabalho e seu futuro, não somente pela vida de cada cidadão trabalhador, mas pelo risco de afastar do mundo do trabalho a justiça social plena consagrada pela Declaração da OIT de 2008 (*Sobre Justiça Social para uma Globalização Justa*) e como bem elucidado no Relatório do Senhor Diretor-Geral da OIT, sobre *O Futuro do Trabalho – Iniciativa do Centenário*.

Como pode ler-se no capítulo 2 deste relatório, o ingresso anual de 40 milhões de pessoas no mercado de trabalho torna expectável que, até 2030, se criem na economia mundial 600 milhões de novas vagas de emprego. Porém, se a tecnologia permanecer sendo utilizada como forma de substituição da mão de obra humana, então teremos um grave problema no futuro: nós, jovens, que estamos em processo de qualificação e formação pro-

fissional não teremos qualquer colocação profissional.

Dessa forma, é de extrema importância que todos os agentes estatais e privados envidem todos os esforços no sentido de garantir a toda população economicamente ativa um emprego digno em condições justas, sendo que a tecnologia deve ser instrumento de inserção e integração, nunca instrumento de exclusão ou de substituição da mão de obra. Os Estados, os sindicatos, as grandes empresas multinacionais, devem trabalhar de forma incansável e articulada para conferir sentido de humanidade e dignidade plena à mão de obra, ou não fosse esta uma necessidade básica dos seres humanos.

Nesse sentido, a nossa preocupação com o futuro do trabalho também reside no facto de que atualmente grandes empresas multinacionais realocizam segmentos do seu processo produtivo, instalando-se em países subdesenvolvidos com o intuito de explorar a mão de obra trabalhadora: exigem produção em larga escala com jor-

nadas de trabalho exaustivas e baixos salários e, assim, deixam de gerar empregos em seus países de origem, onde, na maioria dos casos, existe mão de obra qualificada para exercer as funções necessárias. Frequentemente, fazem também uso do trabalho escravo e infantil com vista a maximizar os lucros, rentabilizar o trabalho e reduzir os custos, indo totalmente contra os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Dessa forma, consideramos ser essencial, especialmente frente ao brilhante conteúdo do Relatório *O Futuro do Trabalho – Iniciativa do Centenário* e igualmente na sequência da Declaração de 2008 *Sobre Justiça Social para uma Globalização Justa*, que os Estados promovam políticas eficazes, como incentivos fiscais e tributários, que estimulem e regulem as grandes empresas multinacionais na geração de empregos dignos capazes de proporcionar a realização pessoal e profissional da população economicamente ativa em seus próprios países. Não obstante poder

ser necessário recorrer a mão de obra internacional, anseia-se que tal processo decorra de forma plenamente digna, nos moldes definidos pela Organização Internacional do Trabalho.

Enquanto jovens estudantes preocupados com o futuro do trabalho e sua organização, consideramos essencial que sejam dadas oportunidades aos jovens de demonstrar o seu potencial, permitindo que se insiram no mercado de trabalho, uma vez que a taxa de desemprego dos jovens é muito superior à taxa de desemprego média da população e é, em muitos casos, duas vezes superior.

O que esperamos para o futuro do trabalho e para a plena implantação da justiça social é que o emprego das tecnologias seja um fiel aliado dos novos trabalhadores que, com certeza, poderão aumentar a sua produtividade e processo criativo e, assim, conquistarem um trabalho digno com remuneração justa, que são decisivos para a sua realização pessoal.

Agradeço a todos os delegados e delegadas desta conferência pela vossa atenção.

A Presidente

Muito obrigada, Senhora delegada. A mesa convida agora a Excelentíssima Senhora delegada Sandra Graça, representante do grupo dos Governantes, para se dirigir à plenária com o discurso de posicionamento do seu grupo. Senhora delegada, a senhora tem 3 minutos.

Sandra Graça
*em representação do grupo
dos Governantes*

Início a minha intervenção saudando, com muita honra, a Exma. Sr.^a Presidente da Conferência, o Exmo. Sr. Diretor-Geral da OIT, Exmos. Srs. Delegados, muito bom dia a todos.

A agenda desta Conferência centra-se no trabalho e no futuro do trabalho. São muitos os questionamentos e de várias índoles: as dificuldades que os governos hoje enfrentam para garantir uma sã concorrência no mundo empresarial, promover o desenvolvimento económico e

a criação de postos de trabalho e simultaneamente garantir condições de trabalho dignas. Estas são matérias de grande complexidade e acarretam sérios desafios.

Gostamos de enfrentar desafios e é com o propósito de os alcançar que estamos hoje aqui, sempre prontos para defendermos os valores em que acreditamos na construção de uma sociedade cada vez mais justa e equilibrada.

É com esta intenção que julgamos de extrema importância trazer para este debate o trabalho clandestino, também chamado trabalho *a negro*, problemática abordada dentro dum conceito mais amplo pela OIT ao nível da economia informal. Os indicadores revelam um crescimento desta realidade que se traduz em níveis de precariedade e de pobreza alarmantes. Os trabalhadores clandestinos são sem dúvida os mais desprotegidos, porque estão despedidos de qualquer ideia de direito e sujeitos às condições que lhes são impostas, na maioria das vezes em situações de desespero e necessidade absoluta. Os gover-

nos devem, por isso, considerar o grande número de trabalhadores e trabalhadoras, e de empresas, que não são reconhecidos nem protegidos por nenhuma moldura legal ou regulamentar, e que se caracterizam por uma grande vulnerabilidade e pobreza.

Neste domínio, resta acrescentar a injusta concorrência com que as empresas cumpridoras se deparam face ao *dumping* social praticado sem escrúpulos pelas entidades que beneficiam e exploram estes trabalhadores.

Torna-se imperioso tomar medidas de combate a este flagelo que é comum a todos e que a todos preocupa. A OIT tem tido um trabalho louvável neste combate, de que é exemplo a convenção n.º 81 sobre a inspeção do trabalho, de 1947, criada com o objetivo de ser um sistema de inspeção do trabalho que garanta a aplicação das disposições legais em vigor relativas às condições de trabalho e à proteção dos trabalhadores nos locais de trabalho, alertando as autoridades competentes para possíveis lacunas na lei. E é com esse de-

siderato que nos comprometemos a articular esforços e energias para garantir condições justas, salubres e condignas a todos os que trabalham, para que o trabalho, e no trabalho, o respeito pela pessoa humana e a pela sua dignidade sejam garantidos, bem como o desenvolvimento de uma economia sã, justa e igualitária.

A Presidente

Muito obrigada, Senhora delegada. A mesa convida agora a Excelentíssima Senhora delegada Daniela Rodrigues, representante do grupo dos Empregadores, para se dirigir à plenária com o discurso de posicionamento do seu grupo. Senhora delegada, a senhora tem 3 minutos.

Daniela Rodrigues Santos
*em representação do grupo
dos Empregadores*

Ilustre secretário-geral da OIT, delegados, *experts* e todos os presentes.

No contexto do relatório em discussão sobre o “Futuro do Trabalho”, começo pelas más notícias: a OCDE considerou este ano que Portugal é o 4.º pior país para trabalhar e o 9.º país com salários mais baixos da União Europeia; por outro lado, muitos estudos avançam que desde a crise financeira de 2008 até agora foram destruídos 1 em cada 7 empregos e já não se pode considerar que a causa é a falta de qualificação dos portugueses.

No entanto, é mais urgente e pertinente falar dos problemas estruturais do que dos problemas de conjuntura económica, por isso vou abordar um deles.

Os empregadores encontram-se preocupados com o futuro da lei do trabalho. São cada vez mais intensas as pressões exercidas pelos sindicatos para a abolição dos contratos de duração flexível. Embora estes possam não ser ideais para os trabalhadores, permitem às empresas adaptarem-se a um ambiente de mudança.

A crescente internacionalização da produção, acompanhada

de alterações rápidas e profundas provocadas pelo progresso tecnológico e a procura da competitividade, faz com que a flexibilização da contratação seja uma oportunidade de crescimento, adaptação e mudança para as empresas.

A tecnologia tem eliminado muitos postos de trabalho, no entanto também é responsável pelo aumento da eficiência das empresas e pela amplificação da gama de produtos à disposição do consumidor final, aumentando o bem-estar geral. Para além disso, só o trabalho mecanizado é passível de ser substituído por máquinas, pelo que aos trabalhadores são deixadas as tarefas de natureza intelectual que valorizam o capital humano.

Uma questão pertinente dos dias de hoje é “o que é que o futuro nos reserva?”, se as plataformas *online* vão substituir o atendimento direto aos clientes (ou diminuir o n.º de postos de trabalho), como aconteceu com bancos *online*, ou portais da Segurança Social e Finanças. Qual a necessidade de analistas (de risco, por

exemplo), estatísticos ou contabilistas quando *softwares* de tratamento de informação e de análise de cenários se banalizarem?

Tanto a globalização como a forma como a evolução tecnológica tem afetado o emprego são preocupações expressas no documento o “Futuro do Trabalho”, onde é afirmado que “o acesso ao trabalho é uma condição prévia à realização pessoal e à inclusão social”. Por outro lado, só há criação de emprego se as empresas forem bem-sucedidas.

Ora, não é com políticas fiscais apertadas elaboradas pelo Governo ou com a pressão exercida constantemente pelos sindicatos, muitas vezes traduzidas em greve dos trabalhadores, que vamos alavancar as empresas, a economia ou o país. Há uma necessidade maior do que nunca de criar consensos se queremos mitigar os problemas que hoje nos afetam.

Nesse sentido, propomos que o Governo equacione a possibilidade de cofinanciamento da formação dos trabalhadores, medida que aumentará não só a

competitividade das nossas empresas, mas também as competências dos nossos colaboradores e a sua valorização.

Muito obrigada.

A Presidente

Muito obrigada, Senhora delegada. A mesa reconhece agora o Excelentíssimo Senhor Delegado Luiz Faria, representante do grupo dos Trabalhadores, para proferir o seu discurso. Senhor delegado, o senhor tem 3 minutos.

Luiz Faria

em representação do grupo dos Trabalhadores

Muito obrigado. Senhora Presidente da Conferência; Secretários da Conferência; Vossas Excelências; Senhoras e Senhores, delegadas e delegados da Conferência, Excelentíssimo Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho, Guy Ryder.

Gostaria de começar por salientar a importância do Relatório

rio “O Futuro do Trabalho” e da proposta de estratégia de atuação deste que culminará numa promissora Conferência no centenário da OIT. Nele, são retratados alguns problemas fundamentais que envolvem o futuro do trabalho.

Dentre os temas retratados – e como representante do grupo dos trabalhadores – ressaltarei um tema que considero de importantíssima relevância: a justiça social. Atualmente defrontamo-nos com crescentes desigualdades, resultantes da globalização econômica, sendo os direitos dos trabalhadores instrumentalizados. Tendo em consideração as rápidas mudanças no mundo do trabalho, para os trabalhadores é fundamental uma preocupação com o futuro da justiça social.

Primeiramente, torna-se necessário exortar a todos a fazer uma reflexão, para melhor compreensão do tema. Nas palavras do filósofo e escritor Mario Sergio Cortella “(...) quando estamos a falar de Trabalho e Emprego temos que os diferen-

ciar. Emprego é fonte de renda e Trabalho é fonte de vida, ou seja, muitas pessoas encontram no emprego o trabalho que querem ter, isto é, a obra que querem produzir”.

Data venia, na leitura do relatório, vemos uma certa utopia, orientações subjetivas, e não os termos práticos e objetivos da sua aplicação, pois hoje nota-se somente a vontade de Governos para mostrar estatísticas, preocupando-se com uma plena empregabilidade, sem ao menos se preocuparem como é que os direitos dos trabalhadores estão sendo efetivados. Mesmo assim, consideramos o relatório de extrema importância até mesmo para orientação dos trabalhos e campos de atuação, na medida em que a Justiça social se funda num princípio básico que é a igualdade que está prevista em todas as Constituições e também está associada à não discriminação em matéria de emprego e de profissão, também consagrada nos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, de 1998.

Excelentíssimo Diretor-Geral,
Temos um elevado acervo constituído por 7500 ratificações de convenções. Temos a Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, de 1998. E, agora, o relatório “O Futuro do Trabalho” saído da 104.^a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, de 2015.

Justificam-se, porém, duas observações:

A primeira diz respeito a uma questão já bastante discutida, mas que deveria ser ainda mais, e que é certamente a questão do século quanto à justiça social. Quando falamos de emprego como fonte de rendimento, como pode haver tamanha desigualdade salarial no atual estágio do mundo capitalista?

A segunda remete para o Trabalho como fonte de vida, pois estamos hoje num estágio em que as pessoas despendem o esforço e energia, física ou psíquica, em atividades em que o trabalho, neste sentido, assume um caráter penoso. Para Marx, isto só se resolveria com a redução da jornada de trabalho. *Data venia*, a realidade

que vemos hodiernamente não é, de todo, esta, quando falamos da jornada de trabalho, o que suscita uma mudança iminente.

Para terminar e fazendo uma metáfora com a expressão da escritora francesa Sidonie Colette “Le tout est de changer”, pergunta-se como a OIT atuará para que estes temas sejam pautas de discussões efetivas e construtoras de soluções na próxima Conferência e não sendo mais uma vez instrumentalizada por interesses?

A Presidente

Muito obrigada a todos os delegados e todas as delegadas por seus excelentes discursos que serão comentados pelo Excelentíssimo Senhor Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho, a quem concedo agora a palavra.

Comentários do Diretor-Geral da OIT em resposta às intervenções dos delegados/as

Thank you President and thanks to all of the delegates

who have intervened in the session this morning.

Let me make an initial comment, listening to the interventions that have been made.

I think it is only correct to acknowledge as a number of delegates have pointed out, that in the report that has been presented to the Conference, you will find more questions than answers. It is a fair criticism that this report does not give the roadmap, does not give the signposts ahead. It points to the questions, it points to the challenges that we must resolve. Now you might say that is a failing short coming of the report but it is deliberate. Because it is the conviction of the ILO, it is the manner in which the ILO operates and has operated for a very long time, that it is for you, the representatives of Governments, Workers and Employers, to consider the questions put before you and provide the answers. The decision-makers are you, the democratic responsibility for pointing the way ahead lies with all of you.

Now that said, I am struck by two or three things that I've heard in the interventions that have been made. A number of you and not just from one group, but I think from all three groups, have said: «Look if we're going to move forward and if we are going to be faithful to the ideals of social justice», – and I think I heard unanimity, President, that we must be guided by the principles of social justice – «We need to establish rules for the global economy that allow for...» what was described on several occasions as «...fair competition». «We want those to succeed in the global economy, who obey the rules, who operate in ways which are compatible with social justice». This is very important because it has been historically the role of the International Labour Organization through the adoption of Conventions (international labour standards) to provide that fair playing, that level playing field that enables fair competition to be at the heart of the process of globalization.

And let me put the following to you. The ILO has proven quite productive. Some people think too productive in producing international labour Conventions. The problem, in my view, is not so much the absence of Conventions or the prescribed rules of the game, it is the mechanisms for making sure that those rules are applied, of enforcement, of tackling those situations where it is clear that abuses persist, bad practices prevail... and a number of you have pointed to these things. Let us remember as we meet today that there are 21 million slaves in the world! 21 million victims of forced labour and this is not a historic remnant of a different century. Forced labour is changing, is mutating, and it's renewing itself. Some of you may have seen this week that Italy has just introduced a new program to combat forced labour. The estimate is that there are 400,000 forced labour victims in Italy. Many of these are new, they're refugees, they're migrants, they're undoc-

umented... International workers I would call them.

So we have to be, I think, very attentive to these extreme situations. There are 168 million child workers in the world. So we need to establish these bases for social justice... fundamental rights to which we would all wish to be held, I believe.

A lot has been said about technology, I expected it, and of course varying views and perspectives have been offered. I expected that too. But what I think your task is going to be in the next days of your work, I think, is not to be speculative. Let's not engage in a sort of theoretical intellectual argument about whether we think technology will create or destroy more jobs. Let's think of the mechanisms as the Chancellor of the University did at the preamble to our Conference.

What are the mechanisms? What other policies? What are the objectives with which we have to address technological innovation in the world of

work? And that's difficult. That's difficult but it is, I believe, the question that we need to address together.

From an International Labour Conference – which is not only the youngest International Labour Conference I've ever seen, but also the Conference where we have the best gender balance that I've ever seen –...

[Our Conference sets itself a goal, Madam President, of thirty percent women participation. We've only ever achieved it once. Our member States, still send us only 30 women for every hundred delegates. You've done much better than that and congratulations on it. Yes you should give yourself some applause, well done on that.]

... you are right to point to the gender injustices which continue to characterize our world of work. ILO figures show that [It's different according to countries] in general women work for twenty per cent less pay than men in comparable jobs... Twenty per cent or more... and there is some bad news...

that figure is not going down. There is no unambiguous trend towards the elimination of the gender pay gap. And here's a bad news for all of you: that gender pay gap tend to be small at the moment people leave school or university. At the beginning of a career is relatively small but it gets bigger as you advance in your working life over the years and for the most highly qualified the gender gap is biggest. So as you study for your Ph.Ds. and your master's degrees, I urge you to think very carefully about how we are going to desegregate labour markets and remedy this fundamental injustice.

Listening to you, I've been surprised by some of the things you haven't mentioned. If you allow me to refer to what you haven't mentioned. Generally, and a number of you have mentioned the problems of youth employment, I hear many delegates talking about the adequacy of educational systems. School and university education should prepare people for

the world of work. Maybe it's just because you're an excellent University that you don't see this is as problem, but in general policymakers detect a mismatch, a difference between the types of skills that one is equipped with in a school and university and those required in the world of work.

I haven't heard anything either about the questions of environmental sustainability and let us again, I said it in my introduction, remember that we cannot carry on with our productive life in the future the way we did in the past. The ILO is trying to promote and assist the process of what we call just transition. Transition towards a low-carbon future which will allow us to continue along the path of decent work for all.

Madam President, there are many other issues I could refer to.

I've noted a lot of issues that have been said but I just want to conclude with a personal comment if you allow

me. This has been remarkably high quality debate, not just the intellectual references to Bertolt Brecht, the skill of the oratory which has been quite brilliant and I've enjoyed very much. But the commitment to advancing ILO objectives in the face of extraordinarily complex issues which I encourage you to continue to address, is great.

I would urge you to continue along that road and I would continue to challenge what you might see as the orthodoxies, the habits, the customs of the past... what has existed in the past may have its value, but it certainly has its shortcomings as well, and I think it will be tremendously important for this Conference to not accept any of the assumptions that people like me have in our minds. You need to assault those fortresses of orthodoxy and bring us new paths to a better future. You made a great start.

Thank you very much.

Encerramento da Sessão

A Presidente

Muito obrigada Senhor Diretor-Geral. A Presidência tem a honra de encerrar os trabalhos desta manhã propondo o adiamento desta sessão plenária. Vamos ini-

ciar o processo de votação, lembrando que esta é uma questão procedimental e que, portanto, não há lugar a abstenções.

(não havendo objeções, a sessão plenária foi adiada até dia 30 de novembro às 14h30)

(Página deixada propositadamente em branco)

Dia 1

Sessão Plenária dos Comitês

Quinta-feira, 20 de outubro de 2016, 14h30

(Página deixada propositadamente em branco)

A Sessão Plenária de Comitês iniciou-se com a exposição de questões procedimentais que antecederam as Sessões de Trabalho dos Comitês. Daqui resultou a aprovação das seguintes temáticas para trabalho em Comité:

1 – A macro regulação económica do emprego. Do pleno emprego à plena empregabilidade?

2 – Novas Tecnologias: fim do trabalho ou fim do emprego?

3 – Trabalho desigual? Novas formas de desigualdade e a organização do trabalho.

4 – O futuro das relações de trabalho: direito ao trabalho e o direito do trabalho.

Posteriormente, a Presidente da CIT apresentou, pelos poderes que lhe foram confiados, os membros do secretariado responsáveis por dar início aos trabalhos em Comité.

- Como Secretária do Comité 1, Sandra Graça;
- Como Secretária do Comité 2, Vanda Amaro Dias;
- Como Secretária do Comité 3, Teresa Maneca;
- Como Secretária do Comité 4, Andreia Santos.

(não havendo objeções a Sessão Plenária dos Comitês deu-se por encerrada)

(Página deixada propositadamente em branco)

Dia 1

Primeira Sessão de Trabalho dos Comitês

Quinta-feira, 20 de outubro de 2016, 15:15

(Página deixada propositadamente em branco)

Comité 1 – A macro regulação económica do emprego.

Do pleno emprego à plena empregabilidade?

Abertura da Sessão

Sandra Graça

Secretária do Comité 1

A secretária do Comité, Sandra Graça, deu as boas vindas a todos/as os/as delegados/as e procedeu à apresentação da agenda de trabalhos. Em seguida, explicitou o regulamento interno e o *modus operandi* específico do Comité.

Procedeu-se à eleição dos seguintes cargos:

- Presidente da Mesa, entre os/as delegados/as representantes do Go-

verno. Por unanimidade foi eleita Ana Carolina Novais.

- Vice-presidente em representação dos trabalhadores. Por unanimidade foi eleita Wu Dzi Wen.
- Vice-presidente em representação dos empregadores. Por unanimidade foi eleita Jordana Birck.

A presidente da mesa, Ana Carolina Novais, assumiu os trabalhos do Comité pedindo aos peritos do Secretariado para fazerem uma apresentação sobre os trabalhos do Comité, com o intuito de melhor enquadrar o debate geral.

(seguiu-se a apresentação do tema pelo perito do Secretariado da Conferência – Nuno Teles)

Debate Geral

O debate geral iniciou-se com a intervenção de José Oliveira, do grupo dos Governantes, que destacou os dois grandes problemas que, na sua opinião, marcam o mercado de trabalho e os desafios associados ao crescimento da economia, desde 2008. Em primeiro lugar, o problema do desemprego que atingiu valores recorde durante a administração de José Sócrates. A solução apresentada pelo Governo em funções passou por aumentar os gastos públicos (autoestradas, hospitais, etc.), o que se repercutiu numa redução dos níveis de desemprego, mas que por outro lado aumentou a dívida pública. O equilíbrio das contas internas deu-se, portanto, às custas do desequilíbrio das contas externas. Por outro lado, com a intervenção da troika em Portugal esta situação inverteu-se – assistiu-se a um desequilíbrio das contas internas para salvaguardar as contas externas. Neste cenário, a grande questão que se coloca é a de como equili-

brar de forma harmoniosa contas internas e externas, uma vez que isso será crucial para criar uma economia favorável à criação e manutenção de emprego. Estas questões foram respondidas por Diogo Videira, também representante dos Governantes, que salientou que essa é uma situação que não tinha sido possível articular. Para além disso, destacou as dificuldades inerentes à exportação e ao crescimento económico sem prejuízo para os trabalhadores.

Seguiu-se a intervenção de Carmo Gouveia, do grupo dos Empregadores, focando a questão das exportações e salientando que Portugal tem investido e exportado turismo, mas que permanece por explorar uma dimensão económica que beneficie os portugueses. Referiu também que teve 3 PME's empenhadas em dar condições aos trabalhadores, mas que isso foi impossível de realizar devido à falta de consumo. Salientou ainda que o setor do turismo não está a crescer de forma sustentável no longo prazo, uma vez que assenta numa

força laboral não qualificada. Para além disso, o crescimento deste setor tem provocado inflação nos principais centros turísticos, bem como uma degradação da qualidade de vida nestas zonas. Neste sentido, afirmou que o turismo não está a cumprir o objetivo de financiar o país, nem de preservar o património nacional. Como alternativa, sugeriu uma maior aposta em indústrias qualificadas, ao invés do investimento em criação de empregos precários e de baixa qualificação que apenas beneficiam uma lógica de lucro imediato e descaram a questão da sustentabilidade e do crescimento sustentado no curto, médio e longo prazo.

A intervenção do delegado João Reis, do grupo dos Governantes, centrou-se na questão de como aliar o crescimento económico ao bem-estar social. Neste contexto, destacou a necessidade de apostar na economia verde, um ponto capaz de reunir sinergias tanto de empregadores como de trabalhadores. Realçou o cariz pouco desenvolvido deste tipo de economia, quando com-

parado com economias mais tradicionais. No entanto, salientou que, num contexto de crescente globalização, Portugal tem que apostar nos seus recursos naturais como forma de reforçar a sua economia. O caminho das energias renováveis deve, portanto, ser a grande aposta de Portugal. Isso reforçaria a indústria portuguesa, uma vez que o país tem os recursos e mão de obra qualificada nesta área. Uma economia verde exige pessoas qualificadas e bem remuneradas, o que contribui para o bem-estar social e psicossocial dos trabalhadores. Esta é uma tendência que mais tarde ou mais cedo vai assumir uma dimensão global e Portugal deveria apostar em ser pioneiro neste contexto.

Luís Fernando Faria, do grupo dos Trabalhadores, alertou para o facto dos códigos de trabalho serem meramente ornamentais, uma vez que existem inúmeros casos de violação dos mesmos. Para além disso, referiu a urgência de se encontrarem soluções práticas para a atual conjuntura económica. Questionou-se se

essa solução seria a via liberal. No seu entendimento, Portugal não tem oferecido nada aos trabalhadores. Os recibos verdes não oferecem garantias e não são aceitáveis. A criação de períodos de formação não é suficiente para dar segurança aos trabalhadores. A emigração também não pode ser vista como solução para o desemprego em Portugal. Por fim, os sindicatos não têm conseguido representar os trabalhadores, nem defender os seus interesses e também nesta área urge um debate profundo na sociedade portuguesa.

O delegado Francisco, do grupo dos Governantes, esclareceu que a economia aberta, baseada no contexto português dos anos 1980/90, levou a que as empresas se deslocalizassem para mercados mais competitivos, o que acabou por se traduzir no aumento do desemprego. Por seu turno, a crise internacional dos últimos anos levou ao endividamento dos Estados e à sua incapacidade de pagar as suas dívidas externas. Nesse sentido, uma questão que deve ser alvo de debate é como

controlar o défice e como diminuir o desemprego sem descontrolar as contas públicas.

Navvab Aly, do grupo dos Trabalhadores, sugeriu orientar a discussão para um modelo de crescimento equilibrado e que, apesar de tudo, o capitalismo tem sido o modelo económico mais bem-sucedido na história contemporânea. Contudo, como qualquer sistema em evolução, precisa de reformas para acompanhar os desafios crescentes de um mundo globalizado. Falar de globalização, como um processo igual, é também algo que considera incorreto, uma vez que nem todos os países estão a responder da mesma forma a este processo (e.g. Portugal, Grécia, países africanos, etc.). Qualquer reforma tem que ter em conta os contextos específicos de cada país – globalização não pode ser uniformização. Apela ao Governo para que adote medidas para criar emprego e para valorizar os jovens, sendo que os refugiados – capazes de se adaptarem ao mercado de trabalho, de se qualificarem e de contribuírem

para o crescimento económico – merecem particular cuidado nesta discussão.

João Vasco, do grupo dos Empregadores, pediu um maior papel do Estado na economia e uma maior compreensão do estado do Estado. Portugal é um dos países mais endividados do mundo, o que inclui tanto o setor público, como o setor privado. Portugal deve ser capaz de atrair capital estrangeiro e aumentar as suas exportações para gerar riqueza. Contudo, esta riqueza não pode ser gerada por decreto. Ela depende de investimento, aumento de produtividade e da garantia da propriedade privada. Nesse sentido, propôs uma redução nas despesas do Estado e uma diminuição da carga fiscal. Para diminuir a despesa pública urge: 1) reduzir o número de funcionários públicos; 2) reduzir o salário dos funcionários públicos; 3) reduzir as transferências sociais. Este tipo de reformas constitui o caminho para tirar os países da pobreza. Esta intervenção suscitou um pedido de resposta – “Como é que a

despedir funcionários públicos aumentamos o emprego?” – ao que o delegado esclareceu que existe um excesso de funcionários públicos em Portugal.

Diogo Videira, do grupo dos Governantes, explicou que a estagnação secular se deve à desregulação dos mercados financeiros e à falta de investimento. Atualmente, os mercados de derivados são apenas mercados de poupança. Se acabarmos com esta lógica o dinheiro aplicado nestes mercados será reinvestido e acabará com a estagnação económica global. Para que isto seja possível é necessário criar uma regulação global da economia através de instituições e de um Banco Global.

João Bento, em representação dos trabalhadores, alertou que as exportações são importantes, mas que não nos devemos tornar excessivamente dependentes delas, uma vez que isto aumenta a vulnerabilidade a choques externos. Frisou ainda que o consumo interno está a ser desvalorizado.

Francisco Gonçalves, do grupo dos Governantes, mencionou

que os juros da dívida pública constituem um grande encargo para o Estado. Deve haver uma maior aposta nas PMEs, e uma maior capacidade de atrair investimento externo. A flexibilização dos contratos de trabalho, nomeadamente o recurso a recibos verdes, poderia ajudar as empresas a serem mais flexíveis e a conseguirem competir no mercado internacional. Neste contexto, o Estado deve regular estas medidas que ajudariam na criação de emprego, mas não intervir com mais despesa pública.

Lucas Figueiredo, do grupo dos Governantes, sugeriu uma diminuição do IRC (imposto sobre empresas), pois isso é crucial para aumentar a capacidade de Portugal atrair investimento externo.

Mariana Pinheiro, do grupo dos Trabalhadores, reforçou a ideia de que Portugal deveria investir nos seus jovens.

Glauber Nunes, do grupo dos Empregadores, esclareceu que na economia real quem investe quer retorno e que o Governo não gera ordem na economia; gera

caos. Devemos promover uma menor intervenção do Governo, pois este prejudica os empregadores que, por seu turno, não contratam trabalhadores. O mercado autorregula-se e, logo, não precisa de governo.

Francisco Amaral, do grupo dos Governantes, salientou que foram feitas várias propostas, mas que estas não são exequíveis. Os empregadores sugeriram o despedimento dos funcionários, o que afeta necessariamente o consumo interno. Os representantes do Governo propõem acabar com o financiamento da economia sem mencionarem alternativas concretas. Devemos olhar para a realidade e debater para chegar a propostas concretas, exequíveis e benéficas para todas as partes envolvidas.

O debate terminou com a intervenção de Carmo Gouveia, do grupo dos Empregadores. A delegada salientou a necessidade de se criarem condições para as empresas gerarem riqueza e mais postos de trabalho. É necessário criar uma nova cultura e repensar os mecanismos de criação de

emprego. Os empregadores precisam de regulação, estabilidade e ajuda.

Após as intervenções dos delegados seguiram-se intervenções pela Presidente e Vice-Presidentes do Comité acerca da importância dos trabalhos da Primeira Sessão em Comité.

Finalmente foi aprovada uma moção de encerramento, concluindo-se os trabalhos da Sessão de 20 de outubro.

Comité 2 – Novas Tecnologias: fim do trabalho ou fim do emprego?

Abertura da Sessão

Vanda Amaro Dias
Secretária do Comité 2

A secretária do Comité, Vanda Amaro Dias, deu as boas vindas a todos/as os/as delegados/as e considerou ser uma honra e privilégio proceder à abertura dos trabalhos da primeira sessão deste comité.

(seguiu-se uma exposição sobre questões procedimentais)

Sequencialmente, passou a apresentar os membros da mesa propostos pelos respetivos grupos. Como Presidente, em representação do grupo dos Governantes, foi apresentada Rafaela Henz Dias, aluna do 2.º ano da Licenciatura em Economia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. É igualmente membro do Pelouro da Cultura no Núcleo de Estudantes de Economia e aluna de guia do Programa GPS das Relações Internacionais da Universidade de Coimbra.

Como Vice-Presidente indicado pelo grupo dos Trabalhadores, foi apresentado Tony Santos, aluno do 4.º ano de Gestão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL-Brasil). É aluno de intercâmbio pelo programa Santander de mobilidade luso-brasileira, através do convénio entre a UFAL e a Universidade de Coimbra. Foi membro do grupo Sociedade, Natureza e Desen-

volvimento no Agreste Alagoano e aluno de iniciação científica vinculado ao Projeto Agreste entre 2013/2014. Foi coautor do livro *Versões e Ponderações*, através da Parceria entre a UFMS e a UFAL, bem como monitor das seguintes disciplinas: Economia, Introdução à Administração e Seminário Integrador II.

Como Vice-Presidente indicada pelo grupo dos Empregadores, foi apresentada Daniela Rodrigues Santos, aluna do 3.º ano de Gestão na Universidade de Coimbra, *team member* da AIESEC Coimbra NEFE e colaboradora no projeto GPS. Participou como colaboradora do pelouro de relações externas do núcleo de estudantes de gestão e do pelouro de saídas profissionais da AAC.

Posteriormente, Vanda Amaro Dias questionou o comité sobre se existiriam objeções à composição da mesa.

(não se registaram objeções)

Não havendo objeções, o secretariado conferiu plenos poderes aos membros da mesa para assumirem as respetivas funções e conduzirem os trabalhos deste Comité. Assim sendo, a Excelentíssima Presidente Rafaela Henz Dias assumiu a condução dos trabalhos.

Discursos da mesa

A Presidente do Comité 2, Rafaela Henz Dias, prosseguiu com a abertura dos trabalhos enfatizando a importância dos mesmos e a pertinência de discutir questões relacionadas com “As novas tecnologias: fim do trabalho ou fim do emprego?”. Seguiu-se a eleição do Comité de Redação do Comité da qual resultou a seguinte constituição: David Luís Castro, do grupo dos Governantes; Lauren Victoria Bento, do grupo dos Empregadores; e Rita Brás, do grupo dos Trabalhadores.

A Presidente pediu aos peritos do Secretariado para fazerem uma apresentação sobre os tra-

balhos do Comité, com o intuito de melhor enquadrar o debate geral.

(seguiu-se a apresentação do tema pelos peritos do Secretariado da Conferência – João Maia e Beatriz Caitana Silva)

A Vice-Presidente Daniela Santos interveio para introduzir os trabalhos do Comité, apelando aos delegados para terem em conta questões relacionadas com a promoção de um trabalho melhor e mais digno. Neste sentido, a Vice-Presidente enfatizou que flexibilidade não é, nem deve ser, sinónimo de exploração e que cabe aos Governos procurar consensos e promover soluções para alcançar um futuro do trabalho melhor para todos.

O Vice-Presidente Tony Santos prosseguiu agradecendo a todos os delegados a sua participação nos trabalhos do Comité e realçando a pertinência do tema do mesmo.

Findos os discursos da mesa, a Presidente deu início ao debate geral, com intervenções pelos delegados dos Governantes, Empregadores e Trabalhadores.

Debate Geral

Tendo como ponto de partida a sugestão de debate deixada pelo magnífico Reitor da Universidade de Coimbra, em relação à possibilidade de taxar a utilização de máquinas e tecnologias que substituíssem diretamente postos de trabalho, o grupo do Governo demonstrou-se firmemente contra, discordando, aliás, que a tecnologia tivesse um carácter necessariamente disruptor na empregabilidade. Foi acrescentado que negar a tecnologia corresponderia a negar o conhecimento e que a tecnologia poderia dar um contributo para a existência de mais emprego qualificado, mais justo, realçando a importância da justiça social e a sua compatibilidade com o crescimento económico.

Aliás, a tecnologia é importante também para o empreendedorismo, que cresceu muito em quantidade e qualidade devido ao surgimento de novas tecnologias e novos usos das tecnologias já existentes. Da mesma forma, o teletrabalho, que está ligado necessariamente à tecnologia, é um importante fator de independência para quem escolhe ficar em casa a gozar de licença parental prolongada ou quem escolhe dedicar-se em exclusivo ao trabalho doméstico. A maternidade e a necessidade de acompanhamento familiar são situações que, em algumas culturas, coagem a mulher a fazer uma opção entre família e um futuro profissional. Nestes casos, o teletrabalho é uma solução que empodera verdadeiramente quem se encontra em situações semelhantes e lhes permite apostar numa carreira profissional sem abdicar da vertente familiar.

A tecnologia é igualmente responsável pelo aumento da qualidade de vida e saúde ao permitir uma maior aposta na investigação. Da mesma forma,

possibilita melhorias qualitativas e quantitativas em diversos setores com impactos reais na vida civil e laboral dos cidadãos.

Ao invés de adotar medidas que possam limitar o progresso, o grupo dos governantes encoraja a posição contrária, incentivando o investimento através de regalias e bolsas de forma a “acompanhar a evolução dos tempos” e poder ombrear com outras economias no mercado global.

Para além dos impactos positivos que estes incentivos à tecnologia teriam na economia, seriam também fator decisivo para reduzir a “fuga de cérebros” de pessoas formadas e muitas vezes especialistas que emigram em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Em suma, o incentivo à criação e evolução tecnológica aproximaria os Governos da sua dupla missão de incentivar o progresso e assegurar a justiça social.

Os delegados do grupo dos Governantes, realçaram ainda que os Governos não devem ser excessivamente intervencionistas,

mas devem sempre agir no sentido de garantir o equilíbrio, a justiça e a livre concorrência. Por esse mesmo motivo não visam tomar medidas onerosas para os empregadores, nomeadamente a criação de novos impostos que dissuadam a aposta no investimento, a manutenção de postos de trabalho e a criação de novas oportunidades de emprego.

Acrescentou-se o receio de que, caso fosse aplicada ou recomendada uma taxaço adicional aos empregadores, esta seria fator de instabilidade, gerando desconfiança entre os investidores e contribuindo para a reduço do investimento. Isto, porque o crescimento de uma economia encontra-se muitas vezes dependente de investimento externo e privado, que iria certamente diminuir face a uma situaço de instabilidade fiscal, agravando o caso de alguns países cujos mercados já se encontrem numa situaço débil.

Por último, introduziu-se a questão do género, referindo-se o facto de em alguns países já terem sido tomadas medidas de

sucesso na promoço da igualdade de género no mercado de trabalho, como é o caso das quotas na administração pública e privada. Outras quotas de presença laboral mínima de um determinado género já foram também implementadas e podem ser uma ferramenta útil em algumas realidades nacionais.

A implementação de medidas de promoço da igualdade de género contribuirá para reduzir – e desejavelmente extinguir – o défice das mulheres no mercado de trabalho, quer em presença quer em remuneração. Isto será tanto mais verdade quanto maior for a articulaço com outras medidas, como a aproximaço da regulaço dos contratos de trabalho tradicionais e alternativos à verdadeira capacidade/realidade produtiva dos países, evitando a fuga da procura/oferta de trabalho para formas de trabalho informal precárias. Feita esta aproximaço, uma efetiva fiscalizaço e legislaço complementar no sentido de punir más práticas laborais decorrentes das alteraçoes referidas, serão o último passo

para garantir o cumprimento das regulamentações.

Os delegados do grupo dos Empregadores enfatizaram que a tecnologia é uma realidade incontornável dos nossos tempos e uma mais-valia para Governos, Empregadores e Trabalhadores. Desde logo, porque lhes permite adaptarem-se às exigências de um mundo globalizado e em permanente evolução. Reconhecem que a tecnologia tem colocado muitos desafios ao emprego, com particular impacto no setor primário – aquele em que se verifica uma maior taxa de mecanização para garantir uma maior e mais eficaz produtividade. Por isso mesmo, urge uma aposta na qualificação crescente e permanente da mão-de-obra.

No entanto, os delegados do grupo dos Empregadores realçaram que a tecnologia teve a mais-valia de introduzir mudanças significativas nos vários mercados de trabalho que levaram ao seu progresso. Se os nossos antepassados foram capazes de se adaptar às mudanças decorrentes das várias revoluções industriais,

também a nossa sociedade será capaz de o fazer, procurando sempre maximizar os benefícios sociais, económicos e culturais num mundo onde a tecnologia ocupa um lugar cada vez mais proeminente. Neste processo é necessário garantir que a economia e a produtividade cresçam apoiadas pelo uso e potencialização das novas tecnologias. Para além disso, é preciso ajustar as taxas que recaem sobre empresas e trabalhadores, sobretudo quando esta taxaçaõ leva muitos empresários a apostar na mecanização como forma de escapar aos custos decorrentes da criação de emprego. Com o intuito de tornar as novas gerações mais empregáveis, realçou-se ainda a importância de haver um processo de adaptação do sistema educativo que permita aos alunos um maior conhecimento e experiência para trabalhar com as novas tecnologias.

Não obstante as oportunidades geradas pelas novas tecnologias, os delegados do grupo dos Empregadores salientaram que os mercados de trabalho

estão cada vez mais mecanizados, verificando-se um défice do elemento criativo, inerente e exclusivo do ser humano. Uma forma de valorizar o trabalho humano é apostar na criação de postos de trabalho criativos, mas também promover o fim do subemprego, uma vez que este, para além de não gerar lucro, cria uma situação de precariedade para os trabalhadores, com elevados custos económicos e sociais. Uma grande aposta nesta área deve ser também a transformação do trabalho informal, por forma a garantir mais direitos e garantias para os trabalhadores. Bem como a criação de empresas que ajudem este processo de transformação e o incentivo ao empreendedorismo e à criação de pequenas empresas – formação do próprio emprego. Para que tal suceda, é essencial diminuir a burocracia inerente à criação de novas empresas e postos de trabalho, bem como a criação de leis que regulem a produção de bens numa lógica de cooperação com os trabalhadores.

Sobre a questão do fim do trabalho, os delegados do grupo dos Empregadores defendem que enquanto o homem existir haverá sempre trabalho. O que está em causa é uma transformação daquele que é o emprego tradicional – o “emprego para a vida” –, urgindo uma reorientação das relações de trabalho para facilitar uma melhor e mais suave adaptação à nova realidade introduzida pelas novas tecnologias. Nesta nova realidade, as tecnologias são essenciais e não devem ser encaradas como um obstáculo. Pelo contrário, elas permitem um leque de novas oportunidades. Contudo, estas oportunidades só podem ser aproveitadas se houver um investimento nos trabalhadores para que eles se possam qualificar devidamente com vista a beneficiar das mesmas. Simultaneamente, e para promover uma melhor adaptação à nova realidade social e laboral do século XXI, os delegados do grupo dos Empregadores defendem a criação de incentivos para a manutenção de empresas, uma maior aposta na justiça social,

maior facilidade no acesso ao crédito por parte de pequenas e médias empresas, uma real partilha de responsabilidades entre os vários parceiros sociais e a criação de mais linhas de crédito por parte do Governo.

O grupo dos Trabalhadores salientou que as novas tecnologias trazem muitas vantagens e que esse é um ponto incontestável. No entanto, chamou a atenção para a necessidade de haver uma preocupação com aquela que tem sido uma linha ténue entre a precarização do trabalho e a inovação tecnológica. Como tal, urge que as empresas deixem de se preocupar exclusivamente com a produção em larga escala e se comecem a preocupar também com o estímulo da criatividade dos seus trabalhadores. A tecnologia é importante, mas não deve nunca ser usada como meio de cristalizar condições precárias para os trabalhadores. Os delegados do grupo dos Trabalhadores alertaram para a tensão flexibilização vs precarização e para a necessidade de não confundir estes

dois conceitos. É fundamental flexibilizar as relações de trabalho e incluir na agenda pública questões de educação no sentido de melhor preparar os futuros trabalhadores. Com isto enfatizam que não defendem uma postura de protecionismo total dos trabalhadores, mas antes uma postura de justiça social que proteja os direitos já existentes face às novas condições dos mercados de trabalho.

O grande problema, como defenderam, não é o aparecimento de novas tecnologias. O grande problema é o trabalho digno não andar a par e passo com o avanço tecnológico; é não preservar os direitos sociais, culturais e a requalificação dos trabalhadores. A dimensão da educação é incontornável, pois é nela que se prepara o trabalhador para os desafios que vai encontrar. Não se trata de abolir as máquinas, nem a mecanização, mas de centrar o foco em medidas que preparem os atuais e futuros trabalhadores para as exigências e desafios crescentes dos mercados de trabalho.

Entre estes desafios está incontornavelmente a questão da precarização. É verdade que as novas tecnologias trazem novos espaços (*online*) com diferentes focos de atuação e luta. Porém, estes novos espaços são também espaços de desigualdade. Se, por um lado, as novas tecnologias podem promover novas formas de trabalho que se podem associar a uma individualização do trabalho mais positiva que conduz à capacitação, à autonomia e à flexibilização de horários; por outro lado, estas tecnologias fizeram emergir novas formas de trabalho sem vínculos contratuais ou garantias sociais. Uma questão importante é, portanto, saber como se transforma este tipo de trabalho em emprego digno. Por emprego entende-se o trabalho ao qual se associou um conjunto de direitos sociais que têm sido negligenciados nos últimos anos, com graves consequências para os trabalhadores e o tecido social no seu todo.

Por tudo isto, concluíram que o problema não reside nas novas tecnologias, mas na forma como

elas têm sido utilizadas. Tradicionalmente, o trabalho estava orientado para o suprimento de necessidades. Com uma mudança sistémica global e o surgimento das novas tecnologias esta lógica alterou-se e o trabalho é agora marcado por uma lógica de lucro, muitas vezes desprovido de limites de exploração, onde o trabalho e os recursos se tornam em meras mercadorias. É justamente esta lógica que é preciso combater e transformar por um trabalho melhor e um mundo mais justo.

Após as intervenções dos delegados seguiram-se intervenções pela Presidente e Vice-Presidentes do Comité acerca da importância dos trabalhos da Primeira Sessão em Comité e algumas reflexões finais.

Finalmente foi aprovada uma moção de encerramento, concluindo-se os trabalhos da Sessão de 20 de outubro.

***Comité 3 – Trabalho Desigual?
Novas Formas de desigualdade
e a organização do trabalho***

Abertura da Sessão

Teresa Maneca Lima
Secretária do Comité 3

A secretária do Comité, Teresa Maneca Lima, deu as boas vindas a todos/as os/as delegados/as participantes no Comité 3 e procedeu à apresentação da agenda de trabalhos. Em seguida, explicou o regulamento interno e o *modus operandi* específico do Comité.

Procedeu-se à eleição dos seguintes cargos:

- Presidente da Mesa, entre os/as delegados/as representantes do Governo. Por unanimidade foi eleita Yasmin Góes, estudante de mobilidade na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e membro da Secção de Defesa dos

Direitos Humanos da Associação Académica de Coimbra (AAC).

- Vice-presidente em representação dos Empregadores. Por unanimidade foi eleita Joana Carvalho Silva, aluna do 3.º ano da Licenciatura em Gestão, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Vice-presidente em representação dos Trabalhadores. Por unanimidade foi eleito António Dias de Oliveira Neto, mestre em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes e doutorando em Ciências Jurídico-Filosóficas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

A presidente da mesa, Yasmin Goés, assumiu os trabalhos do Comité, tendo para o efeito lido o discurso que seguidamente se reproduz.

Discurso da Presidente do Comité 3

Yasmin Góes

Presidente do Comité 3

Boa tarde,

Caros colegas de mesa, senhoras e senhores delegados.

É com imenso gosto que estou aqui perante todos para participar deste importante evento. Espero poder corresponder às vossas expectativas no decorrer desta conferência como Presidente deste Comité.

Sabemos que a diversidade de perspetivas de observação e descrição de uma sociedade gera problemas distintos a partir de um mesmo evento. Tais efeitos da divergência entre descrição geram impactos diferentes na dinâmica estatal de cada sociedade, sobretudo no que se relaciona ao trabalho e as novas formas de desigualdade após a globalização.

Em várias partes do mundo proliferam condições injustas e opressivas para com os trabalhadores. As desigualdades de

género, raça, idade, etnia e o aumento da pobreza são realidades que assustam e que devem ser amplamente discutidas. Portugal reconhece que a discordância entre as diferentes partes do mundo agrava a condição daqueles que estão submetidos aos mais diversos regimes de trabalho. Logo, medidas cabíveis e pontuais são necessárias com vista a proporcionar um trabalho digno e sustentável e a assegurar a dignidade humana, a justiça social, igualdade e segurança.

As leis laborais são entendidas como uma aquisição evolutiva, sendo importante não cair no anacronismo, mas perceber que as condições atuais são diferentes das vividas no passado, havendo espaço para mudanças e para a sua regulação. Espero que as propostas resultantes do trabalho deste Comité possam contribuir para um melhor entendimento e uma futura diminuição de novas e velhas formas de desigualdade, bem como o assegurar de condições de trabalho sustentáveis. É com a pretensão de igualdade e liberdade que po-

deremos transformar e mudar a precariedade e a desigualdade no trabalho.

Nesta Conferência Internacional do Trabalho, espero que possamos através das nossas propostas promover a justiça social, os direitos humanos e os direitos no trabalho como forma de manter uma paz sustentável, o progresso e a prosperidade dentro da comunidade internacional, princípios fundamentais à Organização Internacional do Trabalho. Creio que iremos fazer um ótimo trabalho na promoção destes valores e transformá-los em realidades concretas.

Muito obrigada pela vossa atenção.

Findo o discurso, a Presidente da Mesa prosseguiu com a eleição do Comité de Redação do Comité, da qual resultou a seguinte constituição: Daniela Sofia Neto, do grupo dos Governantes; Rita Fernandes, do grupo dos Empregadores; e Maria Madalena Portugal, do grupo dos Trabalhadores.

A Presidente pediu aos peritos do Secretariado para fazerem uma apresentação sobre os trabalhos do Comité, com o intuito de melhor enquadrar o debate geral.

(seguiu-se a apresentação do tema pelos peritos do Secretariado da Conferência – Alfredo Campos e Dora Fonseca)

Debate Geral

O debate geral iniciou-se com a intervenção do Vice-Presidente, António Dias Neto, do grupo dos Trabalhadores, que enfatizou as desigualdades no mundo do trabalho, as situações de trabalho forçado e escravo, bem como a precariedade e a fraca inclusão social dos Trabalhadores. Uma forma de alterar esta situação é a promoção da cooperação internacional de todos os parceiros sociais (diálogo social internacional).

Seguiu-se uma intervenção da Vice-Presidente, Joana Carvalho

Silva, do grupo dos Empregadores, que mencionou a necessidade de haver uma relação de equilíbrio entre empregadores e trabalhadores, bem como de promover o bem-estar e a qualidade no trabalho. Enfatizou a necessidade de definir o papel do direito do trabalho na relação das novas formas de trabalho.

O delegado do grupo dos Governantes, Jaime Almeida, destacou a importância da relação entre empresas e universidades para a diminuição do desemprego entre os jovens e em determinados cursos e áreas de especialização. Neste sentido, propôs a criação de um Fórum que agregue universidades e empresas; a adaptação dos manuais escolares e dos principais conteúdos programáticos das universidades aos desafios do mercado de trabalho atual, com o objetivo de diminuir o desemprego jovem.

O delegado Gonçalo Duarte, do grupo dos Empregadores, discursou sobre os estágios e a precariedade assistida pelo Estado. Uma forma de resolver esta questão passa por acabar com os

estágios e encontrar outros mecanismos que contribuam para a competitividade das empresas, que considerem a flexibilidade como benéfica para os trabalhadores, uma vez que permite constante formação aos trabalhadores e, por conseguinte, maiores oportunidades de emprego.

O delegado Rafael Neves, do grupo dos Trabalhadores, centrou a sua intervenção no contexto internacional da divisão do trabalho e no seu impacto nos direitos do trabalho, salientando que é necessário compreender que atualmente as empresas atuam em redes e que isso constitui um desafio à atuação dos sindicatos. Neste sentido, urge a criação de uma plataforma ou fórum para que os sindicatos possam partilhar experiências e trocar informações, bem como um maior estímulo à cooperação técnica entre sindicatos (nacionais e internacionais) para a promoção de um projeto de desenvolvimento. Por exemplo, no caso de empresas internacionais que iniciam as suas atividades no continente africano, onde os trabalhadores

desconhecem os seus direitos, é importante a existência de uma cooperação internacional entre sindicatos.

A delegada do grupo dos Empregadores, Marina Buendia, discursou sobre o trabalho informal e o caso da economia subterrânea, em particular, a sua variação em termos internacionais. Neste sentido, enfatizou a necessidade de atender às diferenças e características específicas dos diversos países na compreensão do trabalho informal.

Maria Raimunda, do grupo dos Trabalhadores, salientou que os estudantes de hoje são os trabalhadores de amanhã e que, por isso, deveria haver um reforço dos estágios como elemento de garantia de experiência prévia à entrada no mercado de trabalho. Os estágios devem ser obrigatórios em todos os cursos, remunerados e com condições dignas. Para que tal seja possível é necessário fortalecer as políticas ativas de emprego para os jovens (estágios) e complementar competências teóricas com valências técnicas.

Fabrcio Rodrigues, do grupo dos Governantes, reforçou a ideia dos estágios como forma de ganhar experiência e a disponibilidade do Governo para reforçar os estágios, inclusive durante as licenciaturas, para que os estudantes possam entrar no mercado de trabalho melhor preparados. Neste sentido, propôs que cada licenciatura devia ter um semestre por ano dedicado ao estágio.

Nuno Cardoso, do grupo dos Trabalhadores, destacou a importância de não construir o debate sobre o futuro do trabalho em torno da questão trabalhador *versus* máquina. Neste sentido, a redução do horário de trabalho pode ser vista como política de criação de emprego, ou a criação de oportunidades de emprego para mais pessoas. Esta medida traz vantagens e oportunidades em termos do lazer e do setor lúdico e apresenta vantagens familiares – tempo para a família.

Gonçalo Duarte, do grupo dos Empregadores, reforçou a importância dos estágios como experiência profissional e aquisição de

competências, pelo que propôs a inclusão de estágios durante as licenciaturas e o repensar dos seus valores remuneratórios.

Rafael Neves, do grupo dos Trabalhadores, lembrou que a problemática do futuro do trabalho vai além dos estágios. É importante trazer para a discussão as diferenças salariais que ainda persistem e que suscitam a necessidade de tomada de medidas de revisão salarial para diminuir gradualmente disparidades no mundo do trabalho.

Mariana Garrido, do grupo dos Governantes, falou sobre a precariedade e a existência de estágios não remunerados; a desadequação entre trabalhos e funções; e o aumento dos recibos verdes. Perante esta situação, defendeu a regulação de situações de falsos recibos verdes e a fiscalização de situações de estágios não remunerados como forma de evitar a criação de novos empregos. Para resolver esta questão seria preciso limitar as situações de estágios não remunerados e promover um maior diálogo entre o Governo e as universidades.

Gonçalo Duarte, do grupo dos Empregadores, discursou sobre a discrepância salarial entre trabalhadores qualificados e não qualificados e deu o caso da emigração como solução de futuro para muitos jovens. Neste enquadramento, alertou para a necessidade de repensar as tabelas salariais.

Vasco Semedo, do grupo dos Governantes, referiu-se à inclusão dos jovens no mercado de trabalho, bem como à valorização das qualificações dos jovens. Propôs a criação de um organismo privado que produza estudos e investigação com o objetivo de colaborar com o Governo, com um Conselho de Administração formado por jovens no mercado de trabalho e jovens universitários, para que os conhecimentos teóricos sejam conjugados com as necessidades práticas. Desse modo, os empregadores não gastariam dinheiro em formações e o trabalhador sentir-se-ia compensado pela formação que tinha.

Wellington Nunes, do grupo dos Empregadores, discursou so-

bre a necessidade de aquisição de experiência para o desempenho de funções, mas alertou para o facto de que nem todos podem ser integrados no mercado de trabalho por via de estágios. Neste sentido, apelou à definição de políticas públicas para aumento de vagas (estágios ou outros modelos de emprego ativo).

Maria Luiza Pacheco, do grupo dos Governantes, salientou que Portugal é dos países com mais desigualdade de género da União Europeia, nomeadamente em termos salariais. As empresas continuam a dificultar o acesso das mulheres a cargos de direção. Como tal, interpeleu o grupo dos Empregadores para esclarecerem as responsabilidades das empresas nesta questão.

Carolina Oliveira, do grupo dos Governantes, referiu que o ensino superior não deve estar dependente do mercado de trabalho. Há cursos e áreas importantes socialmente, nomeadamente em termos intelectuais e da solidariedade. O que urge é a conjugação da empregabilidade

com a promoção do capital cultural e não apenas económico.

Ana Paula Costa, do grupo dos Governantes, enfatizou a necessidade de melhor regular e fiscalizar os estágios e os salários, ao mesmo tempo que demonstrou disponibilidade para dialogar com os representantes dos Trabalhadores, com o intuito de efetivar as mudanças por eles sugeridas.

Rafael Neves, do grupo dos Trabalhadores, interveio para referir que o trabalho deve ser pensado na lógica dos mercados, mas regulando o seu comportamento, realçando que se deve apostar na criação de mecanismos de troca de informação e experiências entre sociedades.

Natália Alves, do grupo dos Governantes, retomou a discussão sobre os estágios e sugeriu o desenvolvimento de parcerias entre governo e empresas para regulamentação e adequação dos estágios, com o objetivo de promover uma maior integração dos estagiários nas empresas.

Mariana Antunes, do grupo dos Governantes, estruturou o

seu discurso em torno de questões relacionadas com os contratos a termo, a idade da reforma, discrepâncias salariais, ou seja, as diferenças entre salários médios e mais elevados numa mesma empresa; e a discriminação de género no acesso a determinados cargos. Neste contexto, lançou o desafio de se promover a diminuição do número de contratos a termo certo em nome da segurança no emprego; a diminuição da idade da reforma, como medida de inserção de jovens no mercado de trabalho; a diminuição dos salários mais altos e aumento dos salários mais baixos; e a introdução de quotas para a presença de mulheres em determinadas funções e tarefas.

Cesar Cavalcanti, do grupo dos Governantes, discursou sobre as diversas formas de trabalho forçado e propôs o desenvolvimento de medidas para detetar situações em que estes casos existam, bem como para identificar lucros ilegais das empresas gerados pelo trabalho forçado.

Gonçalo Duarte, do grupo dos Empregadores, defendeu os

benefícios dos contratos a termo incerto, designadamente fazer face às exigências de produção das empresas e levar a que os trabalhadores se esforcem mais e melhor. Neste sentido, propôs a aceitação de alterações na regulamentação deste tipo de contrato, nomeadamente no que concerne à informação da cessação e tempo para informação.

Por fim, Jaime Almeida, do grupo dos Governantes, reforçou o debate de questões relacionadas com a idade da reforma e a sustentabilidade da segurança social; a adequação das vagas no ensino superior e a saturação ou não do mercado de trabalho e profissões; e os estágios como elementos fundamentais entre a universidade e o mercado de trabalho. Neste panorama, defendeu que é necessário discutir como se poderá melhorar o diálogo entre universidades e o mercado de trabalho, atendendo ao número de vagas disponíveis em alguns cursos, nomeadamente aqueles onde há necessidade de mais profissionais ou vice-versa.

Findo o debate geral, foi proposta uma moção de encerramento que, tendo sido aprovada por unanimidade, colocou fim aos trabalhos da Primeira Sessão em Comité da CIT.

***Comité 4 – O Futuro das
Relações de Trabalho: direito
ao trabalho e o direito
do trabalho***

Abertura da Sessão

Andreia Santos
Secretária do Comité 4

Os trabalhos tiveram início com a apresentação da secretária do Comité, Andreia Santos, dando as boas-vindas aos delegados e delegadas, e explicitando a ordem de trabalhos.

Em primeiro lugar, oficializaram-se os cargos de Presidente e Vice-Presidentes do Comité, com uma breve apresentação biográfica de cada um, seguida da aprovação por parte do comité, daqui resultando a seguinte constituição:

- Ana Sofia São Simão Horta, do grupo dos Governantes, como Presidente. Ana Sofia Horta é aluna do 4.º ano do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas; Vice-Presidente da ESN (da *International Exchange Erasmus Student Network*) de Coimbra; é Membro do Pelouro das Relações Internacionais da ESN Coimbra e embaixadora SPEAK (um programa linguístico e cultural criado para aproximar pessoas assente numa partilha de línguas e culturas entre migrantes e locais) em Coimbra.
- Joaquim Nolasco Gil, do grupo dos Empregadores, como Vice-Presidente. Joaquim Gil é aluno do 2.º ano da Licenciatura em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e membro da ELSA (*European Law Students Association*).

- Elaine Cristina Silva dos Santos, do grupo dos Trabalhadores, como Vice-Presidente. Elaine Santos é Socióloga e Doutoranda em Sociologia na Faculdade de Economia de Universidade de Coimbra, sendo também Professora da Rede Pública, em São Paulo.

De seguida, a Presidente tomou a palavra fazendo um breve discurso. No final, foram indicados oficialmente os membros do comité de redação:

- Érica Tatiane Soares Ciorici, do grupo dos Trabalhadores;
- Daniela Reis, do grupo dos Governantes;
- Thaís Ebert Kasper, do grupo dos Empregadores.

(seguiu-se a apresentação do tema pelos peritos do Secretariado da Conferência – Marina Henriques e Saulo Aristides)

Debate Geral

Finalizada esta exposição, deu-se início aos trabalhos do comité com a mesa (Presidente e Vice-presidentes) a seguirem os procedimentos formais.

Maria Eduarda, do grupo dos Empregadores, iniciou o debate com uma proposta para adoção do tratado vinculativo de proteção dos direitos humanos no trabalho a ser aprovado em Genebra em outubro, defendendo que é interesse dos empregadores aplicar este tratado. Interpelando os representantes do Governo, defendeu a extraterritorialidade, de modo a aplicar a jurisdição do país de origem dos trabalhadores fora do seu território nacional.

O delegado Gabriel, do grupo dos Governantes, defendeu que a função governamental deve ser conciliadora, sugerindo: *standards* mínimos vinculativos no sentido de resguardar as especificidades de cada país, inclusive culturais (conforme direito *do* e direito *ao* trabalho); divisão do ónus entre os parceiros sociais, por forma a que cada um assumia

uma parcela de culpa de modo a conciliar os interesses dos *insiders* e *outsiders* (jovens principalmente). Mencionou ainda que a existência de flexibilização pode ser positiva.

O delegado do grupo dos Trabalhadores, Rafael, enfatizou que urge agir e escrever. A legislação laboral transforma em lei a força coletiva, e essa força está na palavra. É necessário reforçar a Convenção c.122, sobre políticas de emprego, quanto ao pleno emprego e livre escolha desse emprego.

No grupo dos Trabalhadores, a delegada Deise introduziu dois tópicos para debate. No que concerne a flexibilização laboral, a terciarização (*outsourcing*) significa precarização das relações laborais. Daqui resulta uma crítica às empresas dado que a flexibilização apenas é produtiva e lucrativa para estas. Em segundo lugar, o trabalho produtivo (o trabalho que é efetivamente pago) e trabalho reprodutivo (cuidado dos filhos, doméstico), afinal um trabalho que é gratuito e deveria ser contabilizado como pago.

Esta última temática toca a questão da desigualdade de género, devido também à divergência de salários entre géneros.

A delegada Maria, do grupo dos Empregadores, orientou o seu discurso numa tentativa de evidenciar a realidade. Neste sentido, salientou que o trabalho passa por uma grande transformação, não esquecendo a conjuntura económica e os avanços na tecnologia. Contudo, tudo isto pode trazer benefícios para os Empregadores, Governo e Trabalhadores. Por outro lado, evidenciou a necessidade de se proceder a uma adaptação do “direito do trabalho da crise”, uma vez que o direito do trabalho tem que se adaptar à crise e os direitos têm que ser geridos de acordo com a conjuntura e as empresas.

O delegado Nuno, do grupo dos Governantes, mostrou-se a favor de uma maior rigidez laboral no sentido de uma maior proteção social. Nesse sentido, é necessário que os trabalhadores expressem as suas exigências com o objetivo de alcançar o consenso.

Também do grupo dos Governantes, a delegada Lauren mencionou o grupo de trabalho das Nações Unidas sobre os direitos humanos – o tratado vinculante. Sobre a questão da terciarização, referiu a cartografia do trabalho no mundo globalizado no sentido de proteção dos direitos humanos.

Após estas intervenções, houve uma proposta de suspensão da sessão por 15m pela presidente, aprovada por unanimidade.

Retomados os trabalhos tomou a palavra o delegado Patrício, do grupo dos Empregadores que se mostrou contra a rigidez laboral, considerando-a um fator pouco atrativo para o investimento externo. Sugeriu que as empresas devem ser beneficiadas pelas boas condições de trabalho através de prémios atribuídos, por exemplo, pela OIT (um selo/distinção) que funcionaria também como *marketing*.

Do grupo dos Trabalhadores, a delegada Érica demonstrou preocupações ambientais e

defendeu que a sustentabilidade deve apoiar-se na alternativa da economia verde, uma vez que este é um interesse comum. Com esta intervenção aproveitou para se esclarecer que o *Ecolabelling* já existe. Contudo, uma instituição com poder pode alterar/enganar/comprar a autenticidade deste selo.

Pelo grupo dos Trabalhadores, o delegado Davilson realçou o valor do trabalho – o trabalho torna os indivíduos humanos. Manifestou ainda a visão de que existem os exploradores (empregadores) enquanto que o Governo adota uma posição de omissão. Levantou também a questão do rendimento, a classe trabalhadora enquanto penalizada pelos empregadores e governantes, bem como a falta de benefícios para os trabalhadores. Em particular, enfatizou o lucro excessivo que coloca em risco o trabalho digno (muitas horas de trabalho). A solução passa por uma justa redistribuição de rendimento e uma reforma fiscal. No que respeita a esta última, não se trata de diminuir os impostos

sobre o trabalho, mas de os fazer recair sobre outras instituições.

Do ponto de vista da regulamentação fiscal /reforma tributária, salienta que a legislação está correta, mas o que ainda falta é um maior equilíbrio entre os lucros das empresas e os benefícios dos trabalhadores.

Ainda no grupo dos Trabalhadores, a delegada Lara levantou a questão da flexibilização dado que prejudica os trabalhadores, incidindo sobre a própria essência do direito do trabalho – função do direito do trabalho que protege o trabalhador/parte mais fraca da relação laboral. Por exemplo, a flexibilização das horas extra tem um impacto negativo mesmo no desemprego (dado que mais exploração do mesmo não gera mais emprego). Assinala que houve uma grande transferência de riqueza para os empregadores.

No seio deste debate, a observadora do grupo dos Trabalhadores e sindicalista, Antónia, referiu que o equilíbrio entre os empregadores e os trabalhadores deve ser promovido pelo

Governo. Quanto ao Conselho Económico e Social, referiu que existe um défice na representação sindical quanto à concertação social – os trabalhadores não estão representados proporcionalmente dado apenas a UGT e a CGTP fazerem parte da concertação social. Neste sentido, é importante reforçar o papel da OIT.

O delegado Rafael, do grupo dos trabalhadores, retomou a questão ambiental e a necessidade de uma maior aposta na supervisão, uma vez que esta não é apenas uma questão de qualidade de vida, mas sim de sustentabilidade da vida humana e do nosso meio ambiente.

Após estas intervenções, a Presidente encerrou as inscrições, seguindo-se os discursos de encerramento da sessão por parte dos Vice-presidentes.

O Vice-presidente do grupo dos Trabalhadores frisou que o trabalho continua a ser central no funcionamento das sociedades, e é necessário combater a precarização crescente.

O Vice-Presidente do grupo dos Empregadores enfatizou que é nocivo entender as relações de trabalho atuais tendo como referência a realidade dos séculos XIX e XX. Hoje já não é mais a acumulação de capital o máximo ótimo, são outros desafios aqueles que se colocam ao trabalho. A base de resolução destes desafios não deve assentar no confronto entre empregadores

e trabalhadores, mas antes no diálogo entre os mesmos.

Por fim, a Presidente da Mesa propôs uma moção de encerramento dos trabalhos que foi aprovada por unanimidade.

(findos os trabalhos nos vários comités as sessões de trabalho em comité foram adiadas até dia 29 de novembro)

(Página deixada propositadamente em branco)

Dia 2

Segunda Sessão de Trabalho dos Comitês

Terça-feira, 29 de novembro de 2016, 14h00

(Página deixada propositadamente em branco)

As Sessões de Trabalho dos Comitês foram abertas pelos respectivos Presidentes que fizeram um discurso inicial de boas vindas e procederam à abertura dos debates sugerindo a análise das propostas de conclusão dos respectivos comités uma a uma.

As propostas de resolução foram analisadas e discuti-

das até que se chegasse a um consenso sobre as mesmas. No final registaram-se as propostas de conclusão aprovadas por consenso em cada comité.

Findo este processo, e não havendo objeções, os trabalhos em comité foram suspensos até dia 30 de novembro às 10h30.

(Página deixada propositadamente em branco)

Dia 2

Primeira Reunião de Grupos

Terça-feira, 29 de novembro de 2016, 18h00

(Página deixada propositadamente em branco)

Reunidos nos seus respectivos grupos – Governantes, Empregadores e Trabalhadores – os delegados da CIT partilharam os principais pontos discutidos no seio dos seus comités e a respetiva proposta de conclusão. Foram levantadas algumas questões sobre as

mesmas que foram devidamente debatidas e esclarecidas pelos delegados.

Depois da exposição inicial adiou-se a reunião até às 9h00 de dia 30 de novembro para proposta de emendas e alterações às propostas de conclusão apresentadas.

(Página deixada propositadamente em branco)

Dia 3

Segunda Reunião dos Grupos

Quarta-feira, 30 de novembro de 2016, 9h00

(Página deixada propositadamente em branco)

Os trabalhos da Segunda Reunião de Grupos começaram às 9h da manhã. Os delegados reunidos por grupos – Governantes, Empregadores e Trabalhadores – procederam à análise das propostas de conclusão dos Comités da CIT. Depois desta análise os delegados preencheram os formulários de alteração para registarem as emendas, alterações e substituições que consideraram relevantes. Estas alterações foram posteriormente comunicadas em contexto de grupo e entregues ao secretariado para discussão e votação em sede de Comité.

(Página deixada propositadamente em branco)

Dia 3

Terceira Sessão de Trabalho dos Comitês

Quarta-feira, 30 de novembro de 2016, 10h30

(Página deixada propositadamente em branco)

As Sessões de Trabalho dos 4 Comités da CIT foram abertas pelos respetivos Presidentes que agradeceram aos membros dos Comités de Redação dos Comités pelos seus trabalhos. Em seguida, deu-se início ao processo de análise das propostas de alteração das conclusões dos Comités tal como sugeridas pelos grupos da estrutura tripartida da CIT. As propostas de alteração foram analisadas uma a uma e votadas em conformidade.

Finda a análise e votação das propostas de alteração, bem como a adoção de conclusões, os Presidentes dos Comités encerraram as respetivas sessões agradecendo ao secretariado, ao comité de redação, aos membros da mesa e aos delegados dos seus Comités pelo excelente trabalho desenvolvido durante a CIT. Posteriormente, aprovaram-se moções de encerramento que colocaram fim aos trabalhos dos Comités.

(Página deixada propositadamente em branco)

Dia 3

Sessão Plenária de Encerramento da CIT

Quarta-feira, 30 de novembro de 2016, 15h00

(Página deixada propositadamente em branco)

Abertura da Sessão

A Presidente

A Presidente da CIT abriu a Sessão Plenária começando por agradecer aos delegados todo o seu empenho na Conferência e na elaboração/discussão das propostas de conclusão. Seguiu-se a explanação da ordem de trabalhos da Sessão Plenária. Clarificada esta questão procedimental, a Presidente deu início à apresentação das conclusões da Conferência.

Nesse sentido, deu a palavra aos membros da mesa do Comité 1.

Ana Catarina Novais
Presidente do Comité 1

A Presidente do Comité 1, Ana Catarina Novais, congratu-

lou os delegados do grupo dos Governantes, pelo trabalho desenvolvido em sede de Comité. Destacou a proposta para a criação de um fundo económico internacional para o trabalho (súper-visionado pela OIT) e apelou a todos os delegados da CIT para que aprovassem a resolução da Conferência.

Jordana Birck
*Vice-Presidente do Comité 1,
representante do grupo
dos Empregadores*

A Vice-Presidente do Comité 1, Jordana Birck, em representação do grupo dos Empregadores agradeceu aos delegados do seu comité pelo trabalho desenvolvido. Saliou a necessidade de melhorar a articulação entre governos, empregadores e trabalhadores para promover um trabalho mais digno e o bem-

-estar das gerações vindouras. Enfatizou igualmente a urgência de redinamizar a economia internacional e de desenvolver uma gestão mais eficiente dos meios de trabalho, condições *sine qua non* para melhorar o futuro do trabalho.

Wu Dzi Wen

*Vice-Presidente do Comitê 1,
representante do grupo
dos Trabalhadores*

A Vice-Presidente do Comitê 1, Wu Dzi Wen, em representação do grupo dos Trabalhadores, começou por cumprimentar a CIT e demonstrar o apreço do grupo dos Trabalhadores pelos trabalhos desenvolvidos no seu Comitê. Manifestou, da mesma forma, o seu apoio às conclusões da Conferência e apelou à sua aprovação pela CIT.

A Presidente

A Presidente da CIT deu a palavra aos membros da mesa

do Comitê 2 para se pronunciarem acerca das conclusões da Conferência.

Rafaela Henz

Presidente do Comitê 2

Rafaela Henz saudou todos os presentes na primeira simulação da Conferência Internacional do Trabalho realizada em Coimbra.

Referiu que os membros do comitê “As Novas Tecnologias: Fim do trabalho ou fim do emprego?” estiveram perante um grande desafio: como pensar o futuro do trabalho face aos avanços tecnológicos e como direccionar o seu desenvolvimento para a produção de maior justiça social e diminuição das desigualdades.

As propostas do comitê compreendem medidas que deverão ser tomadas pelos Estados Membros para que sejam garantidas aos trabalhadores, lesados pela eminente automação de sua área, requalificações e formações contínuas com o propósito de garan-

tir a sua inserção no mercado de trabalho.

Desta forma informou que se busca garantir mais oportunidades e uma maior mobilidade no espaço do mercado de trabalho, com trabalhadores mais capacitados para as novas formas de tecnologia e as suas exigências.

Referiu ainda que a formação contínua permite que tanto o trabalhador, quanto a empresa beneficiem desta medida, uma vez o primeiro acompanhará as necessidades do mercado de trabalho e o segundo conseguirá assegurar que os seus trabalhadores estão preparados para fazer face aos desafios de um mundo globalizado e onde as tecnologias assumem um papel cada vez mais importante.

Referiu ainda que o comité propôs igualmente uma maior regulação sobre o processo de automatização das atividades com a finalidade de salvaguardar determinados setores, como os setores do conhecimento e de criatividade onde deve predominar o trabalho humano.

Lembrou também que, em função do aparecimento de novas tecnologias, existe o perigo real de muitas áreas laborais serem extintas, sendo necessário que haja um ajustamento sobre aquelas cujo conhecimento humano é imprescindível e insubstituível. Será necessário tomar medidas para a proteção e alargamento desses setores de forma a garantir a sua evolução.

Mencionou a proposta para os Estados Membros orientarem o uso das novas tecnologias para a diminuição das desigualdades sociais, em particular das desigualdades de género.

Quase a terminar, lembrou que as tecnologias podem muitas vezes beneficiar e facilitar o quotidiano das pessoas, mas também ser utilizadas para eliminação de barreiras sociais, de forma a gerar maior equidade entre classes e géneros.

A Presidente do Comité 2 terminou o seu discurso apelando à CIT que aprovasse a resolução da Conferência.

Daniela Rodrigues Santos
Vice-Presidente do Comité 2,
representante do grupo
dos Empregadores

A Vice-Presidente do Comité 2, Daniela Rodrigues Santos, representante do grupo dos Empregadores, saudou os delegados do seu Comité pelo trabalho desenvolvido. Enfatizou as propostas sugeridas pelo seu grupo que englobavam questões tão amplas como o cofinanciamento da formação de trabalhadores, maior incentivo no processo de patentes e da sua atratividade/competitividade, bem como medidas referentes à carga fiscal.

Terminou a sua intervenção com um apelo à CIT para aprovar a resolução da Conferência.

Tony Santos
Vice-Presidente do Comité 2,
representante do grupo
dos Trabalhadores

O Vice-Presidente do Comité 2, Tony Santos, representante do grupo dos Trabalhadores, sau-

dou a mesa e delegados da CIT. Expôs, em seguida, as principais propostas do grupo dos Trabalhadores no seu Comité que incluem: o controlo do ajustamento salarial, um maior financiamento por parte dos governos – incubadoras solidárias –, a criação de novos postos de trabalho, o desenvolvimento de novas tecnologias e a proteção dos trabalhos e do meio ambiente.

Por fim, apelou a que a resolução da Conferência fosse aprovada pela CIT.

A Presidente

A Presidente da CIT deu a palavra aos membros da mesa do Comité 3 para se pronunciarem acerca das conclusões da Conferência.

Yasmin Góes
Presidente do Comité 3

A Presidente do Comité 3, Yasmin Góes, representante do grupo dos Governantes, agrade-

ceu aos delegados do Comité 3 pelos trabalhos desenvolvidos. Mencionou ainda que destes trabalhos, e perante uma realidade alarmante, resultaram medidas para reduzir desigualdades sociais e de género. Por fim, apelou à aprovação da resolução da CIT.

Joana Carvalho Silva
*Vice-Presidente do Comité 3,
representante do grupo
dos Empregadores*

A Vice-Presidente do Comité 3, Joana Carvalho Silva, representante do grupo dos Empregadores, salientou o papel das empresas no atual contexto socioeconómico. Neste contexto, é necessário enfrentar mudanças, conciliar interesses de empresas e necessidades dos trabalhadores, limitar situações de exploração laboral e precariedade, aumentar os mecanismos de fiscalização e sanção para situações de violação dos direitos do trabalho. Por fim agradeceu o trabalho dos dele-

gados e apelou à aprovação da resolução pela CIT.

António Neto
*Vice-Presidente do Comité 3,
representante do grupo
dos Trabalhadores*

O Vice-Presidente do Comité 3, António Neto, representante do grupo dos Trabalhadores, cumprimentou a CIT pelo trabalho realizado. Mencionou questões relativas ao futuro do trabalho, à promoção do trabalho digno e à diminuição das desigualdades. Referiu que é importante pensar o futuro, mas também os problemas presentes. Desta forma, destacou as propostas do seu Comité no sentido da erradicação do trabalho escravo e da diminuição de desigualdades.

Por fim, apelou à aprovação da resolução da Conferência.

A Presidente

A Presidente da CIT deu a palavra aos membros da mesa do Comité 4 para que pronunciassem acerca da resolução da Conferência.

Ana Sofia Horta

Presidente do Comité 4

A Presidente do Comité 4, Ana Sofia Horta, representante do grupo dos Governantes, iniciou a sua intervenção com um cumprimento à CIT. Salientou a discussão ativa no seio do seu comité e lamentou não ter havido mais tempo para abordar temas que são importantes. Do debate gerado destacou a questão da formação e requalificação profissional, da supervisão nacional e da relação entre trabalho digno/produktividade/futuro do trabalho. O seu discurso terminou com um apelo à CIT para que se aprove a resolução da Conferência.

Joaquim Gil

*Vice-Presidente do Comité 4,
representante dos Empregadores*

O Vice-Presidente do Comité 4, Joaquim Gil, representante do grupo dos Empregadores, enfatizou o esforço de todos os delegados do seu Comité e o seu compromisso em alcançar consensos. Manifestou ainda o seu agrado perante as conclusões aprovadas, destacando aquelas que incidem sobre formação e requalificação profissional, selos de qualidade para empresas cumpridoras para com o Estado e para com os seus trabalhadores, e sobre medidas promotoras de uma sociedade funcional, pacífica e em constante progresso. Por fim, apelou à CIT que aprovasse a resolução da Conferência.

Elaine Santos

*Vice-Presidente do Comité 4,
representante do grupo
dos Trabalhadores*

A Vice-Presidente do Comité 4,
Elaine Santos, representante do

grupo dos Trabalhadores cumprimentou a CIT e orientou a sua intervenção para a exposição de questões relacionadas com os direitos dos Trabalhadores. Terminou com um apelo à CIT para que aprovasse a resolução da Conferência.

Às intervenções dos membros das mesas dos Comitês seguiu-se a intervenção de 12 delegados da CIT – 3 de cada Comité, representando cada um dos grupos da estrutura tripartida – que expressaram o seu apreço pelo trabalho dos delegados dos respetivos comités e recomendaram a todos os delegados da CIT a aprovação das conclusões apresentadas.

Aprovação da resolução da CIT

Findas as intervenções dos delegados, a Presidente da CIT deu início ao processo de aprovação das conclusões dos Comitês. Não havendo objeções, as conclusões da CIT foram aprovadas. Em seguida, a Presidente da CIT

mandatou o Comité de Redação da Conferência para redigir a resolução final da CIT.

Discursos de Encerramento

O Vice-Presidente
representante do grupo dos Trabalhadores

O Vice-Presidente da CIT, Alfredo Campos, representante do grupo dos Trabalhadores iniciou a sua intervenção com os devidos cumprimentos aos membros da Conferência que se empenharam num processo intenso de discussão de questões sobre o futuro do trabalho. Salientou ainda o papel dos delegados do grupo dos Trabalhadores nos 4 Comitês da Conferência que procuraram sempre alcançar consensos, mas sem nunca aceitarem medidas pouco dignas ou injustas. Destacou como pontos fundamentais da discussão o aumento dos salários, a valorização da negociação coletiva, as novas tecnologias e a redução das jornadas de trabalho. Congratulou-se, em parti-

cular, com a medida referente ao aumento dos salários mínimos, uma vez que sem rendimentos dignos não existe possibilidade de uma vida digna. Defendeu que as novas tecnologias devem contribuir para a redução da jornada de trabalho e lamentou que a redução da mesma para as 35h semanais não tenha sido aprovada em sede de Comité. Lamentou ainda que persistam muitos desafios e situações que não podem ser aceites, reiterando que os trabalhadores continuarão a lutar por um mundo melhor. Apesar de considerar que a discussão poderia ter ido mais longe, agradeceu, em nome do grupo dos Trabalhadores, a todos os delegados e delegadas da CIT pelo seu trabalho.

O Vice-Presidente
*representante do grupo
dos Empregadores*

O Vice-Presidente da CIT, Nuno Teles, representante do grupo dos Empregadores, iniciou a sua intervenção com um

cumprimento à CIT. Destacou que este foi um longo trabalho, porque implicou a discussão de um tema de longo alcance que teve como ponto de partida o relatório “O Futuro do Trabalho”. Recordou que esse documento contém muitos desafios a que se somam a mais grave crise económica desde a Segunda Guerra Mundial e as transformações que marcam o palco económico e reorganizam a estrutura e as relações laborais. Neste contexto, demonstrou a sua satisfação pelo papel central dos empregadores na formulação de conclusões que incluem: uma maior aposta no empreendedorismo, assumindo as PME's como coluna vertebral do mercado; novas linhas de financiamento para PME's; colaboração entre universidades e empresas na preparação dos estudantes para o mercado de trabalho; e uma maior flexibilização fiscal para a criação de empregos. Finalizou com a afirmação de que apenas através do diálogo tripartido será possível alcançar um futuro do trabalho digno e agradeceu à CIT pelo seu trabalho.

A Presidente

A Presidente da CIT, Joana Ricarte, começou o seu discurso com um agradecimento à CIT e com a menção de que os consensos são essenciais para alcançar a justiça e a dignidade dos empregos e dos trabalhadores – um palco onde a estrutura tripartida desempenha um papel fundamental. Destacou que os delegados do grupo dos Governantes demonstraram uma enorme capacidade de diálogo com os seus parceiros sociais por forma a chegar a conclusões sobre desemprego, desigualdades e questões de género, entre tantos outros temas. Frisou ainda que a resolução da CIT tem um im-

pacto muito significativo no âmbito do centenário da OIT e na formulação de políticas futuras que vão afetar positivamente as gerações vindouras.

Secretário-Geral

O Secretário-Geral da CIT, João Maia, encerrou a sessão com agradecimentos finais e o reconhecimento pelo excelente trabalho desenvolvido por todos os delegados e delegadas da Conferência.

(posto isto, deram-se por encerrados os trabalhos da CIT, realizados em Coimbra a 20 de outubro e 29-30 de novembro de 2016)



PARTE III
DA IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS
ÀS PROPOSTAS CONCRETAS

(Página deixada propositadamente em branco)

RESOLUÇÃO DA 1.^a SIMULAÇÃO DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO/CIT-COIMBRA

Esta Resolução responde ao desafio reflexivo sobre o futuro do trabalho lançado pelo Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Guy Ryder, no âmbito das iniciativas do centenário daquela instituição. Neste contexto, a Faculdade de Economia e a Universidade de Coimbra, dando resposta ao repto da OIT-Lisboa e do Centro de Estudos Sociais/Universidade de Coimbra, associaram-se para darem voz aos/às estudantes da UC sobre esta temática. A iniciativa operacionalizou-se através de uma simulação da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), atividade inédita em meio universitário nacional e europeu. O presente documento é, pois, o corolário das discussões dos jovens delegados e enuncia as propostas dos estudantes de diversos cursos e de todos os ciclos de estudos da Universidade de Coimbra.

A discussão sobre o futuro do trabalho foi feita em quatro comités especializados, nos quais os delegados, mandantes tripartidos dos Governos, dos Trabalhadores e dos Empregadores, estiveram reunidos durante os meses de outubro e novembro de 2016. São eles:

1. A macro regulação económica do emprego. Do pleno emprego à plena empregabilidade?
2. Novas tecnologias: fim do trabalho ou fim do emprego?
3. Trabalho desigual? Novas formas de desigualdade e a organização do trabalho.

4. O futuro das relações de trabalho: direito ao trabalho e o direito do trabalho.

Nestes comités, os jovens delegados identificaram as principais condicionantes, problemas do trabalho e respetivos contornos no futuro. Durante a discussão destas questões os delegados procuraram delinear soluções baseadas no consenso e tendo por base a estrutura tripartida da OIT, à semelhança do que acontece anualmente no contexto da CIT.

As conclusões que se seguem refletem o resultado desse processo de debate, juntando, assim, as vozes dos jovens estudantes e as particularidades do contexto português às iniciativas do centenário da OIT, com o intuito de contribuir para a formulação de políticas que orientem a Organização na sua missão de promover uma maior e melhor justiça social ao longo do seu segundo centenário.

I

A macro regulação económica do emprego. Do pleno emprego à plena empregabilidade?

Partindo do diagnóstico feito no Relatório quanto à evolução da economia internacional marcada pelos efeitos da Crise Financeira Global (CFG), nomeadamente o baixo crescimento económico e a persistência de desemprego de massas, com dados que apontam para mais de 200 milhões de trabalhadores em situação de desemprego;

Atendendo aos desafios que o elevado endividamento privado e público de muitas economias, acompanhado por políticas públicas guiadas pela consolidação orçamental, representam para a recuperação futura da economia internacional para um estágio que responda às necessidades globais de emprego;

Visando dar resposta a alguns dos problemas identificados como estruturais da economia internacional no contexto do estado de “estagnação secular” da economia internacional;

Alertando para as consequências da crescente monopolização da economia internacional pelas grandes empresas multinacionais, principais beneficiadas pelos processos de internacionalização da produção e financeirização da economia global identificados no relatório do Diretor-Geral da OIT;

Demonstrando preocupação com o poder da finança internacional e sua crescente influência em todas as áreas da vida económica, que se tem traduzido num crescimento exponencial da esfera financeira face à esfera real da economia e num crescimento desmesurado dos produtos e mercados financeiros que contribuiu de forma decisiva para o eclodir da CFG em 2008, com efeitos devastadores nas empresas e emprego um pouco por todo o mundo;

Reconhecendo a necessidade de identificar propostas que redinamizem a procura internacional, nomeadamente através da promoção do investimento e do consumo:

1. *Recomenda-se* a criação de um fundo internacional para a criação de emprego, partindo do modelo do Fundo Social Europeu, com os seus objetivos de criação de emprego, igualdade no acesso ao trabalho e promoção da coesão social:
 - a) Este fundo será gerido por diversas organizações internacionais, como a OIT ou o Banco Internacional de Desenvolvimento;
 - b) O objetivo deste fundo é financiar pequenas e médias empresas, as empresas solidárias e empresas auto-gestionadas;
 - c) O fundo será distribuído internacionalmente de acordo com os índices de desenvolvimento humano, privile-

giando o investimento em países com um IDH inferior a 0,8;

- d) Este fundo deverá privilegiar a capacidade destas entidades na inserção de jovens, grupo etário particularmente afetado pelo presente desemprego de massas, e na inovação tecnológica, acreditando este comité que são os jovens os principais veículos da capacidade de inovação.

2. *Incentiva-se* a criação de um imposto de 1% sobre todas as transações financeiras, na linha das propostas formuladas pelo economista James Tobin nos anos 70 e retomadas nos 90 e, mais recentemente, no contexto da CFG:

- a) O objetivo de criação desta taxa é o de reduzir o risco tomado pelos agentes financeiros; penalizar a especulação financeira, já que pesa sobretudo sobre transações frequentes de curto prazo; penalizar a livre circulação exacerbada atual do capital; e taxar um dos setores menos taxados da economia internacional, contribuindo assim para uma distribuição equitativa da carga fiscal entre os diversos setores de atividade.
- b) Pretende-se, assim, limitar a circulação de capitais de curto prazo que dão azo a crises cambiais, entre outras de carácter financeiro.

3. *Convida-se* ainda os Estados-Membros a refletirem e a chegarem a acordo sobre a necessidade de incentivar as empresas à criação de mecanismos voluntários de promoção de empregos de qualidade para além dos mínimos considerados admissíveis. Nesse sentido:

- a) *Considera-se* que, para além do necessário enquadramento legal internacional homogeneizador das condições de trabalho, definidas pela OIT, os diferentes países devem obedecer às novas convenções a serem acordadas nas instâncias internacionais;
 - b) *Afirma-se* que os incentivos financeiros que privilegiem uma concorrência saudável, protetora do fator trabalho, devem ser acompanhados por mecanismos legais e voluntários que permitam uma concorrência internacional na qual não seja o custo de trabalho o principal fator de internacionalização e externalização da produção;
 - c) *Apoia-se* a criação de um “selo” de garantia do respeito e promoção do trabalho digno nos produtos das diferentes empresas, como um mecanismo de distinção que permitirá aos consumidores premiar boas práticas, nomeadamente a garantia de rendimento digno, tempos de trabalho regulados, boas condições de trabalho e a promoção da autorrealização intelectual dos trabalhadores;
 - d) *Propõe-se* a criação de uma “lista negra” pública de grandes empresas, cujas más práticas laborais possam ser denunciadas junto dos consumidores.
4. *Recomenda-se* que outras medidas como a valorização do salário mínimo, o combate ao desperdício ou o investimento em tecnologias que promovam a transição ecológica sejam objetivos claros das políticas públicas no atual contexto, atendendo à necessidade urgente de redinamização da economia internacional e de criação de emprego de qualidade junto dos mais afetados pela crise, nomeadamente os jovens.

5. *Conclui-se* que só através de uma gestão mais eficiente dos recursos e de políticas dirigidas à valorização do trabalho no quadro de economias mais prósperas é que um futuro com mais emprego digno estará ao nosso alcance, satisfazendo as necessidades dos representantes da estrutura tripartida da OIT.

II

Novas Tecnologias: fim do trabalho ou fim do emprego?

Partindo da análise feita no relatório da OIT “O Futuro do Trabalho” que incidiu sobre a miríade de transformações no mundo do trabalho resultantes da crescente globalização da economia, do progresso tecnológico e da procura por competitividade com implicações nas formas de organização do trabalho;

Chamando a atenção para uma nova realidade do trabalho marcada por uma presença cada vez mais evidente de novas tecnologias;

Reconhecendo os desafios e oportunidades que estas novas tecnologias colocam ao futuro do trabalho;

Visando dar resposta a estes desafios e proporcionar melhores condições e oportunidades para os futuros trabalhadores:

1. *Incentiva-se* o desenvolvimento de um programa de cofinanciamento entre Governos e Empresas para a formação e requalificação dos trabalhadores:
 - a) O objetivo deste programa é permitir a especialização e requalificação dos trabalhadores, sem que haja a necessidade de despedimentos.

- b) Na eventualidade de mudanças de operacionalização ou de introdução de novas tecnologias nas empresas, que impliquem a especialização ou requalificação dos seus trabalhadores; e nos casos em que essa especialização ou requalificação não possa ser dada pela própria empresa, as empresas e os governos devem implementar um programa de cofinanciamento que permita aos trabalhadores usufruírem da formação necessária, sem despedimento, para depois serem reinseridos no seu contexto laboral – devidamente enquadrados por um contrato celebrado entre as partes.
- c) A mais-valia desta proposta consiste em permitir que as empresas beneficiem da requalificação dos seus trabalhadores, aumentando a sua competitividade, ao mesmo tempo que salvaguardam postos de trabalho e direitos socioeconómicos dos trabalhadores.

2. *Propõe-se* a concessão de isenção fiscal às empresas (no caso português no que concerne à Taxa Social Única, TSU, mas noutros contextos esta medida deve aplicar-se a impostos congêneres, pagos pela empresa) sempre que estas não derem lucro:

- a) O objetivo desta medida é evitar que as empresas encerrem as suas atividades e sejam forçadas a suprimir postos de trabalho.
- b) Esta medida permitiria às empresas disporem de uma almofada financeira que as ajudaria a recuperar de situações de crise, incrementar a sua competitividade e a assegurar postos de trabalho, com consequências benéficas para todos os parceiros sociais.

- c) As empresas só podem usufruir dessa isenção em caso de não despedimento dos seus trabalhadores durante o período de vigência da mesma.
- d) Em situações excepcionais em que a sobrevivência da empresa dependa comprovadamente de despedimentos, a isenção de pagamento TSU será decidida em sede de concertação social.
- e) O prazo deverá ser avaliado em função da situação de cada Estado-membro.

3. *Recomenda-se* um reforço do investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D), por parte das empresas e outros agentes económicos, com vista à criação de valor para a economia:

- a) Esta medida visa otimizar a potencialidade das novas tecnologias como promotoras de bem-estar social, assim como a criação de postos de trabalho.
- b) Como complemento a esta iniciativa, e por forma a tornar mais atrativa a aposta em I&D, propõe-se que, na eventualidade de um bem ou serviço patenteado ser bem-sucedido, as mais-valias (*cash-flows*) que dela resultem não sejam tributadas nos primeiros 30% da sua vida útil.
 - i. As pequenas empresas estão isentas de tributação nos lucros dos primeiros 30% de sua vida útil.
 - ii. No caso das médias empresas, pode variar entre 15% a 30% no caso do reinvestimento ser em inovação responsável, e 15% no caso em que não o seja.

- iii. No que respeita às grandes empresas, serão apenas isentos os lucros de 10% de vida útil se forem reinvestidos em inovações responsáveis.

4. *Incentiva-se* uma maior articulação entre o sistema de ensino universitário e as necessidades do mercado de trabalho.

- a) Esta medida visa adequar a formação superior às reais oportunidades de trabalho e evitar que tantos jovens se confrontem com situações de desemprego quando acabam a sua formação superior.

b) Para tal *requer-se ainda*:

- i. uma busca contínua pelo ajustamento das vagas universitárias às necessidades reais do mercado de trabalho;
- ii. uma reforma do ensino (do 2.º ciclo ao ensino superior) apelando a uma posição proativa por parte dos Governos na atualização de práticas de ensino e conteúdos programáticos, de modo a adaptá-los às novas realidades do mercado de trabalho;
- iii. a modernização de infraestruturas e de políticas educativas – fundamentais para que o ensino se adequue à realidade do mercado de trabalho –, por forma a equipar as escolas com condições para preparar os jovens para os desafios do novo século, principalmente reforçando a componente tecnológica;
- iv. uma maior aposta no ensino profissional e profissionalizante, a fim de dotar os futuros trabalhadores de maiores competências técnicas que os tornem mais atrativos no momento em que procuram emprego.

- c) Estas medidas seriam benéficas para os jovens – aumentando as suas hipóteses de inserção no mercado de trabalho – e para a sociedade em geral, uma vez que permitiria às empresas suprir as suas necessidades laborais e, desta forma, estimular a economia e o bem-estar geral.
5. *Apela-se* a um maior apoio do sistema político à requalificação profissional e à formação contínua, no caso do posto de trabalho ser substituído por novas tecnologias.
- a) Esta medida visa dotar os trabalhadores de um leque de competências mais variado que lhes confira maiores poderes na procura de emprego e/ou reinserção no mercado de trabalho.
6. *Propõe-se* a limitação do tipo e número de máquinas que substituam diretamente postos de trabalho (em função do setor e das decisões tomadas em sede de concertação social).
- a) O objetivo desta medida é proteger os trabalhadores e evitar a redução do número de empregos em várias áreas. A limitação do número e tipo de máquinas que substituam diretamente postos de trabalho não deve restringir-se aos setores em que se verificam elevados riscos para a saúde e segurança dos trabalhadores.
 - b) Pretende-se que esta proposta contribua para a proteção do conhecimento e de atividades criativas. Em outros setores, essa limitação não deve ser imposta de forma a não condicionar o crescimento empresarial.

c) A mais-valia desta proposta é contribuir para a coesão social e para a proteção de postos de trabalho, estimulando, desta forma, a capacidade de consumo e, logo, o crescimento económico.

7. *Recomenda-se* a todos os Estados-membros que questionem e atuem sobre as desigualdades de género criadas pela inserção de novas tecnologias nos mercados de trabalho e que, simultaneamente, canalizem estas mesmas tecnologias para adequar e reduzir disparidades salariais entre géneros.

a) Esta medida visa sustentar o aumento das desigualdades de género e contrariar as previsões dos últimos dados do relatório do Fórum Económico Mundial sobre o “défice de género” no trabalho, projetando que, no futuro, se perderá uma maior percentagem de trabalhos ocupados por mulheres do que por homens.

8. *Incentiva-se* a criação de medidas pós-cessação de relação laboral para situações em que trabalhadores tenham sido despedidos devido à introdução de máquinas que assegurem as suas funções.

a) Estas medidas devem incluir incentivos à formação profissional, por forma a aumentar a qualificação dos trabalhadores e facilitar a sua reinserção no mercado de trabalho na sua área específica de atuação profissional.

b) Estas medidas não se aplicam a pequenas empresas.

c) Estas medidas preveem a criação de cursos obrigatórios pagos pelos empregadores aos trabalhadores despedi-

dos pela substituição de máquinas. Estes cursos devem ser escolhidos pelo trabalhador a partir de uma lista de possibilidades negociada entre empregadores e trabalhadores. O objetivo é permitir a reinserção dos trabalhadores no mercado de trabalho.

- d) Estas medidas destinam-se a trabalhadores em situação de desemprego, sendo que o tempo mínimo em que esta condição se verifique para que seja possível usufruir desta formação será definido de acordo com o contexto nacional.
- e) Só poderão usufruir desta formação trabalhadores que tenham cumprido pelo menos um ano de vínculo laboral formal.

9. *Recomenda-se* um maior controlo sobre o ajustamento salarial face ao aumento dos lucros das empresas com a introdução de novas tecnologias.

- a) Esta medida passará pela criação de um indicador económico (a ser decidido em sede de concertação social) que pondere o lucro das empresas com a introdução de novas tecnologias e o redirecione, parcialmente, para os salários dos trabalhadores.

10. *Defende-se*, por parte dos Governos, um financiamento destinado à implantação de incubadoras tecnológicas de economia solidária em universidades, comunidades e organizações sociais.

- a) Esta medida visa promover a transmissão de conhecimentos e especialização, criar novos postos de trabalho, promover o desenvolvimento económico e tecnológico,

criar novas empresas mais especializadas e promover os princípios do trabalho digno.

11. *Felicita-se* o desenvolvimento de novas tecnologias sempre que estiverem orientadas para a defesa, segurança e proteção dos trabalhadores e das questões ambientais.

a) Este processo deve ocorrer dentro das universidades, nomeadamente nas incubadoras anteriormente propostas.

12. *Considera-se* que é através de uma maior aposta nas novas tecnologias e da criação de condições que garantam a sustentabilidade das empresas e bem-estar dos trabalhadores que um futuro mais próspero e mais digno se poderá concretizar, em conformidade com a missão da OIT.

III

Trabalho Desigual? Novas formas de desigualdade e a organização do trabalho

Partindo do diagnóstico feito no Relatório quanto às transformações no mundo do trabalho decorrentes da crescente globalização da economia, do progresso tecnológico e da procura de competitividade com mudanças nas formas de organização do trabalho;

Atendendo às alterações nas relações contratuais típicas, postas em causa por múltiplas formas “atípicas”, como por exemplo o trabalho a tempo parcial e a termo, que representam fonte de insegurança para os trabalhadores e agravam as desigualdades sociais;

Expressando preocupação com a persistência de desigualdades socio-laborais traduzidas, por exemplo, em assimetrias salariais, no

aumento do número de trabalhadores em risco de pobreza ou na existência de desigualdades em termos de oportunidade de emprego e progressão na carreira com base no género;

Alertando para as consequências de uma economia política da precariedade, com foco na diminuição dos custos do trabalho como solução para fazer face à atual crise e fomentar o aumento da produção;

Visando dar resposta aos desafios impostos pelas novas formas de organização do trabalho e conciliar as necessidades das empresas e as necessidades dos trabalhadores;

Reconhecendo a necessidade de se definirem propostas que contribuam para o reconhecimento do trabalho, a inclusão pelo trabalho e para a diminuição das desigualdades socio-laborais respeitando os ideais e princípios do trabalho digno e justiça social:

1. *Considera-se imperiosa a* definição de renovadas normas jurídicas (internacionais e nacionais) tendentes a uma maior regulação das novas formas e tipologias de trabalho, tendo na sua base os direitos humanos no trabalho e uma maior segurança material:
 - a) O objetivo desta regulação jurídica é garantir, por um lado, a conciliação dos interesses e demandas das empresas e, por outro, as preocupações e necessidades dos trabalhadores;
 - b) De forma a reduzir a precariedade resultante das novas formas de organização do trabalho, incluem-se nesta regulação também os trabalhadores independentes ou auto empregados no âmbito da economia partilhada ou *gig economy*, que dependam exclusivamente deste rendimento;

- c) Deverá igualmente ser dada prioridade ao estabelecimento de horários mínimos e máximos para o trabalho a tempo parcial;
- d) Relativamente à figura do trabalhador temporário, este enquadramento legal deve fortalecer os mecanismos de inspeção e sanção no caso do incumprimento das situações tipificadas nos termos da lei;
- e) Ainda no caso dos trabalhadores temporários, deve ser dada prioridade ao reforço do direito aos subsídios de transporte e alimentação;
- f) Os mecanismos de inspeção e sanção deverão ser igualmente fortalecidos em relação aos contratos de prestação de serviços;
- g) Pretende-se, assim, limitar o uso indevido das novas modalidades contratuais sempre que existam condições de integração permanente do trabalhador.

2. *Recomenda-se* o reforço de medidas que contribuam para a promoção de uma maior igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, tanto nas empresas como na sociedade em geral:

- a) Estas medidas têm como objetivo fomentar um maior equilíbrio entre a vida familiar e a vida profissional e contribuir para a eliminação de barreiras no acesso ao emprego e à progressão na carreira;
- b) Deverá ser dada prioridade à educação para a igualdade com a inserção nos currículos escolares, desde o ensino básico ao ensino superior, de conteúdos obrigatórios sobre a igualdade de género;

- c) Para além desta prioridade, sugere-se a criação de um plano curricular de formação sobre a temática, de carácter obrigatório e contínuo, para todos os docentes;
- d) No contexto empresarial recomenda-se que a temática da igualdade de género seja conteúdo obrigatório da formação dos trabalhadores e empregadores, com um mínimo de 20 horas anuais;
- e) Em termos de políticas relacionadas com a parentalidade (terminologia a adotar de futuro pela OIT), propõe-se o alargamento das licenças, nomeadamente na modalidade de licença partilhada num período suplementar de 30 a 60 dias, não excluindo o já previsto na Convenção n.º 183, de 15 de junho de 2000;
- f) Pretende-se, igualmente, o aumento das licenças para trabalhadores com responsabilidades familiares, sem distinção entre homens e mulheres, assim como a redução do horário de trabalho;
- g) Como medida tendente à eliminação das barreiras no acesso à profissão e à carreira, sugere-se a criação de um sistema de quotas atribuídas às mulheres para lugares de chefia, cargos intermédios e outras funções, proporcionalmente à dimensão da empresa: 30% para pequenas empresas; 40% para médias empresas e 50% para grandes empresas. Esta medida não deve aplicar-se às microempresas.
- h) Por fim, sugere-se o reforço da fiscalização e o aumento do valor das coimas em caso de não cumprimento das medidas relativas ao combate à desigualdade de género.

3. *Apela-se* à criação de um mecanismo de cooperação internacional de combate a todas as formas de trabalho forçado e escravo:

- a) Este mecanismo internacional será gerido pela OIT e outras organizações internacionais, nomeadamente Organizações Não Governamentais que trabalhem nesta área;
- b) O objetivo deste mecanismo é a criação de uma rede de cooperação internacional entre Governos, empresas e sociedade civil, com foco na erradicação do trabalho escravo, do tráfico de seres humanos e no intercâmbio de políticas e medidas públicas centradas na criação de emprego e no reconhecimento do valor do trabalho;
- c) Este mecanismo visará estimular as responsabilidades internacionais das empresas envolvidas em exploração de trabalho forçado, escravo e/ou tráfico de seres humanos, tanto numa dimensão regional, como global.

4. *Convidam-se* os Estados-Membros a refletirem sobre a necessidade de definição de medidas de valorização e aumento do salário mínimo, que vão além das atualizações decorrentes do aumento da inflação. Num contexto marcado por um aumento do número de trabalhadores pobres, o salário mínimo constitui-se como um imperativo de justiça social e como medida de combate à pobreza e de diminuição das desigualdades.

5. *Conclui-se* que é através da definição de políticas concertadas entre governos, empregadores e trabalhadores, em sede de concertação social, e dirigidas ao reconhecimento do valor do trabalho, que é possível diminuir a instabilidade e a incerteza quanto ao futuro das relações laborais,

bem como a propagação das novas e velhas desigualdades socio-laborais, tanto económicas como de género.

IV

O futuro das relações de trabalho: direito ao trabalho e o direito do trabalho

Demonstrando preocupação com o futuro do trabalho e das relações laborais e realçando a importância de uma discussão sobre o modo como manter ativas as estratégias de diálogo/confronto/compromisso entre representantes de governos, empregadores e trabalhadores, para que o trabalho continue a ser um espaço de responsabilização e de dever profissional, de realização e valorização pessoal, de criatividade e de efetivação da democracia;

Recordando o Relatório sobre o *Futuro do Trabalho* da OIT (2015), designadamente as questões relativas à governação do trabalho, que assentam numa ideia simples: para a maioria das empresas e dos trabalhadores, esta governação é feita através das instituições do mercado de trabalho, como os ministérios, os conselhos tripartidos, os serviços de emprego, a inspeção do trabalho, as autoridades de saúde e de segurança e as instituições da formação profissional;

Tendo presente que, de um modo geral, a tendência nas últimas décadas tem sido no sentido da desregulamentação em muitos países e que as transformações económicas e políticas recentes despontadas pela crise financeira de 2008 contribuíram para o aumento das assimetrias entre capital e trabalho, o grande desafio é o de robustecer o quadro regulamentar assegurando a defesa e proteção dos direitos laborais;

Reconhecendo as contínuas mudanças no mundo laboral e os exigentes constrangimentos associados à necessidade de superar os défices orçamentais e recuperar o crescimento da economia, trata-se de cimentar a organização do trabalho e buscar uma redefinição no papel dos seus atores de modo a garantir a defesa de um trabalho digno e o reconhecimento que o futuro do trabalho deve ter por base o tripartismo e o diálogo social, princípios fundadores da OIT;

1. *Incentiva-se*, no âmbito da promoção da defesa dos direitos laborais e da dignificação das condições de trabalho e combate à precariedade, a que:

- a) O período experimental não vá além de 45 dias de modo a conferir aos trabalhadores uma maior segurança e estabilidade contratual;
- b) Se dê uma redução da jornada de trabalho para a democratização do emprego formal, estável e seguro sem redução de salário, nem da produtividade, e com proteção social assegurada, de forma a realçar a função social do trabalho, potenciando o bem-estar dos trabalhadores através de uma melhor conciliação entre vida privada/familiar e vida profissional;
- c) Se dinamize a voz coletiva dos trabalhadores, promovendo uma maior participação da representação dos trabalhadores no espaço da empresa, no seguimento dos pilares fundadores da OIT;
- d) Se sancionem as empresas, na proporção dos seus rendimentos, que recorram sistematicamente ao falso trabalho autónomo, regularizando este tipo de situações.

2. *Convidam-se* os Estados-Membros a adotarem medidas que, face à situação sociopolítica atual de vários países em ma-

téria de auxílio e acolhimento de imigrantes e refugiados, sejam o reflexo da articulação de esforços e concertação de posições e ações envolvendo governo e empregadores no sentido de:

- a) Fomentar a formação e qualificação profissional, unindo a responsabilidade social e cívica na integração socio-profissional da força de trabalho através de recursos financeiros e materiais;
- b) Incentivar a contratação coletiva, em particular por incentivos que se traduzam em subsídios ou apoios monetários de outra forma;

3. *Recomenda-se* que a estruturação e dinamização do tecido empresarial, os objetivos de uma maior produtividade e competitividade sejam fundados no respeito por condições de trabalho justas e de excelência, sugerindo:

- a) A Certificação via “Selo de Qualidade”, atribuído conjuntamente pelos Estados nacionais e OIT, para as empresas que se demonstrem respeitadoras e cumpridoras dos seus deveres para com o Estado e trabalhadores, garantindo, a estes últimos, condições crescentemente melhores na assunção de um dever empresarial cívico, devendo ser considerados os seguintes critérios:
 - i. Segurança e higiene no trabalho;
 - ii. Igualdade de género e faixa etária;
 - iii. Integração de grupos vulneráveis.
- b) Deste reconhecimento oficial resultaria uma valorização dos produtos ou serviços das empresas;

- c) E a atribuição de benefícios fiscais a estas empresas.
4. *Sugere-se ainda* que na regulamentação e cumprimento das normas laborais, se possibilite um aprofundamento do poder efetivo e vinculativo da OIT através do reforço de delegações nacionais que cumprem funções de supervisão e controlo dos padrões laborais no quadro da OIT.
5. *Conclui-se* que é através da defesa de um trabalho digno que se podem atingir níveis de produtividade e competitividade que coadunem os diferentes interesses na base do tripartismo e do diálogo social, fazendo com que o futuro do trabalho consista na sua valorização enquanto fator humano, social, económico e político imprescindível no desenvolvimento das sociedades.

(Página deixada propositadamente em branco)

**RESOLUTION OF THE 1ST SIMULATION OF THE
INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE/CIT-COIMBRA**

This resolution responds to the reflective challenge on the future of the work launched by the Director-General of the International Labour Organization (ILO), Guy Ryder, as part of Centenary Initiatives of that institution. In this context, the Faculty of Economics and the University of Coimbra, responding to the challenge of the ILO-Lisbon and the Centre for Social Studies/University of Coimbra, have joined forces to give the UC students a voice on the subject. The initiative was implemented through a simulation of the International Labour Conference (ILC), an activity unprecedented at national and European universities. This document is, therefore, the corollary of the discussions of the young delegates and enunciates the proposals of the students from different courses and from all study cycles (graduation, master and PhD) of the University of Coimbra.

The discussions regarding the future of work were held in four specialized committees, in which delegates, tripartite constituents of Governments, Workers and Employers met during the months of October and November 2016. They are:

1. The macroeconomic regulation of employment. From full employment to full employability?
2. New technologies: the end of work or the end of employment?

3. Unequal work? New forms of inequality and organization of work.
4. The future of labour relations: the right to work and labour law.

In these committees, the young delegates identified the main constraints, labour problems and their respective future scope. During the discussion of these issues, the delegates sought to outline consensus-based solutions – and modelled by – the tripartite structure of the ILO, as happens each year in the context of the ILC.

The following conclusions reflect the outcome of this debate, combining the voices of the young students and the particularities of the Portuguese context with the Centenary Initiatives of the ILO, with the aim of contributing to the formulation of policies that will guide the Organization in its mission to promote greater and better social justice throughout its second hundred years.

I

The macroeconomic regulation of employment. From full employment to full employability?

Taking into account the analysis carried out in the Report regarding the evolution of an international economy marked by the effects of the Global Financial Crisis (GFC), namely low economic growth and persistent mass unemployment, with data indicating more than 200 million workers unemployed;

Given that high levels of private and public debt in many economies, accompanied by public policies guided by fiscal consolidation, represent a challenge to the future recovery of the international economy to a stage that meets global employment needs;

Aiming to respond to some of the problems identified as being structural to the international economy in the context of the state of “secular stagnation” of the international economy;

Being aware of the consequences of the growing monopolization of the international economy by large multinational companies, the main beneficiaries of the processes of internationalization of production and financialization of the global economy identified in the ILO Director General’s report;

Demonstrating concern regarding the power of international finance and its growing influence in all areas of economic life, which has resulted in exponential growth in the financial sphere in comparison with the real sphere of the economy and disproportionate growth in financial products and markets, which contributed decisively to the onset of the GFC in 2008, with devastating effects on businesses and employment around the world;

Recognizing the need to identify proposals to redirect international demand, in particular through the promotion of investment and consumption:

1. *It is recommended* that an international fund for job creation should be set up on the basis of the European Social Fund model, with its objectives of job creation, equal access to work and promotion of social cohesion:
 - a) This fund will be managed by a number of international organizations, such as the ILO or the International Development Bank;
 - b) The purpose of this fund is to finance small and medium-sized enterprises, solidary companies and self-managed companies;
 - c) The fund will be distributed internationally according to human development indexes, favouring investment

in countries with an Human Development Index HDI of less than 0.8;

d) This fund should prioritize the capacity of these organizations to integrate young people, an age group particularly affected by the present mass unemployment, and technological innovation, as this committee believes that young people are the main vehicles of innovative capacity.

2. The creation of a 1% tax on all financial transactions is *encouraged*, in line with the proposals made by the economist James Tobin in the 1970s and resumed in the 1990s and, more recently, in the context of the GFC:

a) The objective of creating this tax is to reduce the risk taken by financial agents; to penalize financial speculation, since it weighs mainly on frequent short-term transactions; to penalize the currently excessive free movement of capital; and to tax one of the least taxed sectors of the international economy, thereby contributing to an equitable distribution of the tax burden across the various sectors of activity.

b) The intention, therefore, is to limit the movement of short-term capital, which gives rise to currency crises, among others of a financial nature.

3. Member States are also *invited* to reflect and to reach an agreement on the need to encourage enterprises to set up voluntary mechanisms to promote high-quality jobs, beyond the minima deemed permissible. In this regard:

a) *It is considered* that, in addition to the necessary international legal framework to standardize working

conditions, as defined by the ILO, the different countries must comply with the new conventions to be agreed within the international bodies;

- b) *It is argued* that financial incentives that favour healthy competition, which protects the work factor, must be accompanied by legal and voluntary mechanisms that allow international competition in which the labour cost is not the main factor of internationalization and externalization of production;
- c) *Support is offered* for the creation of a “quality label” to show respect for and promote decent work, to be affixed on the products of different companies as a mechanism to enable consumers to distinguish and reward good practice, namely ensuring decent income, regulated working times, good working conditions and the promotion of workers’ intellectual self-realization;
- d) *A proposal is put forward* to create a public “blacklist” of large companies whose bad labour practices can be reported to the consumers.

4. *It is recommended* that other measures, such as raising the minimum wage, combating waste or investing in technologies that promote ecological transition should be clear goals of public policies within the current context, given the urgent need to re-energize the international economy and create jobs for those most affected by the crisis, namely young people.

5. *It is concluded* that only through more efficient management of resources and policies, aimed at placing a high value on work within a scenario of more prosperous economies, will a future with more decent employment be within reach,

meeting the needs of the representatives of the tripartite structure of the ILO.

II

New Technologies: the end of work or the end of employment?

Based on the analysis made in the ILO report “The Future of Work”, which is focused on a myriad of changes in the world of work resulting from the increasing globalization of the economy, technological progress and the demand for competitiveness with implications for forms of work organization;

Calling attention to a new reality of work marked by an increasingly evident presence of new technologies;

Recognizing the challenges and opportunities that these new technologies pose for the future of work;

Aiming to respond to these challenges and provide better conditions and opportunities for future workers:

1. *Encouragement is given* to the development of a co-financing programme between Governments and Companies for the training and retraining of workers:
 - a) The objective of this programme is to allow the specialization and retraining of workers, without the need for redundancies.
 - b) In the event of changes in operationalization or the introduction of new technologies in companies that imply the specialization or retraining of their workers; and in cases where such specialization or retraining

cannot be provided by the company itself, undertakings and governments should implement a co-financing programme that enables workers to benefit from the necessary training, without redundancies, so that they may be reintegrated into their working environment – properly established by means of a contract concluded between the parties.

- c) The added value of this proposal is that it enables enterprises to benefit from the retraining of their workers, increasing their competitiveness while safeguarding jobs and the socioeconomic rights of workers.

2. *A proposal is put forward* to grant tax exemption to companies (in the case of Portugal, Single Social Tax, TSU, but in other contexts, this measure should apply to similar taxes paid by the company) when they do not make a profit:

- a) The objective of this measure is to prevent companies from terminating their activities and being forced to make redundancies.
- b) This would allow companies to have a financial cushion to help them recover from crises, increase their competitiveness and secure jobs, with beneficial consequences for all social partners.
- c) Companies may only benefit from this exemption as long as they refrain from making their workers redundant during the period of validity thereof.
- d) In exceptional situations where the survival of the company depends on redundancies being made, the exemption from payment of TSU will be decided in the context of social concertation.

- e) The deadline should be assessed according to the situation in each Member State.
3. *It is recommended* that investment should also be made in Research and Development (R&D) by companies and other economic agents, with a view to creating value for the economy:
- a) This measure aims to optimize the potential of new technologies as promoters of social welfare, as well as the creation of jobs.
 - b) As a complement to this initiative, and in order to make investment in R&D more attractive, it is proposed that, should a patented good or service become successful, the resulting cash-flows will not be taxed for the first 30% of its service life.
 - i. Small businesses are exempt from taxation on profits from the first 30% of their service life.
 - ii. In the case of medium-sized companies, it may vary between 15% and 30%, if reinvestment is in responsible innovation, and 15%, if it is not.
 - iii. For large companies, only profits for 10% of the service life will be exempted, if they are reinvested in responsible innovation.
4. *Encouragement should be given* to greater coordination between the university education system and the needs of the labour market.

a) This measure aims to adapt higher education to real job opportunities and prevent so many young people from facing unemployment when they finish higher education.

b) To this end, *it is also necessary to:*

i. continuously seek the adjustment of university vacancies to the real needs of the labour market;

ii. educational reform (from the 2nd cycle to higher education studies) calling for a proactive position by Governments in the updating of teaching practices and content, in order to adapt them to the new realities of the labour market;

iii. the modernization of infrastructures and educational policies – fundamental for education to adapt to the reality of the labour market – in order to equip schools with conditions to prepare young people for the challenges of the new century, especially by reinforcing the technological component;

iv. greater emphasis on technical and vocational education, in order to give future workers greater technical skills that make them more attractive when they are looking for a job;

c) These measures would be beneficial for young people – increasing their chances of entering the labour market – and for society as a whole, as it would allow companies to meet their labour needs, and thus stimulate the economy and general well-being.

5. *An appeal is made* for greater support from the political system for retraining and for continuing training where jobs are replaced by new technologies.

- a) This measure aims to provide workers with a wider range of skills, affording them greater powers to seek employment and/or re-enter the labour market.
6. *It is proposed* that a limit should be defined concerning the type and number of machines that directly replace jobs (depending on the sector and the decisions taken in the context of social concertation).
- a) The aim of this measure is to protect workers and avoid reducing the number of jobs in various areas. Limiting the number and type of machinery directly replacing jobs should not be restricted to those sectors where there are high risks to the health and safety of workers.
 - b) It is intended that this proposal should contribute to the protection of knowledge and creative activities. In other sectors, this limitation should not be imposed in order not to constrain business growth.
 - c) The added value of this proposal is that it contributes to social cohesion and the protection of jobs, thus stimulating consumption capacity and economic growth.
7. *It is recommended* that all Member States should question and act on gender inequalities created by the incorporation of new technologies into labour markets and channel those technologies to adjust and reduce gender pay gaps.
- a) This measure seeks to stem the increase in gender inequalities and to counteract the latest data from the World Economic Forum's report on the "gender gap" at work, which predicts that, in the future, a greater percentage

of jobs occupied by women will be lost when compared with those occupied by men.

8. *Encouragement should be given* to the creation of post-termination measures for situations where workers have been made redundant due to the introduction of machinery that performs their functions.

a) These measures should include incentives for vocational training in order to increase the qualification of workers and facilitate their reintegration into the labour market in their specific area of professional activity.

b) These measures do not apply to small businesses.

c) These measures provide for the creation of compulsory courses paid for by employers where workers are made redundant due to being replaced by machinery. These courses should be chosen by the worker from a list of possibilities negotiated between employers and workers. The aim is to allow the reintegration of workers into the labour market.

d) These measures are intended for unemployed workers, and the minimum time of unemployment required to be eligible for this training will be established according to the national context.

e) Only those workers who have completed at least one year of formal employment may benefit from this training.

9. *It is recommended* that there should be greater control over wage adjustment given the increased corporate profits arising from the introduction of new technologies.

- a) This measure will involve the creation of an economic indicator (to be decided in the context of social concertation) that weighs the profits of companies with the introduction of new technologies, and partly redirects them to workers' wages.

10. *It is advocated* that Governments should provide funding aimed at the deployment of technology incubators of the solidarity economy in universities, communities and social organizations.

- a) This measure aims to promote the transfer of knowledge and expertise, create new jobs, promote economic and technological development, create new, more specialized enterprises and promote the principles of decent work.

11. *We welcome* the development of new technologies whenever they are geared towards defending, securing and protecting workers and environmental issues.

- a) This process should take place within universities, especially in the incubators proposed above.

12. *It is considered* that it is through greater investment in new technologies and the creation of conditions that ensure the sustainability of enterprises and the well-being of workers that a more prosperous and decent future can be achieved, in line with the ILO's mission.

III

Unequal Work? New forms of inequality and the organization of work

Based on the diagnosis made in the Report regarding the transformations in the world of work arising from the increasing globalization of the economy, technological progress and the demand for competitiveness with changes in the forms of work organization;

In view of the changes in typical contractual relations, which are called into question by multiple “atypical” forms, such as part-time and fixed-term work, which are a source of insecurity for workers and aggravate social inequalities;

Expressing concern at the persistence of social and labour inequalities, for example in terms of wage inequalities, an increase in the number of workers at risk of poverty or in the existence of inequalities in terms of employment opportunities and career advancement on the basis of gender;

Warning of the consequences of a political economy of precari-ousness, with a focus on reducing labour costs as a solution to the current crisis and boosting production;

In order to meet the challenges posed by new forms of work organization and to harmonize the needs of enterprises with the needs of workers;

Recognizing the need to define proposals that contribute to the recognition of work, inclusion through work and the reduction of social and labour inequalities, respecting the ideas and principles of decent work and social justice:

1. *It is deemed imperative* to overhaul (international and national) legal rules with a view to greater regulation of new

forms and types of work, based on human rights at work and greater material security:

- a) The objective of this legal regulation is to ensure, on the one hand, the reconciliation of the interests and demands of companies and, on the other, the concerns and needs of workers;
- b) In order to reduce the precariousness resulting from the new forms of work organization, this regulation also includes the independent or self-employed workers in the shared economy or gig economy, who depend exclusively on this income;
- c) Priority should likewise be given to setting minimum and maximum working hours for part-time work;
- d) With regard to temporary workers, this legal framework should strengthen the mechanisms of inspection and punishment in the event of non-compliance with the situations typified, pursuant to the law;
- e) Again in the case of temporary workers, priority should also be given to strengthening the right to transport and food allowances;
- f) Inspection and punishment mechanisms should also be strengthened in relation to service contracts;
- g) The intention is thus to limit the misuse of the new contractual arrangements where there are conditions for the permanent integration of the worker.

2. *It is recommended* that measures that contribute to the promotion of greater equality of opportunity between men and women should be reinforced, both in companies and in society in general:

- a) The aim of these measures is to promote a better balance between family life and working life and contribute to the removal of barriers to accessing employment and career advancement;
- b) Priority should be given to education for equality through inclusion in school curricula, from basic education to higher education, of compulsory content regarding gender equality;
- c) In addition to this priority, it is suggested that a compulsory and continuous curricular plan of training on the theme should be created for all teachers;
- d) In the business context, it is recommended that the theme of gender equality should be mandatory for the training of workers and employers, with a minimum of 20 hours per year;
- e) In terms of policies related to parenthood (terminology to be adopted by the ILO in the future), it is proposed to extend leave, in particular in the form of a shared leave for an additional period of 30 to 60 days, without neglecting that already provided under Convention No. 183 (15 June 2000);
- f) It is also intended to increase leave for workers with family responsibilities, without distinction between men and women, and to reduce working hours;
- g) As a measure intended to remove the barriers to accessing a profession and a career, it is suggested that a quota system should be set up for women in leadership positions, intermediate positions and other functions, in proportion to the size of the company: 30% for small businesses; 40% for medium-sized companies and 50% for large companies. This measure should not apply to micro-enterprises;

- h) Finally, it is suggested that monitoring should be tightened and the value of the fines to be applied in the case of non-compliance with measures related to combating gender inequality should be increased.
3. *We appeal* for the creation of an international cooperation mechanism to combat all forms of forced and slave labour:
- a) This international mechanism will be managed by the ILO and other international organizations, including non-governmental organizations working in this area;
 - b) The objective of this mechanism is to create a network of international cooperation between Governments, businesses and civil society, focusing on the eradication of slave labour, trafficking in human beings and the exchanging of public policies and measures focusing on job creation and the recognition of the value of work;
 - c) This mechanism will aim at stimulating the international responsibilities of companies involved in the exploitation of forced labour, slave labour and/or trafficking in human beings, both at regional and global levels.
4. *An invitation is extended* to Member States to reflect on the need to define measures to valorise and raise the minimum wage that go beyond revaluation as a result of rising inflation. In a context marked by an increase in the number of working poor, the minimum wage constitutes an imperative of social justice and a measure to combat poverty and reduce inequalities.
5. *It is concluded* that it is through the definition of concerted policies between Governments, Employers and Workers, in

the context of social concertation, and aimed at recognizing the value of work, that it is possible to reduce instability and uncertainty as to the future of industrial relations, as well as the spread of new and old social and labour inequalities, both economic and related to gender.

IV

The future of labour relations: the right to work and labour law

Demonstrating concern for the future of work and industrial relations and stressing the importance of a discussion regarding how to maintain dialogue/confrontation/engagement strategies active between representatives of Governments, Employers and Workers, so that work remains a realm of accountability and professional responsibility, personal realization and advancement, creativity and realization of democracy;

Recalling the ILO's Report on the *Future of Work* (2015), in particular the issues of labour governance, which are based on a simple idea: for most companies and workers, this governance is performed through labour market institutions, such as ministries, tripartite councils, employment services, labour inspection, health and safety authorities and vocational training institutions;

Bearing in mind that, in general, the trend in recent decades has been towards deregulation in many countries, and that the recent economic and political changes brought about by the financial crisis of 2008 have contributed to an increase in the asymmetries between capital and labour, the great challenge is to strengthen the regulatory framework by ensuring the safeguarding and protection of labour rights;

Recognizing the continuing changes in the world of work and the demanding constraints associated with the need to overcome budget deficits and restore economic growth, it is a question of cementing the organization of work and seeking a redefinition of the role of its actors in order to guarantee the safeguarding of decent work and the recognition that the future of work must be based on tripartism and social dialogue, the founding principles of the ILO;

1. *It is envisaged*, in the context of promoting the safeguarding of labour rights and the dignification of working conditions and combating precariousness, that:

- a) The trial period should not exceed 45 days in order to afford workers greater security and contractual stability;
- b) A reduction should be made in the working day for the democratization of formal, stable and secure employment without any reduction in salary, or in productivity, and with social protection assured, in order to emphasize the social function of work, enhancing the well-being of the workers through a better reconciliation between private/family life and working life;
- c) The collective voice of workers should be boosted, promoting greater participation of workers' representation in the company, following the founding cornerstones of the ILO;
- d) Enterprises should be punished, in proportion to their income, for systematically resorting to false independent work, putting this type of situation in order.

2. *An invitation is extended* to Member States to adopt measures which, in the light of the current sociopolitical situation in various countries in relation to the assistance and recep-

tion of immigrants and refugees, are a reflection of joint efforts and coordination of positions and actions involving Government and Employers in order to:

- a) Promote training and professional qualification, combining social and civic responsibility in the socio-professional integration of the workforce through financial and material resources;
- b) Encourage collective bargaining, in particular by means of incentives that translate into subsidies or monetary support in another form.

3. *It is recommended* that the structuring and potentization of the business-fabric, the goals of greater productivity and competitiveness should be based on respect for fair working conditions and excellence, suggesting:

- a) Certification via the “Quality Label”, jointly awarded by national States and the ILO, for companies that show respect and fulfil their duties towards the State and workers, guaranteeing, for the latter, constantly improving conditions in the assumption of a civic business duty, with the following criteria being taken into account:
 - i. Occupational health and safety;
 - ii. Gender and age equality;
 - iii. Integration of vulnerable groups.
- b) This official recognition would result in the companies’ products or services being more highly valued by consumers;

- c) And the attribution of tax exemptions or reductions to those companies.
4. *It is also suggested* that in the regulation and fulfilment of labour standards, it is possible to deepen the effective and binding power of the ILO through the strengthening of national delegations that perform functions of supervision and control over labour standards within the framework of the ILO.
5. *It is concluded* that the advocacy of decent work is the correct way to ensure that levels of productivity and competitiveness may be reached in a way that reconciles the different interests based on tripartism and social dialogue. This way, work will be valued as a human, social, economic and political factor of the utmost importance in the future development of societies.



(Página deixada propositadamente em branco)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS¹⁵

- Almeida, João Ramos; Silva, Manuel Carvalho; Ferreira, António Casimiro; Costa, Hermes Augusto (2016), “Concertação Social: a atividade da CPCS de 2009 a 2015 – ecos das políticas europeias”, *Cadernos do Observatório*, 9.
- Al-Rodhan, N. (2011), *The Politics of Emerging Strategic Technologies: Implications for Geopolitics, Human Enhancement and Human Destiny*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Arntz, M., T. Gregory and U. Zierahn (2016), “The Risk of Automation for Jobs in OECD Countries: A Comparative Analysis”, *OECD Social, Employment and Migration Working Papers*, No. 189, Paris, OECD Publishing.
- Caldas, José Castro (2015), “Desvalorização do trabalho: do Memorando à prática”, *Cadernos do Observatório*, 6.
- Caldas, José Castro; Almeida, João Ramos (2014), “Quanto é que os salários teriam de descer para tornar a economia portuguesa competitiva?”, *Cadernos do Observatório*, 1.
- Campos Lima, Maria da Paz (2015), “A reconfiguração do regime de emprego e de relações laborais em Portugal na ótica liberal”, *Cadernos do Observatório*, 5.
- Campos Lima, Maria da Paz (2016), “O desmantelamento do regime de negociação coletiva em Portugal, os desafios e as alternativas”, *Cadernos do Observatório*, 8.
- Canotilho, Mariana (2015) *The impact of the crisis on fundamental rights across Member States of the EU – Country Report on Portugal*. Brussels: Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs.
- CES/Observatório sobre Crises e Alternativas (2015a), “O salário mínimo: a decência não é um custo”, *Barómetro das Crises*, 12.

¹⁵ Ainda que o relatório *The future of work – centenary initiative* (da autoria do Diretor-Geral da OIT, Ryder, 2015) tenha sido o documento-base que serviu para estimular o debate no âmbito da Simulação da Confederação Internacional do Trabalho, o contacto (mesmo que seletivo e orientado segundo a especificidade temática de cada comité) com referências académicas e técnicas foi mais vasto. Assim sendo, esta lista de referências bibliográficas aqui apresentada incorpora artigos de revistas, capítulos de livros, relatórios e livros que, em diversos momentos da Simulação, foram objeto de consulta, leitura (integral ou parcial) e debate entre dinamizadores/as e delegados/as ao longo das várias sessões de trabalho.

- CES/Observatório sobre Crises e Alternativas (2015b), “Crise e mercado de trabalho: Menos desemprego sem mais emprego?”, *Barómetro das Crises*, 13.
- CES/Observatório sobre Crises e Alternativas (2015c), “Salário mínimo nacional: até onde o queremos aumentar?”, *Barómetro das Crises*, 14.
- Costa, Hermes Augusto (2009), “A flexigurança em Portugal: desafios e dilemas da sua aplicação”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 86, 123-144.
- Costa, Hermes Augusto (2012), “From Europe as a model to Europe as austerity: the impact of the crisis on Portuguese trade unions”, *Transfer – European Review of Labour and Research*, 18 (4), 397-410.
- Costa, Hermes Augusto (2015), “Do contexto das reformas laborais às respostas do campo sindical”, *Cadernos do Observatório*, 4.
- Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto (orgs.) (2011), *O sindicalismo português e a nova questão social: crise ou renovação?* Coimbra: Almedina.
- Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto (2012), “Labour relations and social movements”, in Denis Erasga (ed.), *Sociological Landscapes: Theories, Realities and Trends*. Rijeka/Croacia: INTECH/ Open Access Publishing, 257-282.
- Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto; Silva, Manuel Carvalho da (2015), “O futuro do sindicalismo na representação sociopolítica”, in André Freire (org.), *O futuro da representação política democrática*. Lisboa: Nova Vega, 119-142.
- Ferreira, António Casimiro (2012), *Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção*. Porto: Vida Económica.
- Ferreira, Virgínia; Monteiro, Rosa (2013), *Trabalho, igualdade e diálogo social: Estratégias e desafios de um percurso*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Ford, Marc (2016), *Robôs: A ameaça de um futuro sem emprego*. Bertrand: Lisboa.
- George, E.; Chattopadhyay, P. (2015), *Non-standard work and workers: organisational implications* Geneva: International Labour Organization.
- Harvey, David (2008), *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Ed. Loyola.
- Honneth, Axel (2008), “Trabalho e Reconhecimento: Tentativa de uma redefinição”, *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 8 (1), 46-67.
- ILO (2008), *ILO Declaration on social justice for a fair globalization* (adopted by the 97th session of the International Labour Conference). Geneva: International Labour Office.
- ILO (2009), *ILO: Recovering from the crisis: A Global Jobs Pact*, ILC, 98th Session, Geneva: ILO.
- ILO (2016), *World employment and social outlook*. Geneva: ILO.
- Kalleberg, Arne (2003), “Flexible Firms and Labor Market Segmentation: Effects of Workplace Restructuring on Jobs and Workers”, *Work and Occupations*, 30, 154-175.
- Kalleberg, Arne (2012), “Job Quality and Precarious Work: Clarifications, Controversies, and Challenges”, *Work and Occupations*, 39, 427-448.

- Kovács, Ilona (2006). “Novas Formas de Organização do trabalho e Autonomia no Trabalho”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 52, 41-65.
- Leite, Jorge (1999), “Algumas notas sobre a concertação social”, *Questões Laborais*, 14, 147-161.
- Leite, Jorge (2013), “A reforma laboral em Portugal”, *Revista General de Derecho del Trabajo e de Seguridad Social*, 34.
- Leite, Jorge; Costa, Hermes Augusto; Silva; Manuel Carvalho da; Almeida, João Ramos (2014), “Austeridade, reformas laborais e desvalorização do trabalho”, in José Reis (org.), *A economia política do retrocesso: crise, causas e objetivos*. Coimbra: Almedina/CES, 127-188.
- Mitchell, W. (2013), “Full Employment Abandoned: The Triumph of Ideology Over Evidence”, *Center of Full Employment and Equity Working Paper*, 2-13.
- OIT (2016a), *Mudanças tecnológicas e o trabalho no futuro: Colocar a tecnologia ao serviço de todos* (Série n.º 1 de notas temáticas da OIT sobre o futuro do trabalho/documento de suporte aos delegados da CIT).
- OIT (2016b), *O futuro da oferta da mão-de-obra: Dados demográficos, migração e trabalho não remunerado* (Série n.º 2 de notas temáticas da OIT sobre o futuro do trabalho/documento de suporte aos delegados da CIT).
- OIT (2016c), *Os desafios do futuro para as relações laborais: Momento para afirmação ou para alternativas?* (Série n.º 3 de notas temáticas da OIT sobre o futuro do trabalho/documento de suporte aos delegados da CIT).
- OIT (2016d), *O contrato social e o futuro do trabalho: Desigualdade, segurança de rendimento, relações de trabalho e diálogo social* (Série n.º 4 de notas temáticas da OIT sobre o futuro do trabalho/documento de suporte aos delegados da CIT).
- Prosser, Thomas (2015), “Dualization or liberalization? Investigating precarious work in eight European countries”, *Work, Employment and Society*, 949-965.
- Rodrigues, Cristina (2012), *Portugal e a Organização Internacional do Trabalho*. Porto: Edições Afrontamento.
- Roxo, Manuel M. (org.) (2016), *Trabalho, economia e sociedade: 100 anos de inspeção do trabalho em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Ryder, Guy (2015), *The future of work – centenary initiative* (Report of the Director-General, Report I/ International Labour Conference, 104th Session). Geneva: International Labour Office.
- Saner, M., and Wallach, W. (2015), “Technological unemployment, AI and workplace standardization: the convergence argument”, *Journal of Evolution and Technology*. 25(1), 74-80.
- Santos, Boaventura Sousa (2001) “Os processos da globalização”, in B. S. Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Edições Afrontamento, 31-98.
- Silva, Manuel Carvalho da (2016a), “Contra o neoliberalismo, a utopia do trabalho”, *Revista de Derecho Social Latinoamérica*, 1, 77-88.
- Silva, Manuel Carvalho da (2016b), “Reduzir o tempo de trabalho é das batalhas mais difíceis e um debate inevitável”, *Público*, 09/01/2016.

- Streeck, W. (2013), “The Politics of Public Debt Neoliberalism, Capitalist Development, and the Restructuring of the State”, *MPIfG Discussion Paper*, vol. 13, 7, em: http://www.mpi-fg-koeln.mpg.de/pu/mpifg_dp/dp13-7.pdf
- The Economist (2016), “The Rise of the Superstars”, *The Economist*. 17 de setembro. Disponível em: <http://www.economist.com/news/special-report/21707048-small-group-giant-companiessome-old-some-neware-once-again-dominating-global> [Acedido em 15 de outubro de 2016].
- Vallas, S. e Prenner, C. (2012), “Dualism, Job Polarization, and the Social Construction of Precarious Work”, *Work and Occupations*, 39(4) 331–353.
- WEF (2016a), *Global Challenge Insight Report: The Future of Jobs – Employment, Skills, and Workforce Strategy for the Fourth Industrial Revolution*. Geneve: World Economic Forum.
- WEF (2016b), *The future of jobs: employment, skills and workforce strategy for the fourth industrial revolution*. Geneve: World Economic Forum.

LISTA DE PARTICIPANTES

Delegados/as por grupo de interesses

Representantes de Governos

Ana Carolina Oliveira Castro Freitas Novais

Ana Cecília Alcântara Vera

Ana Cláudia Tavares de Lima Carneiro Alves

Ana do Carmo Gil Monteiro

Ana Filipa Dias Ferreira

Ana Marta Santos André de Lima

Ana Paula Costa

Ana Sofia São Simão Horta

André Antunes de Paula

André Fernandes Falcão

André Luiz de Oliveira Noronha

Andreia Nabeiro

Ângela Patrícia Teixeira Magalhães

Beatriz Luize Marques de Almeida Maniezo dos Santos

Beatriz Magalhães Barbosa Pereira

Carlota de Oliveira

Caroline Cicarello

Catarina Araújo Silveira Woyames Pinto

Cátia Sofia Gonçalves Nogueira

Cesar Cavalcanti
Chen Zhudong
Clarisse Fernandes
Cláudia Pereira
Cláudia Sofia Ferreira Rodrigues
Claudina Maria Martins Gomes da Costa
Daniela Reis
Daniela Sofia Neto
Daniella Aloise Borges
Danilo Saraiva Garcia
David Luís Castro
Diogo Ferrão Ferreira
Diogo Pereira Andrade
Diogo Videira
Eber Quiñonez
Eduardo Manuel Vidinha Marques
Francisco Manuel Sampaio Mendes Amaral
Gabriel Santos Rios
Gonçalo Rodrigues Rebelo Santos
Jaime Almeida
João Bernardo Almeida dos Reis
João Carlos Ferreira Borges
João Miguel Lousa Dias Ferreira
João Pais
João Pedro Estêvão Martins
João Pedro Ferreira Domingues
João Pedro Matos
José Arthur de Sousa Rodrigues Alves
José Fabrício Rodrigues Neves
José Nuno Forte Pinto de Oliveira
Karen Soares Swanborn
Larissa Correa Fraga

Lauren Canuto Vianna de Almeida
Lorena Moreira Seal Carvalho
Lucas Figueiredo
Luís Cláudio Barnech Campani Farias
Márcia Cristiana Morais Cabral
Maria Carolina Pereira da Silva Oliveira
Maria Helena da Costa Lobo Cerqueira Mendes
Maria Inês Ramos Velho
Maria João Pereira Rodrigues
Maria Luiza Pereira Pacheco
Maria Simões Peres
Mariana Alves Antunes
Mariana Antunes Garrido
Mariane da Silva Bergamaschi
Matilde Jardim dos Santos Silva
Natália de Sousa Rodrigues Alves
Nelson da Silva Peraza
Nuno Miguel Gonçalves da Luz
Patrícia Alexandra Henriques Nunes
Pedro Martins
Pedro Miguel Carvalho Semedo
Petra Maria Teodoro Moreno
Rafael Vieira Pessotti Rangel
Rafaela Alves
Rafaela Aparecida Henz Ferreira Dias
Rafaela de Castro Maia
Raquel Bernardino
Ricardo Martins
Rui Manuel Pires Fernandes
Sofia Luís de Castro
Sónia Alexandra Meneses Leite
Tais Villela J. Nascimento

Tânia Filipa Lopes Ribeiro
Vasco Semedo
Vera Lúcia Monteiro Pinto
Vinícius Nathan de Carvalho Pereira
Wesley Melo Barbosa de Menezes
Yasmin de Brito Góes

Representantes de Empregadores

Alexia Chissa Sera
Ana Carolina Soares Marques
Ana Catarina Costa Fonseca
Ana Isabel Cordeiro Bacelar Fraga
Ana Paula Caldas Santoro
Ana Rita Figueiredo Rodrigues
Ana Rita Grangeia Querido
Ana Sofia Duarte Rocha
António Quintas Lumami
Arlete Maracaípe Cardoso Freire
Beatriz Baptista da Silva Pinto Barateiro
Bruno Miguel Agra Pereira
Calil Ibrahim Makhoul
Carolina Alves Simioni
Carolina Cunha Soares Veiga Simão
Carolina Salguinho
Clara Ribeiro Pelote
Claudia Caseiro
Cynthia Lays Feitosa de Brito
Daniela Filipa Rodrigues Santos
Daniella Cynthia Almeida Batista
Diana Sofia Ribeiro Teixeira

Eliana Beatriz Oliveira
Eliana Catarina Ferreira Sacramento
Francisco Afonso Vaqueiro
Francisco José Julião Barbosa
Gabriela Luísa Pereira da Rocha
Giovanni Alessandro Begossi
Glauber Rógeris Oliveira Nunes
Gonçalo Santos Duarte
Guilherme Salamaia
Harrison Stock
Henrique Carrilho
Henrique Ramos
Hurbay Adamji Semá
Iara Filipa Ventura Soalheiro
Inês Catarina Freitas Freire da Veiga
Inês Marques Emílio
Ivo da Silva Vaz
Joana Carolina dos Reis Simões
Joana Carvalho Silva
Joana Filipa Marques Cunha
Joana Rita Gouveia Rosa Pedros de Lima
João Carlos Cascão Rovira
João Manuel Franco Vieira
João Manuel Santana Loureiro
João Vasco Ferreira Geraldo
Joaquim Nolasco Condesso Ribeiro Gil
Jordana Birck
Lauren Victoria de Abreu Bento
Leonor Patrício Rodrigues
Leonor Tulekian de Azeredo Lopes
Libânia Nazaré da Silva Cunha
Liliana Almeida

Liliana Isavel Duarte Baptista
Lucas Hernandez Lopes
Mara Fortes
Marcelle Oliveira Dutra Neder
Marcos Rafael Marinho Pereira
Maria do Carmo da Costa Gouveia
Maria Eduarda Pereira dos Santos
Maria Inês da Costa Simões
Maria Zenaide Brasilino Leite Brito
Mariana Rolemberg Notário
Marina Fonseca Buendia
Mayara da Silva Rodrigues
Mohamed Mehdi Hijazi
Monica Alexandra moita Madureira
Patrícia Marques dos Santos
Patrício Ferreira Carvalho
Paula Sofia Teles Silva
Pedro Henrique Fernandes de Castro
Ricardo de Oliveira Ferreira
Ricardo Neves Pires
Rita Fernandes
Samara Machado Sucar
Sara Alexandra Gonçalves Afonso
Sara Raquel Pereira Gil
Sofia Ferreira Nunes
Sofia Isabel Simões de Oliveira
Tatiana Viduedo Fernandes
Thaís Ebert Kasper
Thais Fagundes da Paz
Tiago Sofiati de Barros Carvalho
Tiago Vieira Pessotti Rangel
Valentina Augusta Barreiros Pereira

Virginie Ferreira de Almeida Santos
Wellington Nunes Franco

Representantes de Trabalhadores

Adriana Costa Pinho
Afonso Vilhena Pontes do Carmo Rodrigues
Alexandre José Henriques Ferreira
Alice Bragança
Ana Catarina Barros Outerelo
Ana Filipa Alves Rodrigues
Ana Isabel Mota da Silva
Ana Lúcia Pereira Marques
Ana Rita Brás
Ana Rita Ribeiro De Sá
Ana Sara Gonçalves do Espírito Santo
Andreia Cristina Barbosa Teixeira
Andressa Batista Lopes
António Dias de Oliveira Neto
Aryza Caroline Silva Fernandes
Beatriz Fidalgo de Oliveira
Carina Oliveira
Carina Raquel Paiva Custódio
Carla Rafaela Rodrigues Afonso
Carolina Marques Figueira
Carolina Raquel Figueiredo e Peixoto
Catarina Domingues
Catarina Idanha de Pedro
Catarina Isabel Correia Feitor
Cátia Carvalho
Celso Alexandre Esteves Fuínhas

Cláudia Alexandra Fonseca
Cláudia Filipa Gomes Rodrigues
Daisy Sinésia Lopes Fernandes
Daniel Cristofe Pereira Lavrador
Daniela Sofia Marques Santos
Davilson Marques Cunha
Deise Aparecida Recoaro
Dinis Fernandes Nunes
Dora Almeida Valente da Silva
Elaine Cristina Silva dos Santos
Érica Tatiane Soares Ciorici
Filipa Alexandra Rodrigues de Almeida Saraiva
Francisco Cruzeiro Fernandes
Hannah Schiff Braz
Helena Pereira
Iara Sofia Correia Neca
Inês Caetano Faria
Isabella Lourenço Tomiato
Jéssica Alexandra Pereira Jorge
Joana Alexandra Oliveira Figueiredo
Joana Lopes Julião
João Miguel Matos da Cruz Graça
João Pedro Dias Catulo
João Pedro Lopes Fernandes Covêlo
João Ricardo Alves Bento
Júlia Albuquerque de Mattos
Karen Munhoz
Lara Freire Bezerra de Sant'Anna
Larissa Pepe Ribeiro Gavinho
Larissa Rodrigues de Oliveira
Leedsônia de Souza Campos
Luiz Fernando Ribeiro de Faria

Lydia Brès
Mafalda Santiago
Makito Ndelua Kalunga
Margarida Sequeira da Silva Rodrigues Augusto
Maria Beatriz Ribeiro
Maria Isabel do Carmo Campos
Maria Madalena Silvano Africano Portugal
Maria Manuel Leonardes Alves
Maria Morant
Maria Raimunda Marques Mendes
Mariana Da Cunha Pereira Ramos Pinheiro
Mariana Damas Mano e Reis Pereira
Mariana Ramos Tavares da Costa
Marina Caregnato Garcia
Mario Avesani
Micael do Nascimento Inês
Miguel Gomes
Murilo Siqueira Comério
Navvab Aly Danso
Nuno Filipe de Jesus Cardoso
Pedro Henrique Oliveira de Jesus
Pedro Pires Vieira Cosme
Pedro Saraiva
Rafael Cheniaux
Rafael Neves Fonseca
Rafaela Bruno Lopes Freitas
Regina Maria Marques da Fonseca Pereira
Ricardo Correia
Ricardo Jorge Franco de Almeida
Rosa Daniela da Silva Dias
Ruben Afonso
Sandra Marlene Ribeiro da Silva

Sofia Barbosa Leão
Sofia Maia Marques
Sofia Marques Nobre
Sophia Renteria
Soraia Cunha da Silva
Tânia Sofia Gomes Diogo
Tony Lucas Vieira dos Santos
Wu Dzi Wen

Dinamizadores/as

Alfredo Campos
Ana Alves da Silva
Andreia Santos
Beatriz Caitana
Dora Fonseca
Joana Ricarte
João Maia
Marina Henriques
Nuno Teles
Sandra Graça
Saulo Aristides
Teresa Maneca Lima
Vanda Amaro Dias

Membros da Comissão Organizadora

Ana Isabel Valente Santos (FEUC)
Ana Santos (OIT)
António Casimiro Ferreira (CES-FEUC)

Hermes Augusto Costa (CES-FEUC)

José Cordeiro (OIT)

Luís Dias (FEUC)

Mafalda Troncho (OIT)

Manuel Carvalho da Silva (CES)

Paulo Gama (FEUC)

Teresa Pedroso de Lima (FEUC)

(Página deixada propositadamente em branco)

HERMES AUGUSTO COSTA é sociólogo, Professor Auxiliar com Agregação da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais. É coordenador do Programa de Doutoramento em *Sociologia: Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo*. Entre outros livros, publicou (como autor/coautor e organizador/coorganizador): *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT* (Afrontamento, 2008); *As vozes do trabalho nas multinacionais: impacto dos Conselhos de Empresa Europeus em Portugal* (Almedina, 2009); *O sindicalismo português e a nova questão social: crise ou renovação?* (Almedina, 2011); *Conselhos de Empresa Europeus: um estudo dos setores metalúrgico, químico e financeiro em Portugal* (Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014); *Ensaio de direito e de sociologia a partir do Brasil e de Portugal: movimentos, direitos e instituições* (Instituto Memória Editora, 2015); *Desigual e combinado. Precariedade e lutas sociais no Brasil e em Portugal* (Alameda, 2016).

Série Documentos

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2017

